

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AUGUSTO CESAR VILELA GAMA

IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A COMPREENSÃO
DE CORPO, ESTÉTICA E EDUCAÇÃO

Goiânia-GO

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Augusto Cesar Vilela Gama

Título do trabalho: Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do autor²

Ciente e de acordo:



Assinatura do orientador²

Data: 05/08/2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

AUGUSTO CESAR VILELA GAMA

**IMPLICAÇÕES SOCIAIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A COMPREENSÃO
DE CORPO, ESTÉTICA E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura e Processos
Educaçãoais.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro
Baptista

Goiânia-GO

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gama, Augusto Cesar Vilela
Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação [manuscrito] / Augusto Cesar Vilela Gama. - 2019.
182 f.

Orientador: Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

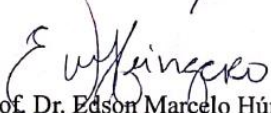
1. Corpo. 2. Educação. 3. Educação Física. 4. Estética. I. Baptista, Tadeu João Ribeiro, orient. II. Título.

CDU 37

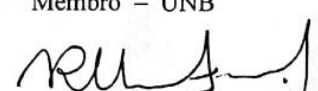
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE AUGUSTO CESAR VILELA GAMA – Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (12/07/2019), às 15h30min., reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Tadeu João Ribeiro Baptista**, orientador, doutor em **Educação** pela UFG; Prof. Dr. **Edson Marcelo Húngaro**, doutor em **Educação Física** pela Unicamp e Prof^a. Dr^a. **Rita Márcia Magalhães Furtado**, doutora em **Educação** pela Unicamp para, sob a presidência do primeiro e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da dissertação intitulada: *“Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação”* em nível de Mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Augusto Cesar Vilela Gama**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu o examinando, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 19h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Marizeth Ferreira Farias, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista
Presidente – PPGE/FE/UFV



Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro
Membro – UNB



Dr^a. Rita Márcia Magalhães Furtado
Membro – PPGE/FE/UFV

Dedicado a meu amado avô Lindolfo Ribeiro de Carvalho (*in memoriam*)

*“Somos todos visitantes deste tempo, deste lugar.
Estamos só de passagem. O nosso objetivo é observar,
crescer, amar... E depois vamos para casa.”*

(Provérbio Aborígine)

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que venho aqui agradecer e não poderia ser outra, é a minha querida e amada avó Clarice Vilela Ribeiro. Se não fosse por você este momento jamais existiria, ao me ajudar incessantemente de todas as formas possíveis sem nunca reclamar para que eu pudesse hoje realizar este sonho de me tornar um Mestre. Prometo que tentarei reverter todo seu apoio em prol da sociedade dando o meu melhor como professor.

Agradeço a minha esposa Rosana Silva Gonçalves, que tanto amo, pela compreensão e paciência nestes últimos anos e peço perdão do fundo do meu coração pela minha ausência em vários momentos importantes de nossa vida em casal e em família. Aproveito para agradecer também a sua família, que contribuíram de forma direta com o meu mestrado, como a minha sogra Maria da Glória Silva Gonçalves que quando precisava me emprestava seu carro para que eu deslocasse para as aulas e estudos com conforto e segurança, ao meu sogro Antônio Gonçalves Gomes que me presenteou com uma excelente mesa e cadeira dando qualidade para enfrentar os densos estudos do mestrado, ao meu concunhado Alessandro Zocoli por me auxiliar na compra de um novo computador e que foi uma ferramenta imprescindível neste período.

Agradeço a honra de ter sido orientado por um dos maiores intelectuais brasileiros da educação e da educação física, o estimado Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista, a quem serei grato por toda a vida pelos célebres ensinamentos e condução acadêmica durante o mestrado. Os elogios ao qual este estudo venha a receber devem ser todos creditados a ele e as falhas tão somente a minha pessoa, pois elas demonstram que ainda tenho um longo caminho acadêmico a percorrer.

Agradeço a banca examinadora deste estudo, composta pela Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado, pelo Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro, pelo Prof. Dr. Marajá João Alves de Mendonça Filho e pelo Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista. Muito obrigado por suas colaborações neste estudo ao lhe atribuir um melhor rigor teórico acadêmico.

Agradeço as amigas da “sofrência” Aline Gomes Machado e Bárbara Andressa Mesquita. Nossa união e parceria foi o combustível que precisei para conseguir finalizar este mestrado.

Agradeço a todas e todos que estiveram de modo direto ao meu lado, me apoiando nesta caminhada, dividindo alegrias e tristezas. Meu muito obrigado para Adnelson Santos, Aline Magioni, Ana Flávia Melo, Camila Pessoa, Camila Seguro, Daiana Braga, Danielle

Moraes, Denis Morais, Fernanda Ortins, Francivan Ferreira, Fredson Heymbeeck, Jessica Pereira, Jonathan Missel, Kelly Evangelista, Lucas Scaravelli, Luciano Tomazetti, Marcão Guru, Marcel Sousa, Márcia Pereira, Marco Lima, Marcos X, Maria Angélica Cezario, Marisa Lima, Mirian Moura, Nathalia Cardoso, Nathally Cortez, Neitson Santos, Oromar Nascimento, Padre Jairo Moreira, Rennan Queiroz, Ricardo Viana, Romênia Sousa, Rômulo Fabriciano e Welma Terra.

Agradeço as minhas alunas e meus alunos pela imensa calma durante este período, perdendo minhas ausências e dias em que o cansaço da enorme carga de estudos tomava conta do meu corpo.

Agradeço a oportunidade de conviver pelos espaços da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, por ali representar o maior exemplo e símbolo de resistência as opressões praticadas contra a classe proletária.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás por oferecer um ensino *stricto sensu* de alto nível intelectual e estendo meus agradecimentos a Secretaria do Programa em nome das Servidoras Adenilde Souza e Marizeth Farias, que sempre foram tão solícitas.

Agradeço a Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás e a Universidade Salgado de Oliveira – Campus Goiânia, por apoiarem este estudo.

Agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência, Infâncias, Diversidade e Arte (NEVIDA) da Universidade Federal de Goiás, sob coordenação da Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado e da Profa. Dra. Silvia Rosa Silva Zanolla, no qual me proporcionou encontros para vivenciar a teoria crítica em grau de excelência, como também, me proporcionou encontros para comemorar a vida ao lado de pessoas de um coração gigantesco.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde (COEESA) da Universidade Estadual de Goiás, sob coordenação da Profa. Dra. Sissilia Vilarinho Neto e do Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista, pelas discussões que muito contribuíram com este estudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília por me permitir ser aluno ouvinte da disciplina Teoria Social, Pós-Modernidade e Educação Física, ministrada pelo Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro, que me recebeu de braços abertos e demonstrou a teoria do ser social com primazia, além de ser um exemplo de ser-humano.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de Estudos no período do mestrado, sem ela seria impossível alcançar a produção acadêmica que conquistei ao longo desses dois anos.

Finalmente, agradeço as minhas duas filhas de quatro patas, Balu e Maya, que estiveram ao meu lado em 100% do tempo em que produzi este estudo, me dando muito amor e força. Papai ama vocês!

“Quando enfrentamos um problema que divide toda uma época em dois campos opostos devemos pesquisar, na teoria e na prática, o princípio que nele opera, ou seja, a força que estabelece esta cisão em dois campos.”

(LUKÁCS, 2008, p. 55)

RESUMO

GAMA, Augusto Cesar Vilela. **Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.

Com a fragmentação do curso de educação física em licenciatura plena e bacharelado, as teorias críticas, fundamentais para a formação como um todo, ficaram mais atinentes a licenciatura plena, fazendo com que o bacharelado se tornasse um curso mais voltado para a área biológica, formando professores de educação física, aparentemente, para atender tão somente aos anseios do capital. Perante este fato, o bacharelado tende a desconsiderar a formação do professor de educação física na sua totalidade, pois é preciso conhecer o corpo para além dos aspectos biológicos. Assim, este estudo adota o método do materialismo histórico-dialético em referência a teoria marxiana, com o objetivo de discutir o corpo a partir das suas condições ontológicas, para entendermos na atualidade a sua condição como mercadoria e de se encontrar subsumido a padrões tidos como “belos”, levando a “estética” que em essência corresponde a filosofia do belo a se metamorfosear também em mercadoria e a ser propagada como “estética corporal”, cuja intenção tem sido a de atender as necessidades do modo de produção, conduzindo este estudo a retomar a filosofia do belo, para em seguida relacionar todo este contexto histórico-filosófico com a realidade da educação física e sua importância como instrumento de educação e elemento de emancipação do ser social. Por fim, este estudo realiza uma pesquisa empírica com graduandos do bacharelado em educação física de duas universidades, sendo uma privada e uma pública, com a intenção de investigar a compreensão desses futuros professores de educação física as determinações sociais sobre corpo, estética e educação, no qual demonstrou haver uma formação biologizada e focada em atender a ordem vigente.

Palavras-chave: Corpo. Educação. Educação Física. Estética.

ABSTRACT

GAMA, Augusto Cesar Vilela. **Social implications of baccalaureate professional qualification in physical education on body understanding, aesthetics and education.** Dissertation (Master in Education) – Education College, Goiânia: Federal University of Goiás, 2019.

With the fragmentation of the physical education course in full and baccalaureate degrees, the critical theories, fundamental to the formation as a whole, became more closely related to the full degree, making the baccalaureate a course more focused on the biological area, forming physical education teachers, apparently, to meet only the longings of capital. Given this fact, the baccalaureate tends to disregard the formation of the physical education teacher in its entirety, because it is necessary to know the body beyond the biological aspects. Thus, this study adopts the method of historical-dialectical materialism in reference to marxist theory, with the objective of body discussing from its ontological conditions, in order to understand today its condition as a merchandise and to be inset to standards considered as “beautiful”, leading to “aesthetics” that essentially corresponds to the philosophy of the beautiful to metamorphose also in merchandise and to be propagated as “corporal aesthetics”, whose intention has been to meet the needs of the production mode, leading this study to retake to the philosophy of the beautiful, and then to relate all this historical-philosophical context with the reality of physical education and its importance as an instrument of education and element of emancipation of the social being. Finally, this study performs an empirical research with graduating students of the baccalaureate in physical education of two universities, one non-public and one public, with the intention of investigating the understanding of these future teachers of physical education the social determinations on body, aesthetics and education, in which it demonstrated that there was a biological qualification and focused on meeting the current order.

Keywords: Body. Education. Physical Education. Aesthetics.

LISTA DE TABELAS

	PÁG.
Tabela 1 – Descrição do perfil demográfico dos graduandos calouros e formandos.....	132
Tabela 2 – Descrição de como decorre a compreensão dos graduandos calouros e formandos.....	134
Tabela 3 – Descrição dos graduandos calouros e formandos que marcaram silhueta diferente.....	141
Tabela 4 – Descrição dos graduandos calouros e formandos que marcaram a mesma silhueta.....	146
Tabela 5 – Resultado da comparação do padrão de silhueta e da própria silhueta entre os graduandos calouros e formandos.....	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AAFPRS – Academia Americana de Cirurgia Plástica Facial e Cirurgia Reconstructiva
CA – Calouro(s)
CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CREF – Conselho Regional de Educação Física
EsEFEx – Escola de Educação Física do Exército
FO – Formando(s)
IES – Instituição de Ensino Superior
MEC – Ministério da Educação
MEC-SESU – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
PPGE-UFG – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás
PR – Universidade Privada
PU – Universidade Pública
RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte
RBCP – Revista Brasileira de Cirurgia Plástica
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCB – Universidade Castelo Branco
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	PÁG.
INTRODUÇÃO.....	16
1. CORPO MERCADORIA.....	20
1.1 O corpo na organização social do trabalho: da pré-história ao capitalismo.....	22
1.2 Corpo físico, consciência e natureza: totalidade do ser social.....	32
1.3 O corpo no capital: da alienação à coisificação.....	40
2. FILOSOFIA DO BELO: A ESTÉTICA.....	50
2.1 Immanuel Kant.....	53
2.2 Georg Wilhelm Friedrich Hegel.....	60
2.3 Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno.....	67
2.4 György Lukács.....	75
3. EDUCAÇÃO FÍSICA E A ESTÉTICA CORPORAL.....	86
3.1 Educação física: do surgimento à atualidade.....	88
3.2 A estética corporal no capital.....	103
3.3 Educação física: educação para emancipação.....	116
4. ESTÉTICA CORPORAL: O OLHAR DOS FUTUROS BACHARÉIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	127
4.1 Metodologia.....	129
4.2 Resultados e discussão.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	164
I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	165
II – QUESTIONÁRIO.....	168
III – PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PERÍODO DO MESTRADO.....	172
ANEXOS.....	177
I – PARECER DO CEP DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE.....	178
II – PARECER DO CEP DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE.....	179
III – LETRAS.....	180

INTRODUÇÃO

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

(MARX, 2008a, p. 19)

Sobre o estudo desenvolvido nesta dissertação, se faz preciso nesta introdução, que compreendam a história recente da formação do professor de educação física. Fala-se isto, apoiado pelo pensamento de Karl Marx (1818-1883), quando trata o humano como um ser social e histórico (MARX, 2008a). Assim, para se chegar à razão do porquê pesquisar as implicações sociais da formação do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação, recorreremos brevemente a algumas particularidades deste objeto.

Com o desenvolvimento sistemático da profissão de educação física e sua sequente regulamentação no ano de 1998 pela lei nº 9.696, ainda se tinha nesse período na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) uma formação em educação física que permitia o profissional atuar nas mais diversas áreas, desde à escola e o lazer, ao treinamento físico e de rendimento. Essa formação do professor de educação física era tida como uma licenciatura ampliada e ofertada em várias IES, especialmente as públicas, mesmo que pelas Diretrizes de 1987 fora autorizado a duplicação da formação em educação física, ao segmentar o curso em licenciatura plena e bacharelado (VENTURA, 2010).

Contudo, o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), no ano de 2002, formado em grande parte por um colegiado de professores de IES privadas, visualizaram uma forma mercadológica de aumentar o lucro de seus patrões ao apoiar as Diretrizes que favoreciam a fragmentação curricular do curso de educação física. Como estratégia, o CONFEF por meio de seus Conselhos Regionais de Educação Física (CREF), passou a fiscalizar e impedir os licenciados de atuarem no campo do bacharelado com base nas Diretrizes de 1987, medidas estas, tomadas durante um momento sensível, em que se discutia no poder federal a nova legislação que nortearia a formação de professores. Essa atitude fiscalizadora do sistema CONFEF/CREF fortaleceu uma forte cobrança por intermédio dos órgãos públicos competentes nas IES que ofertavam o curso de educação física, no qual

deveriam cumprir com a devida divisão curricular em licenciatura plena e bacharelado (VENTURA, 2010).

Dois anos após, em 2004, o CONFEF oficialmente venceu a batalha, principalmente contra as IES públicas que lutavam bravamente pela manutenção do currículo que contemplava a licenciatura ampliada, cuja formação dava suporte para a atuação do professor tanto no campo escolar, como no não-escolar. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovava um novo currículo para cada campo, como também, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC-SESU) regulamenta esses novos currículos (VENTURA, 2010).

Dessa forma, o que antes era uma formação mais completa, com o estudo das teorias da educação e educação física, principalmente as críticas, que se somavam aos estudos biodinâmicos, como fisiologia, anatomia, biomecânica, tendo como intenção formar professores mais críticos e que podiam atuar nos mais diversos campos da profissão, com essa divisão, as teorias críticas, fundamentais para a formação como um todo, ficaram mais atinentes à licenciatura plena e, com isso, o bacharelado se tornava um curso mais voltado para a área biológica. Exemplificando pela prática, antes o professor poderia ministrar aulas na escola pela manhã e ser um treinador à tarde, isto apenas com o curso de licenciatura. Atualmente, para atuar na escola e no treinamento, é necessário que o professor de educação física tenha cursado a licenciatura plena e o bacharelado. Além disso, a formação profissional do bacharelado com a sua biologização tende a preparar os professores de educação física a atuarem em favor da ordem burguesa, pois a falta do aprofundamento em determinadas teorias no currículo do bacharelado pode formar profissionais para atender tão somente ao mercado *fitness* ou de alto rendimento, ambos financiados pela indústria, ou seja, pelo capital (SOARES, 2004; VENTURA, 2010).

Outra questão no qual o bacharelado em educação física tem contribuído a favor da ordem vigente, é com o desenvolvimento – apoiado pela indústria cultural – de corpos que atendam as demandas capitalistas, isto é, de corpos resistentes, que sustentem as várias horas de trabalho e consumam mercadorias excessivamente. Essa indústria se apropria da estética como elemento de padronização dos corpos, induzindo os mais diversos indivíduos no seu tempo livre à consumirem exercícios físicos e suplementos alimentares, dando condições de seus corpos se padronizarem e, conseqüentemente, atenderem as mais variadas necessidades do capital (BAPTISTA, 2013).

Nesse sentido, o bacharelado em educação física vem colaborando enormemente para a manutenção da ordem burguesa, se fazendo necessário mais estudos em diversos

campos de atuação da educação física, na intenção de entender as consequências do presente, quanto as do futuro, causadas por esta fragmentação da educação física.

É por esta realidade que o objeto deste estudo se floresce. Não, por acaso, que atualmente a maioria dos sujeitos ao resolverem estudar educação física, têm optado pela área do bacharelado, afinal a demanda de serviços, por obviamente atender ao capital, tem sido bem maior do que na área escolar e, para aqueles que querem atuar nos dois campos, são obrigados a realizarem os dois cursos (VENTURA, 2010).

Então, mesmo aquele que tenha feito um dos cursos na IES pública, por exemplo, terá que fazer a sua complementação provavelmente na IES privada, caso contrário, teria que passar por toda aquela cansativa burocracia de um processo seletivo concorrido para novamente poder estudar em uma IES pública, bem como, quem já fez um dos cursos na IES privada, caso deseje, teria que complementar sua formação, prolongando sua permanência na instituição, o que nos demonstra perfeitamente o grande interesse das IES privadas na fragmentação do currículo da educação física.

Em oposição a uma formação que seja complacente com a ordem hegemônica, de professores vindo a atuarem sem criticidade as demandas impostas ao corpo, este estudo vem buscar na teoria marxiana elementos contra-hegemônicos de uma educação concedida pelo capital, como também, uma pesquisa empírica com graduandos do bacharelado em educação física de duas universidades da cidade de Goiânia-GO que ofertam o curso, sendo uma privada e a outra pública, porquanto, entendemos que a “[...] observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Esta dissertação está composta de 4 capítulos e tem como método o materialismo histórico-dialético, em que a escolha deste método se dá por acreditarmos na categoria da totalidade, com a qual podemos percorrer por uma apreensão que consiga ser totalizante sobre a realidade que investigamos (HÚNGARO, 2001).

O primeiro capítulo parte de uma busca na história para entendermos no presente o que é um corpo mercadoria. Para isto, dialogaremos com as categorias trabalho e propriedade, tendo como referência as obras de Marx. Da gênese ao capitalismo, veremos que o trabalho é ontológico e, que por meio da reificação da consciência do trabalhador, seu corpo se transforma em coisa e é meramente um instrumento de produção de mercadoria e ao mesmo tempo sendo coisa, ganha valor de mercadoria, pois esse corpo apresenta um valor social médio de produção.

O segundo capítulo busca um diálogo com a estética a partir da filosofia, para isto, vai tratar com filósofos da modernidade, que se propuseram a investigar a natureza, a arte e a sensibilidade para o belo. Iniciando com o pensamento de Immanuel Kant (1724-1804) a partir do que denomina como estética transcendental e seu juízo; depois, com as ideias de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) sobre o belo como espírito absoluto; em seguida com as reflexões críticas de Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) em relação à arte e o belo; finalizando com György Lukács (1885-1971) abordando a necessidade de uma estética que seja espelho da realidade.

O terceiro capítulo inicia-se com a discussão a respeito da educação física, desde sua remota origem no período do humano primitivo à sua realidade atual, tendo como referências principais: Carmen Lúcia Soares, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Jayr Jordão Ramos (1907-1980), que foi professor da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); Manoel José Gomes Tubino (1939-2008), que foi professor da Universidade Castelo Branco (UCB); Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Paulo Roberto Veloso Ventura, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Depois faremos um diálogo sobre a estética corporal que se encontra sob o domínio do capital, apoiando-se nos estudos de Tadeu João Ribeiro Baptista, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Por último, discutiremos sobre a necessidade de uma educação estética de emancipação do sistema posto, no qual temos como principais referências: o filósofo húngaro István Mészáros (1930-2017); e o filósofo brasileiro Dermeval Saviani, professor emérito da Unicamp.

O quarto capítulo será a apresentação de uma pesquisa empírica quanti-qualitativa descritiva transversal, por meio de aplicação de questionário para graduandos do bacharelado em educação física sobre sua compreensão de corpo, estética e educação, no qual acredita-se que o entendimento e criticidade desses bacharéis estão relacionados e fragmentados aos padrões hegemônicos impostos pelo capital. De maneira que pautaremos toda a nossa discussão com os resultados da pesquisa – em que se demonstrou haver uma formação biologizada e focada em atender a ordem vigente – e o pensamento desenvolvido nos três capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

CORPO MERCADORIA

*“Periferia: corpos vazios e sem ética
Lotam os pagode, rumo à cadeira elétrica”
(Racionais MC's, Jesus Chorou)¹*

Pela voz de Mano Brown – um artista que cresceu na periferia de São Paulo, no bairro do Capão Redondo e integrante do grupo de rap Racionais MC's – retrata-se nos versos de *Jesus Chorou* a triste realidade de um proletariado reificado e sua miserável vida de servidão ao Estado burguês que, por um inconsciente desespero e, sem o devido esclarecimento, acaba por se aprisionar nas masmorras da indústria cultural, sendo esta indústria, conforme analisaremos *a posteriori*, uma das grandes culpadas do intrínseco esvaziamento crítico e moral de seus corpos, como também, uma parte responsável em conduzi-los anestesiados ao selado destino da “cadeira elétrica”, quando já não mais servirem aos interesses do capital.

O corpo nestas condições perde seu caráter de ser genérico e se transforma em objeto. Este por sua vez, tem um corpo sólido, incapaz de se objetivar e subjetivar como humano, afinal, é formado de substâncias inorgânicas e carece de consciência. O corpo objeto não sente dor e nem fome, não fica feliz e muito menos triste, portanto, é inverso ao corpo humano, sujeito histórico em sua essência e a única similaridade entre si, é que são corpos e ocupam o espaço. Diante desta realidade, surge a pergunta que problematiza este capítulo: como o corpo humano se coisifica e se torna mercadoria?

Para compreender o processo de coisificação do corpo e sua mutação em mercadoria, este capítulo se ampara em Marx e Friedrich Engels (1820-1895). Os autores entendem que a história e a produção material do ser social e somente são possíveis de compreensão, se forem apoiados nos pressupostos reais de “[...] indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas

¹ Letra completa no Anexo III desta Dissertação.

por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, pp. 86-87). Partindo desta premissa, é de suma importância conhecermos de que maneira o corpo humano vem se apresentando desde sua gênese nas relações sociais; as formas históricas de como ele se consolida na sociedade burguesa; e quais são as suas possibilidades de emancipação.

Isto acaba por explicar a escolha da teoria marxiana como princípio metodológico a este capítulo, pois é a única capaz de nos favorecer a uma “[...] apreensão totalizante da realidade” (HÚNGARO, 2001, p. 222). Desta forma, se faz necessário conhecer a verdadeira realidade ao qual o corpo está subsumido no sistema capitalista, uma vez que, é a partir destes conhecimentos sobre a realidade que poderemos romper radicalmente com o capital, para enfim, dar-se início a um “projeto socialista original” (MÉSZÁROS, 2011a, p. 75).

A educação do corpo e de como ele se movimenta nas singulares relações sociais de cada etapa histórica, advém de longos processos de transformações sociais. A esta discussão, este capítulo se apoia na análise: 1) a que Marx (1985) discorre sobre a evolução social, desde o período pré-histórico da sociedade humana ao surgimento e desenvolvimento das sociedades de classe, hoje manifestado pelo capitalismo; 2) nos cadernos de estudos de Marx (2004) sobre economia-política, mediados pela dialética; 3) nas críticas feitas por Marx e Engels (2007) a filósofos alemães, tidos na época como “profetas” do socialismo alemão, todavia, carente de uma lídima dialética materialista; e 4) nos aprofundados estudos interdisciplinares e científicos sobre o capital de Marx (2008b, 2017).

Mesmo que a obra de Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas (1857-58)*, sejam anotações não publicadas em vida, sendo apenas notas orientadoras para a formulação de suas grandiosas teorias, essas anotações nos dão amparo ao método em que ele mesmo propõe uma busca ao entendimento da história a fim de contextualizar o materialismo presente, que aditamos a outra obra, os *Manuscritos econômico-filosóficos (1844)*, compostos por pensamentos também não publicados em vida, no qual elucida as categorias da economia-política e a premência de um socialismo humanista, estas, somadas a obra *A ideologia alemã (1845-46)* de Marx com Engels, e de relevante importância ao tratar das categorias amparadas pela luz do materialismo histórico-dialético, fundamentando sua teoria mediante a realidade concreta e do mesmo modo nos dando suporte através da apreensão indispensável da história e do materialismo pela dialética. Essas três obras não foram escritas para serem publicadas, mas sim, de acordo com Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012), no intuito de instruir o próprio raciocínio, além de serem suporte na preparação de famosas obras publicadas, por exemplo, *Contribuição à crítica da economia política (1859)* e *O capital (1867)*, que também comporão as referências deste capítulo, juntamente com as obras de intelectuais que deram

segmento ao pensamento de Marx e Engels, dentre eles, Lukács (2012, 2013); Mészáros (2011b, 2011a, 2013); e o próprio Hobsbawm (1985, 2009).

Este capítulo também se respalda em três referências marxistas de destaque para a educação brasileira, especificamente para área da educação física, sendo eles, os intelectuais e professores: Caio Sgarbi Antunes da UFG; Edson Marcelo Húngaro da Universidade de Brasília (UnB); e Tadeu João Ribeiro Baptista da UFG, que juntos, ajudarão este capítulo no entendimento de seu objeto, o corpo mercadoria.

1.1 O corpo na organização social do trabalho: da pré-história ao capitalismo

Para tal contextualização histórica, em primeiro, temos a necessidade de fazer um resgate das categorias trabalho e propriedade pela teoria social de Marx, pois o “[...] relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é o de propriedade” (MARX, 1985, p. 65). Ou seja, o trabalho é a essência do corpo humano, somente por ele, se alcança a real satisfação das necessidades de sobrevivência. Isto faz com que a propriedade se constitua como “[...] unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais. Por isto, o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente de seu trabalho” (MARX, 1985, p. 65).

Um corpo humano existente, tem que despender forças produtivas para satisfazer suas necessidades de imediato através de sua relação com a natureza e com outros corpos. Esse metabolismo termina por transformar a natureza e o próprio corpo, o que significa transformar o próprio humano. Há, portanto, uma organização social em prol do desenvolvimento de produção pela vida, onde o “[...] indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade” (MARX, 1985, p. 65).

Dessa maneira, se estabelece uma constante tensão entre a singularidade do trabalho humano e a genérica constituição de propriedade, pois, veremos que o trabalho para Marx, segundo Baptista (2013, p. 46), é “[...] condição ontológica e mediador central na constituição humana” e como diz o próprio Marx, o trabalho surge como “[...] essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto atividade sendo para si, enquanto sujeito, enquanto pessoa” (MARX, 2004, p. 99). O verdadeiro sentido de existência da propriedade é ser uma forma de objetivação e subjetivação do gênero humano, que pelo trabalho sobre a natureza, pode produzir a sua existência.

O trabalho é nessas circunstâncias o mediador entre o humano e a natureza, pois o ser humano é um ser natural e, como bem enfatizou Engels, em 1883, no discurso diante do

túmulo do amigo *Mouro*²: “[...] descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana: [...] de que os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc.” (MARX; ENGELS, 1985, p. 179). Sem os recursos da natureza, o corpo físico sucumbirá e o trabalho nessa conjuntura é a sua objetivação pela e para a sobrevivência.

Logo, esse metabolismo entre humano e natureza demonstra que

[...] o homem não vive sem a natureza à sua volta. A natureza aqui já foi tocada e, mesmo transformada pelo homem, mantém-se em relação direta com ele. A natureza é o lócus de onde o homem retira o seu sustento e, assim, preserva a própria vida. O homem não vive fora da natureza, ao contrário, vive com e através dela (BAPTISTA, 2013, p. 49).

O pensamento de Baptista se sintetiza na definição de Marx (2017, p. 119) ao dizer que esse metabolismo entre o humano e a natureza para satisfação de suas necessidades vitais básicas chama-se “trabalho útil”. A essência do trabalho está, desse modo, na sua atuação direta com a natureza em prol da existência humana.

A força despendida pelo corpo humano é a sua capacidade de produção, de realização do trabalho em seu benefício. A esta ação, Marx denomina de força produtiva do trabalho e é definida por variadas condições, entre elas, “[...] pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2017, p. 118).

São essas capacidades humanas e suas relações diretas entre si e com a natureza, mediante o trabalho, que o corpo se sustenta e mantém suas condições necessárias à sua vitalidade. Dessa maneira, a propriedade do trabalhador se faz na sua força de trabalho, sem esta, seria incapaz de sobreviver. Esta força exercida pelo humano sobre a natureza tem como efeito a produção de produtos, que sob sua propriedade, terá a função de garantir-lhe a vida e a sua reprodução (MARX, 2004).

Em suma, o trabalho, segundo Marx (2004, p. 124), “[...] é o vir-a-ser para si (*Fürsichwerden*) do homem no interior da exteriorização ou como homem exteriorizado”. Antunes clarifica este pensamento de Marx, nos fazendo refletir sobre o seu significado:

Mas o que significa ser o trabalho ‘o vir-a-ser para si’ do ser humano? Significa, de um lado, [...] que o ser humano é uma parte da natureza, mas de outro, e fundamental, que é o trabalho, ou a capacidade humana de trabalhar que torna

² “*Mouro*” era o apelido de Marx, desde a universidade (MUSTO, 2018, p. 97).

possível que uma parte da natureza venha a constituir-se como **ser humano**. Em síntese: o surgimento do ser humano é obra do próprio ser humano (ANTUNES, 2018, p. 42) (Grifos do autor).

O autor nos leva a pensar sobre a gênese humana, pois, assim como, o humano se relaciona com a natureza para sobreviver, ele também é natureza ao se reproduzir, ou seja, “[...] o ser humano constitui uma totalidade, composta pelos corpos orgânico [humano] e inorgânico [natureza]”, logo, o “[...] ser humano e natureza não se equivalem, mas constituem uma unidade” (ANTUNES, 2018, p. 36). Por essa razão, a partir do pensamento marxista, entendemos que o trabalho é um processo ontológico de “[...] produção e reprodução da vida humana” (LUKÁCS, 2012, p. 336).

Nesse contexto, a história dos seres humanos nasce com o próprio humano, pois se inicia com o surgimento do ser humano e tem no trabalho, o elemento ontológico de produção e reprodução da vida. Com o surgimento do humano e seu relacionamento com outro humano e a transformação da natureza por intermédio de seus trabalhos, dar-se origem ao ser social, à comunidade humana e sua inter-relação com o trabalho. O método marxista parte deste princípio: o de compreender a evolução do ser social a partir de seu início e contínuo processo histórico de trabalho, de transformação da natureza e de se transformar, a favor da existência humana, até a presente realidade (ANTUNES, 2018).

A aplicabilidade da história, para Marx e Engels,

[...] nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições (MARX; ENGELS, 2007, p. 40)

Somente a partir do entendimento da gênese humana e seu desenvolvimento à fase atual da realidade do modo de produção, seremos capazes de captar a essência do trabalho constituído através da relação do humano com a natureza ao longo do tempo. Esse processo de produção e reprodução da vida humana, só nos foi possível de apreensão por intermédio dos conhecimentos produzidos pela história e não por “[...] pressupostos arbitrários, [e] dogmas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86). Desta forma, os pressupostos no qual partimos são os “[...] pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86).

O método marxista, consiste justamente da ideia de se percorrer o caminho que sai do abstrato para se chegar ao concreto. A realidade entendida é resultado deste caminho

percorrido até o concreto, tornando-nos capacitados a conhecer o “mundo real”, a “totalidade concreta” da existência humana (MARX, 2008b, p. 259).

Este processo,

[...] parte do nível mais alto de abstração, no qual se focalizam fatores isolados ou no menor número possível, daí procedendo por concretização progressiva, à medida que se acrescentam novos fatores, no sentido da aproximação cada vez maior e multilateral com a realidade fatural. A essa interpretação, no geral correta, acrescentamos que o trânsito do abstrato ao concreto se faz em todo o percurso (GORENDER, 2017, p. 37).

Pela *aphairesis* (abstração) do objeto faz-se ampliar a análise do real (GREGÓRIO, 2018). Neste caso, o nosso objeto em discussão até o momento tem sido o trabalho ontológico, logo, são as condições históricas determinadas que definem o trabalho humano a todo o tempo, que parte das relações concretas de produção e reprodução do ser social ao longo da história. Portanto, a abstração é imensamente necessária; ela permite conhecer o objeto desde o seu início; de se poder fazer a crítica do imediatamente dado e carregado de uma instrumentalidade falsa.

Por esse motivo, foi feito até o momento uma síntese ontológica das categorias trabalho e propriedade e suas relações com o ser social e o desenvolvimento da existência humana. A necessidade de se fazer tal abstração a partir dos fatos históricos, nos disponibiliza a capacidade de entender a realidade de forma concreta. Ou seja, “[...] de se pensar que a realidade humana, que inclui também a natureza, é um todo articulado que pode ser racionalmente apreendido” (HÚNGARO, 2001, p. 34).

Assim sendo, irrefutavelmente os humanos se realizam pelo

[...] **trabalho**, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é — e ao mesmo tempo produz — a evolução social (HOBSBAWM, 1985, p. 16) (Grifo do autor).

Foi pelo trabalho que se conservou, como também, deu-se continuidade de existência a vida através da atuação do humano com a natureza. Com o seguir do tempo, da evolução social, o aspecto distintivo do humano sempre foi o trabalho, de poder transformar intencionalmente a natureza, a realidade, da qual ele “[...] faz parte e é ao mesmo tempo construtor, é constante transformação. A essência da realidade humana é essa constante transformação, num processo ininterrupto em que constantemente mudam a natureza e o ser humano [por meio do trabalho]” (HÚNGARO, 2001, p. 34).

A objetivação do ser no modo de produção inicial da vida humana, em seus primeiros momentos de relação com a natureza, estreitamente com a terra, de caráter universal, são características da pré-história, do primeiro período da história, do surgimento dos seres humanos. O trabalho é nessas condições, sua sobrevivência e reprodução da vida. Com a evolução social, as particularidades de produção vão definindo “[...] a organização social e os processos de reprodução das condições coletivas e individuais” (BAPTISTA, 2013, p. 59).

São essas particularidades de produção ao longo de cada período da história, que Marx se propõe a analisar a evolução social pelo método dialético de Hegel, contudo, em “[...] bases materialistas e não idealistas [como as hegelianas]” (HOBSBAWM, 1985, p. 15). A respeito da “correção da dialética hegeliana” elaborada por Marx (2004, p. 115), ela foi pautada na conversão do idealismo de Hegel para o materialismo, em real oposição, como ele afirma no posfácio da segunda edição de *O capital* (MARX, 2017, p. 90). Contudo, como reconhece Mészáros (2013, p. 33) sobre a inversão da dialética hegeliana por Marx, isto “[...] não implica necessariamente [em] uma rejeição ou repressão radical da ideia sintetizadora original”. Nesse sentido, ressaltamos que o pensamento de Hegel sempre foi referência positiva à teoria marxiana.

Para sermos capazes de compreender a totalidade concreta do ser social pela dialética materialista, primeiro é necessário que se faça um resgate real do “[...] processo histórico-social” (LUKÁCS, 2012, p. 413). Seguindo por este resgate histórico do ser social, já vimos que a categoria trabalho em essência ontológica é compreendida pela história humana a partir de sua gênese. Assim,

[...] a vida nômade é a primeira forma de sobrevivência [humana], na qual a tribo não se estabelece em lugar fixo, aproveitando, antes, o que encontra no local e logo indo adiante. Os homens não foram fixados pela natureza (salvo, talvez, em certos ambientes tão férteis que pudessem subsistir com base em uma simples árvore, como os macacos; fora disto, eles teriam de mover-se, como os animais selvagens). Portanto, a comunidade tribal, o grupo natural, não surge como consequência, mas como a condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários, do solo (MARX, 1985, p. 66).

A procura de sobrevivência, os primeiros passos humanos eram pela transformação da natureza local até os recursos naturais da terra se esgotarem – salvas exceções – com sequente deslocamento a procura de terras mais férteis e inevitáveis encontros com distintas tribos. A comunidade tribal se forja como uma organização social primária do humano, é a primeira forma inicial de propriedade que emerge e se desenvolve “[...] a partir

da evolução espontânea (*naturwüchsig*): a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos” (MARX, 1985, p. 66).

O trabalho nessas condições iniciais da vida humana, como se observa, é antagônico ao processo de trabalho ao qual vivenciamos hoje, que está pautado no modo de produção capitalista. A propriedade do trabalhador no início da vida humana é dada por sua força de trabalho em ação com a natureza, com o fim de sobrevivência, porém, com a formação de comunidades tribais e suas combinações entre-si, deu-se início a produção de excedentes. O trabalhador como unidade não produz apenas o suficiente para sua sobrevivência, vivendo em comunidade,

[...] seu excedente de trabalho pertence à comunidade mais elevada que, por fim, assume a forma de uma **pessoa**. Este trabalho excedente se realiza ao mesmo tempo como tributo e trabalho comum para a glória da unidade, destinada em parte para o déspota e em parte para a divindade tribal, imaginária. Na medida em que este tipo de propriedade comum é efetivado, na realidade, no trabalho, pode aparecer de dois modos. Ou as pequenas comunidades vegetam lado a lado, e em cada uma delas o indivíduo trabalhará, independentemente, com sua família a terra que lhe foi confiada. (Haverá, também, certo montante de trabalho para a reserva comum — para segurança, poderia dizer-se — por um lado; e por outro, para pagar os custos da comunidade, tais como os das guerras, dos serviços religiosos, etc. O domínio dos senhores, num sentido o mais primitivo, surge somente nesta fase, por exemplo, nas comunidades Romanas e Eslavas e aí se dá a transição para a servidão, etc). No 2.º caso, a unidade pode envolver uma organização comum do trabalho tal, que se constitui num verdadeiro sistema, como no México e, especialmente, no Peru, entre os antigos Celtas e algumas tribos da Índia. Além disto, pode haver uma tendência a surgir a comunalidade dentro do corpo tribal, seja como uma representação de sua unidade, através do chefe do grupo tribal consanguíneo, ou como um relacionamento entre os chefes de famílias. Daí poder ocorrer uma forma mais despótica ou mais democrática de comunidade (MARX, 1985, p. 68) (Grifo do autor).

Nos estudos de Marx sobre as formações pré-capitalistas, ele aborda as primeiras formas de produção pelo trabalho. Nesse primeiro formato social não se produz apenas para a satisfação das necessidades do corpo, mas também passa a se produzir um excedente. Nas tribos esse excedente é destinado aos indivíduos, denominados por Marx, como déspotas, que por determinadas razões, sejam elas de força, inteligência, consanguínea e outras, dominam o restante da comunidade, enquanto a outra parte do excedente é destinado às divindades imaginárias. Seja qual for o motivo da produção excedente, com a evolução social passará a se potencializar.

As comunidades começam a se desenvolver e se apossar das terras férteis, criando as primeiras transformações nas tribos, como, por exemplo, vínculos a terra e início das cidades, com isso, tornando-se a

[...] segunda forma (de propriedade) [...]. É produto de vida histórica mais dinâmica (*bewegten*), do destino e da transformação das tribos originais. A **comunidade** é, aqui também, a condição prévia mas, diferentemente de nosso primeiro caso, não mais constitui a substância da qual os indivíduos são simples acidentes (*Akzidenzen*) ou meros componentes naturais espontâneos. A base, aqui, não é a terra mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras). A área cultivada é território da cidade, enquanto, no outro caso, a aldeia era simples apêndice da terra. Por maiores que sejam os obstáculos que a terra possa opor aos que a trabalham e dela realmente se apropriam, não é difícil estabelecer uma relação com ela, enquanto natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito (MARX, 1985, pp. 68-69) (Grifo do autor).

A segunda forma histórica de propriedade na organização social é o vínculo com a terra. Protegê-la, então, se torna prioridade. “A guerra é, portanto, a grande tarefa que a todos compete, o grande trabalho comunal, e se faz necessária, seja para a ocupação das condições objetivas da existência, seja para a proteção e perpetuação de tal ocupação” (MARX, 1985, p. 69). Ressalta-se que as conquistas de uma comunidade sobre a outra não davam apenas a posse da terra aos vitoriosos, mas os sobreviventes das comunidades aniquiladas se tornavam escravos a servir (MARX; ENGELS, 2007).

A comunidade, nessas condições, já assume papel de Estado, com a indispensabilidade de um recíproco relacionamento entre os sujeitos da comunidade. Nesse molde inicial de organização social, os trabalhadores – não escravos – são, ainda, também proprietários da terra e trabalham em prol das condições unitária e coletiva.

A terceira forma, vem em contrapartida a terra para todos. Segundo os estudos de Marx:

A terceira forma de propriedade é a feudal ou por estamentos. Se a antiguidade originou-se da cidade com seu pequeno território, a Idade Média teve o campo como ponto de partida. Este diferente marco inicial foi determinado pela distribuição da população à época, esparsa sobre grande área e sem ser muito aumentada pelos conquistadores. [...] os derradeiros séculos do decadente Império Romano e sua conquista pelos bárbaros destruíram grande quantidade de forças produtivas: a agricultura declinara, a indústria decaía por falta de um mercado, o comércio morrera ou fora violentamente interrompido, a população rural decrescia. [...] a propriedade feudal desenvolveu-se sob a influência da estrutura militar germânica. Como ocorreu com a propriedade tribal e comunal, a base foi novamente a comunidade, mas a classe diretamente produtora que se defronta com essa propriedade não foi, como no caso da antiga comunidade, a dos escravos, mas a do pequeno camponês reduzido à servidão. Tão pronto o feudalismo desenvolveu-se plenamente, surgiu o antagonismo com as cidades (MARX, 1985, pp. 116-117).

Na propriedade feudal não são mais os escravos a servir, mas os servos e, as terras ganham uma estrutura hierárquica de posse, de modo que, o poder sobre a terra e o servo está

nas mãos da nobreza e do clero. A história nesse momento é escrita e as lutas de classes ganham destaque (MARX; ENGELS, 2007, 2010).

A propriedade, na época feudal, se constituía

[...] pela propriedade da terra e pelo trabalho servil a ela acorrentado e, do outro, pelo trabalho próprio com pequeno capital que dominava o trabalho dos oficiais. A estrutura de ambos era condicionada pelas limitadas relações de produção – pelo escasso e grosseiro cultivo da terra e pela indústria artesanal. A divisão do trabalho pouco ocorreu na florescência do feudalismo (MARX; ENGELS, 2007, p. 91).

Para a monarquia e seu “monarca à frente”, o feudalismo representava o aumento das terras feudais e as condições de produção tinham como intento produzir, primeiramente, para o sustento luxuoso da classe dominante e uma pequena cota destinada aos servos, de maneira que desse para sobreviver e continuar a servir os seus exploradores (MARX; ENGELS, 2007, p. 92).

No cenário feudal,

[...] a área rural e não a cidade é o ponto de partida da organização social. Novamente, a propriedade comunal — que, de fato, torna-se propriedade coletiva dos senhores feudais, como um grupo, apoiados pela organização militar dos conquistadores tribais germânicos — é sua base. Mas a classe explorada, em oposição à qual a nobreza feudal organizou sua hierarquia e dirigiu seus dependentes armados, não era constituída por escravos mas por servos (HOBSBAWM, 1985, p. 31).

A divisão do trabalho no feudalismo está pouco desenvolvida, “[...] parece ser uma evolução alternativa do primitivo comunalismo” (HOBSBAWM, 1985, p. 30). Mas os seus estamentos demonstravam uma rígida separação social, de um lado a nobreza e o clero no desfrute da vida como classe dominante e, de outro, os servos camponeses nas extensas áreas rurais, com os artesãos e plebe nas cidades.

A passagem para o sistema capitalista – a quarta e atual forma de propriedade – é um “produto da evolução feudal” e iniciado através de uma progressiva divisão social do trabalho (HOBSBAWM, 1985, p. 31). Esse processo tem início com “[...] a oposição entre cidade e campo”, com destaque a utilização de vocábulos, tais como civilização, Estado e nação. Nas cidades, verifica-se uma “[...] divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

O progresso da divisão do trabalho entra em um processo de ruptura com o trabalho servil para o que conhecemos hoje como trabalho assalariado, resultado do comércio

e das manufaturas que se desenvolveram por meio da exploração colonial e do sistema comercial marítimo que cresceram rapidamente, levando os lucros às comunidades mercantis. O rompimento com a servidão e o surgimento das manufaturas, transformaram a produção em capital, com as guildas – associações dos comerciantes – representando os interesses burgueses e os jornaleiros se convertendo em proletariado (HOBSBAWM, 1985, 2009).

Destarte, Hobsbawm faz uma adequada síntese das quatro etapas apresentadas por Marx referente aos seus estudos sobre a história da evolução social em relação a propriedade:

A primeira é a propriedade comunal direta, como no sistema oriental e, em forma modificada, no eslavo. Nenhum deles, ao que parece, pode ser ainda considerado como sociedades de classes plenamente constituídas. A segunda é a propriedade comunal que perdura como substrato do que já é um sistema ‘contraditório’, i.é, de classe, como nas formas germânica e antiga. A terceira etapa surge, de acordo com a argumentação de Marx, não tanto como resultado da evolução propriamente dita do feudalismo, mas através do advento da manufatura **artesanal** em que o artesão independente (corporativamente organizado em guildas) já representa uma forma muito mais individual de controle sobre os meios de produção e, na verdade, do consumo — o que lhe permitirá viver enquanto produz. Pode parecer que Marx tivesse em mente aqui uma certa autonomia do setor artesanal de produção, pois deliberadamente exclui as manufaturas do antigo oriente, sem dar razões para esta exclusão. A quarta etapa é aquela em que surge o proletariado, o que vale dizer é aquela na qual a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de **homens** (HOBSBAWM, 1985, pp. 38-39) (Grifos do autor).

Do comunalismo primitivo como primeira manifestação de propriedade, do ser orgânico em unidade para o ser social, com o modo organizacional a partir do trabalho ainda bem pouco desenvolvido, passando para um dinamismo da propriedade comunal, no primeiro momento, como propriedade privada móvel, de vida nômade, que em decorrência de disputas ou esgotamento dos recursos não conseguiam se fixar, para o segundo momento, de desenvolvimento da propriedade privada imóvel mediante os processos de trabalhos em estágio superior de trato com a terra, tendo em subsequência a apropriação da terra, com crescente ampliação de conquista de territórios por parte de uma classe dentro da organização social e seu paralelo empoderamento do trabalho servil, levando inevitavelmente, essa exploração ao prolongamento do comércio, de imediato para custear as altas taxas cobradas pela nobreza em prol de seu ócio, evoluindo para um rompimento entre comerciantes e nobres, com o primeiro assumindo a posição de liderança e usufruto das produções sociais; chegando a nossa realidade e atual forma de propriedade (MARX, 1985; MARX; ENGELS, 2007).

Desse modo, inaugura-se o processo de troca, da classe burguesa – ao contrário da nobreza – se apropriando não do trabalhador e sim de sua força de trabalho e como caracteriza

Hobsbawm (1985, p. 39), “[...] cada um destes sistemas cada vez mais afasta-se, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem”, de sua ontológica relação com a natureza pelo trabalho.

Esse processo de troca, de posse da força de trabalho pelo capitalista, demonstramos injusto, uma vez que, é antagônico a essência humana, pois,

[...] estabelecidos o capital e o trabalho assalariado como seus próprios pré-requisitos, i.é, como uma base pressuposta da produção, o seguinte estado de coisas parece implantar-se: em primeiro lugar, parece que o capitalista tem de possuir não apenas um fundo de matérias primas e meios de subsistência suficiente para que o trabalhador reproduza a si mesmo, produza os necessários meios de subsistência, realize o **trabalho necessário**; mas, ainda, um fundo de matérias primas e instrumentos de produção por meio do qual o trabalhador realize seu trabalho excedente, i.é, o lucro do capitalista. Análise ulterior revelará que o trabalhador está, constantemente, criando um duplo fundo para o capitalista, ou em forma de capital. Uma parte deste fundo constantemente preenche as condições de sua própria existência, a outra parte as condições da existência do capital. Como vimos, o capital excedente — e capital excedente em sua relação com sua relação pré-histórica com o trabalho — inclui a **apropriação** de todo **capital presente, real**, e de cada elemento deste capital, que é apropriado uniformemente como **trabalho alheio** transformado em um objeto e apropriado pelo capital, sem troca, sem transferência de um equivalente por ele (MARX, 1985, p. 100) (Grifos do autor).

Marx vem a demonstrar a passagem do “trabalho útil”, ainda como “valor de uso”, para a etapa de trabalho excedente com fins de proporcionar lucro ao capitalista. Todo o antagonismo de valores sociais reverte-se em um trabalho com base no “valor de troca”³ – de apropriação da força de trabalho –, desfavorecendo uma classe, de maior massa, a favor de uma minoria exploradora.

Com o pensamento já formulado e maduro sobre a essência do trabalho e da propriedade, diz Marx: “[...] valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (MARX, 2017, p. 120). Seguindo esta lógica, Lukács reafirma o papel ontológico do trabalho e a imprescindibilidade de Marx ao utilizar-se de categoria – valor de uso – advinda dos estudos de economia-política para abordar a gênese humana e explicar com maestria que “[...] o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Nesse sentido, a propriedade privada no modo de produção capitalista mostra-se com o propósito de aprisionar as efetivações imediatas do humano que, ao invés de se

³ Este decurso entre “valor de uso” e “valor de troca” é muito bem desenvolvido n’*O capital* e será abordado mais à frente neste capítulo.

objetivarem pela existência da vida, se exteriorizam em objetos do capital e não em objetos que permitem a real satisfação das necessidades. A vida que importa não é a vida humana e sim “[...] a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização”, cuja atribuição é a apropriação do trabalho humano por uma classe, proporcionado por um consumo coisificado, até mesmo dos meios de produção que produzem produtos com valor de uso (MARX, 2004, p. 108).

Essa cisão da essência do trabalho humano em decorrência da propriedade privada que vem se desenvolvendo e alcançando o seu estágio mais desenvolvido e do acúmulo de capital, provoca uma ação sobre o corpo e a consciência, indo na contramão da inter-relação entre humano e natureza, onde a natureza é o corpo inorgânico do humano, é a sua extensão. Sem a natureza não há como o corpo humano sobreviver, afinal “[...] a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer [...], pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2004, p. 84). Todo esse metabolismo decorre de um processo histórico de transformação, tanto do humano sobre a natureza, como da natureza sobre o humano, e, no caso desta última, as transformações se dão não somente no corpo físico do humano, mas também na sua consciência.

Portanto, é impossível cindir corpo e mente, físico e espírito, humano e natureza. Essa totalidade constantemente se transforma pela ação do trabalho. Se pelo trabalho, o humano transforma a natureza, a natureza em reação transforma o humano, sendo que o humano é em sua totalidade corpos orgânico e inorgânico, corpo físico e mente, que ao se transformar pela reação da natureza, transforma também a sua mente – consciência – e o seu corpo físico, essa associação justifica a compreensão do constructo do corpo da consciência/consciência do corpo (BAPTISTA, 2013).

Dessa maneira, o trabalho, que em essência é capaz de transformar o humano e a natureza, no modo de produção capitalista vem a determinar perigosas transformações ao corpo e à consciência, vindo a implicar em um ser social coisificado, “[...] fruto das determinações materiais, históricas e sociais” (BAPTISTA, 2013, p. 63).

1.2 Corpo físico, consciência e natureza: totalidade do ser social

Continuando pelo caminho da totalidade concreta de compreensão de como o corpo humano se coisifica, há a necessidade de se conhecer as áreas das ciências que o estudam, pois todos os conhecimentos estão diretamente relacionados com a ontologia do ser social e a sequente evolução social.

Dessa forma, o corpo físico, na perspectiva biológica, é formado por órgãos e complexos sistemas que interatuam uns com os outros, garantindo que as funções vitais do organismo estejam em funcionamento. Esses conhecimentos, são as ciências biológicas que se encarregam de pesquisar, estudando a estrutura física do corpo e suas funções biomecânicas e fisiológicas. Dentre as ciências biológicas responsáveis pelo estudo do corpo humano, destacam-se: a anatomia estudando as estruturas e os sistemas; a cinesiologia estudando o movimento; e a fisiologia estudando a função de cada parte do corpo. A compreensão biologizada do corpo físico, portanto, tem ficado a cargo dessas áreas do conhecimento (MCARDLE; KATCH; KATCH, 2016).

Em relação a compreensão da consciência humana, tem-se entre os órgãos que compõem o corpo humano, o cérebro. Dele, parte-se a ideia de mente, dado que, a mente só existe porque há um cérebro. Ao estudo do cérebro, três áreas interdisciplinares das ciências vêm a se evidenciar: a neurociência que estuda o sistema nervoso e é ligada as ciências biológicas; a psicologia que estuda o comportamento e as funções mentais; e a filosofia estudando a existência humana, ambas ligadas as ciências humanas (SILVA, 2012).

Dito isto, a toda essa corporalidade do qual as mais variadas ciências vêm se encarregando de compreender, desde os estudos biodinâmicos aos socioculturais, a relação ontológica do humano pelo trabalho com a natureza, do qual já falamos anteriormente, provoca uma série de transformações em ambos e são indissociáveis.

A transformação realizada pelo indivíduo sobre a natureza provoca por outro lado uma ação da natureza sobre o homem, transformando a sua consciência. Mas, a modificação ocorrida não vai agir somente sobre a natureza ou a consciência humana. Esta mudança atinge o corpo, pois cada tipo de trabalho, cultura e tecnologia demanda outros tipos de capacidades físicas e espirituais, as quais, por sua vez, gerarão novas formas de ação e também novas necessidades humanas (BAPTISTA, 2013, p. 67).

Ao transformar a natureza pelo trabalho, o humano em sua totalidade também se transforma, tanto a sua consciência ou mente, quanto o seu corpo físico, que de forma cíclica, isto é, por meio de constantes ações humanas e reações da natureza, provocam novas competências físicas e mentais e, a partir destas, novas necessidades humanas vão surgindo, vindo a modificar a “[...] própria essência humana, tornando o homem diferente de si próprio” (BAPTISTA, 2013, p. 67).

Nessa lógica, não há como fragmentar as transformações do corpo em conformidade apenas com os aspectos biológicos de corpo físico e mente ou em conformidade apenas com os aspectos socioculturais. O processo histórico constituído pelas inter-relações

humano-trabalho-natureza modifica todos os seus aspectos ao longo do processo social, alterando desde os aspectos anatômicos e fisiológicos às relações sociais. Ao compararmos o ser orgânico da pré-história ao ser atual, encontraremos inúmeras diferenças, tanto nos quesitos físicos, quanto de consciência, mas ressaltamos que também encontraremos muitas semelhanças, afinal, o humano se modificou, porém, não se transformou em um outro tipo de ser, o ser ainda é o humano, com características decisivas, sendo estas, muito semelhantes, considerando que a determinação central é o trabalho – e este não se modificou desde sua gênese –, apesar de ter se alterado a partir das diferentes formas de organização social da produção.

As ciências ao estudar e pesquisar sobre o corpo, seja qual for o objeto específico, tem em primeiro, reconhecer que o corpo advém de um processo histórico não só de evolução natural, como, por exemplo, propõe a teoria darwiniana, mas esta, é consequência da evolução ontológica do ser social em sua totalidade. Este pensamento que sobrepõe a teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882), sem desprezar suas contribuições aos ‘fundamentos históricos-naturais’ – como dizem Marx à Engels⁴ –, advém do entendimento marxista que

[...] essas teorias da reconversão ideal do social no natural emergem repetidamente, por exemplo no assim chamado darwinismo social, que se empenhou em provar que a luta pela existência é uma lei comum da natureza e da sociedade. Todas essas teorias ignoram que, na luta propriamente dita pela existência, o que está em jogo de modo imediato e real é vida ou morte no sentido biológico, é matar e devorar ou morrer de fome, ao passo que todas as lutas de classe na sociedade giram em torno da apropriação daquele mais-trabalho que compõe o valor específico de uso da força de trabalho humana. (Matar na guerra, a não ser que ocorra por razões canibalescas, nada tem a ver com a luta pela existência na natureza. [...] a própria guerra é um fenômeno decorrente – que às vezes se torna relativamente autônomo – da reprodução socioeconômica recém-indicada.) (LUKÁCS, 2013, p. 187).

Para além da teoria da evolução natural, Marx apresenta a teoria da evolução social e como bem demonstra Lukács, as teorias das ciências naturais tratam, por exemplo, que a busca pela sobrevivência é algo natural, contudo, se esquecem que as lutas – que deveriam ser pela sobrevivência – na sociedade de classes não se dão apenas no intuito de produção e reprodução da vida, mas sim, se apresentam como apropriação da força de trabalho humana. As guerras em uma sociedade de classes não são pela sobrevivência humana, não se dão de formas naturais, deste modo:

[...] a primeira forma de apropriação do trabalho que vai além da autorreprodução compreensivelmente é a força bruta. A sua organização, que originalmente servia à defesa, à expansão etc. do espaço natural de reprodução dos homens, recebeu uma nova função: assegurar a apropriação do trabalho de outros homens que vai além da autorreprodução (LUKÁCS, 2013, p. 266).

Pelo estudo ontológico do ser social a partir da teoria marxiana, Lukács demonstra que as modificações provocadas pelo humano na natureza e a reação de modificação oposta a si, fez da luta pela apropriação a favor da vida, em luta que “[...] se transforma em conservação (e tentativa de melhoria) do *status* socioeconômico” (LUKÁCS, 2013, p. 267). Como consequência, se sobrepõe a “[...] lei comum da natureza e da sociedade” como defende o “darwinismo social” (LUKÁCS, 2013, p. 187).

Marx descreve que a evolução social a partir do capital, ‘[...] do ponto de vista econômico, está prenha de uma nova forma superior’ e, de acordo com Musto, ele faz uma ousada comparação com a teoria de Darwin ao dizer que *O capital* põe em evidência ‘[...] um progresso oculto, lá onde as modernas relações econômicas são acompanhadas de assustadoras consequências imediatas’ (MARX, apud MUSTO, 2018, p. 65n). Em outras palavras, o capital vem provocar uma evolução antagônica a uma evolução de ordem natural.

A evolução social pelo capital assume “[...] a forma de uma crise endêmica” tão crônica, que segundo Antunes, em decorrência de seu funcionamento sociometabólico, aponta-se para uma “[...] irresolubilidade da sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade” (ANTUNES, 2011, p. 18). Antunes tem como referência a sua reflexão, os estudos realizados por Mészáros (2011b, p. 46), onde o modo de produção capitalista o levou a “[...] conclusão real da ascendência histórica do capital na forma de um sistema global não apenas incontável, mas em última análise destrutivo e autodestrutivo”, vindo a demonstrar que o capital impulsiona para uma evolução antinatural, de destruição dos corpos orgânico e inorgânico.

Se o sistema de sociometabolismo do capital é capaz de destruir o metabolismo dos corpos orgânico e inorgânico, isto significa a destruição do humano e da natureza, da vida genérica, pois este sistema provoca

⁴ Lukács (2013, p. 459) em referência as correspondências trocadas entre Marx e Engels sobre a teoria da evolução de Darwin. Ele diz: “Marx como Engels, porém, não estão nem perto de subestimar, mediante a constatação dessa conexão, a importância científica e até ontológica de Darwin. Depois de ler Darwin, Engels escreveu para Marx: ‘Num dos seus aspectos a teleologia ainda não havia sido detonada; isso aconteceu agora’. E não muito tempo depois, Marx escreve: ‘Embora grosseiramente inglês em sua elaboração, este livro contém o fundamento histórico-natural para o nosso ponto de vista’”.

[...] a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 2011, p. 18).

Logo, a produção e reprodução de mercadorias pautada no excesso do consumo e na destruição sem precedentes dos recursos naturais, com fins de alimentar esta nefasta lógica de acumulação, acaba por suprimir as “[...] necessidades elementares de incontáveis milhões de seres” (ANTUNES, 2011, p. 17).

Esse caminho tomado por uma racionalidade instrumental é totalmente contrário à ontologia do ser social. A exploração da força de trabalho humana e dos recursos naturais para além do valor de uso, antagonizam com a produção e reprodução pela vida, dado que, não “[...] há vida física sem a extração por parte do homem dos nutrientes fundamentais para a sua existência. Todavia, a natureza inorgânica não ‘alimenta’ apenas o corpo físico do homem, mas também a sua consciência” (BAPTISTA, 2013, p. 65).

O corpo físico e sua consciência permitem ao humano que ele se relacione com a natureza, que se perceba em relação a esse metabolismo de transformação da natureza e de si, com finalidade de produção e reprodução da vida. Esse processo somente é possível pela inter-relação da consciência com a força de trabalho exteriorizada pelo seu corpo físico. Assim, ao consumir um produto adquirido pela natureza para sua sobrevivência, ele nutre todo o seu corpo, inclusive o cérebro e, portanto, sua consciência, que pela mente alimentada, o torna um “ser consciente”. Este é um “processo de vida real”, que só faz sentido ao humano em defluência de sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O trabalho ao transformar a natureza pela objetivação humana, garante-lhe a vida. Todos os animais transformam a natureza, mas apenas o humano o faz de maneira consciente. “A natureza não faz nenhum sentido sem ser compreendida e assimilada pela consciência do homem” (BAPTISTA, 2013, pp. 66-67).

O que distingue o humano de outros animais é a sua consciência. Marx, elucidada:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É **ela**. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal (MARX, 2004, p. 84) (Grifo do autor).

O animal é um ser de imediaticidade, de instinto, de impulso, ao contrário, o humano é capaz de pensar para agir. Pelo trabalho, o humano é capaz de transformar o

ambiente a partir de um projeto teleogizado, que em vista disto, o torna qualitativamente distinto de qualquer outro animal, adaptando o ambiente a suas necessidades (MARX, 2004).

A título de exemplo, Marx o faz com muita acuidade:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2017, pp. 255-256).

Transformando a natureza e a si pelo trabalho, o humano se desenvolveu justamente em consequência de sua consciência, o fazendo incomparável aos animais. Mesmo a colmeia mais bela ou a teia em formato esplêndido, a abelha ou a aranha sempre produzem da mesma maneira, respectivamente. Ao seu contrário, até o pior arquiteto humano se sobrepõe a abelha ou a aranha, pois, antes de executar irá primeiro projetar em sua consciência, para só então, objetivar o seu trabalho.

Desse modo, segundo Lukács,

[...] é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Esse autor esclarece o papel da consciência a partir do trabalho ontológico. Primeiramente o humano projeta, idealiza o que na prática executará no trabalho. Nesse sentido, para se objetivar, para dar realidade a sua ação, antes do produto se materializar, ele teve que ser pensado.

Sendo assim, o ato de projetar é o primeiro de três momentos por qual o processo de trabalho intercorre. De acordo com Húngaro:

No processo de trabalho, três momentos são de fundamental importância: o projeto, a execução e o produto. O projeto, a prévia-ideação, supõe um nível de apropriação do indivíduo sobre a síntese dos atos singulares de outros indivíduos. Ela não vem por uma ‘iluminação divina’. Quanto mais o indivíduo se apropriou do desenvolvimento genérico, maiores suas possibilidades de prévia-ideação, melhor será o seu projeto. Ao executar, o indivíduo não objetiva só a si, mas é o gênero a ‘falar pela sua boca’. Nesse processo ele cria valores de uso que jamais poderiam ser originados por qualquer processo da própria natureza. Ele transforma a natureza intencionalmente e é por ela transformado, pois, tendo em vista a impossibilidade de um domínio total sobre os nexos causais da processualidade do real (constante vir-a-

ser), a execução nunca é idêntica à consciência que a projetou. Assim, modificam-se, ao mesmo tempo, o indivíduo e a realidade. O produto do seu trabalho, por sua vez, é a objetivação de sua consciência (social) e, depois de sair de suas mãos, gerará nexos causais que escapam de seu controle. Ele generalizar-se-á (HÚNGARO, 2008, p. 204).

O trabalho humano vem a ser composto por três momentos decisivos para sua realização, sendo eles: o projeto; a execução; e o produto. Em primeiro, o humano tem que fazer uma “prévia-ideação”, ou seja, construir uma ideia de como precisará agir. Com a ideia posta, ele passa para o segundo o momento, o de executar, o de transformar a natureza intencionalmente e de se transformar em reação a sua ação, isto é, a sua objetivação com fins de transformação. Contudo, a execução em nenhuma circunstância será idêntica ao que se foi projetado e, a partir disto, o indivíduo e a realidade transformam-se simultaneamente. Da práxis, a execução, parte-se para o terceiro momento, o do produto, que é o resultado de seu trabalho por meio de sua objetivação.

O produto é o objeto de sua objetivação, que defrontado consigo após exteriorizado, se subjetiva ao humano. Conforme elucida Antunes:

Ao assentar o objeto por intermédio de seu trabalho e ao ser, ao mesmo tempo, assentado como ser humano ao assentar o objeto, o ser humano defronta-se com algo tornado objetivo a partir da natureza, portanto, com um objeto não mais imediatamente natural, mas algo transformado, algo feito humano. Para suprir suas necessidades o ser humano exterioriza sua própria necessidade (na forma de um objeto humano que a satisfará), objetiva sua essência, sua subjetividade, sua individualidade, externa a sua vida, põe a si próprio na forma de objeto, exterioriza-se; [...] Ao objetivar a si próprio no produto de seu trabalho, o ser humano defronta-se consigo próprio na forma de um objeto externo a si, diferente de si e estabelece com este objeto uma relação fundamental para todo o processo social de formação do ser humano – tanto individual quanto coletiva e socialmente (ANTUNES, 2018, pp. 51-52).

Com o produto exteriorizado na forma de um objeto que satisfará o humano, este passa a se reconhecer no objeto, entendendo que ele é produto de sua consciência e realizou-se pela subjetivação com o que produziu. O corpo nessas circunstâncias, de acordo com Baptista, consolida a existência do ser, promove a existência humana em sua plenitude.

Constituir a subjetividade do indivíduo implica em materializar a sua constituição corporal e, conseqüentemente, a maneira como este corpo da consciência se manifesta e se movimenta dentro das relações entre os homens. Assim, a corporalidade humana se manifesta nas relações dos homens com a natureza, com os outros homens e com eles próprios. Não há como consolidar o próprio corpo fora das relações de trabalho e da identificação entre os seres humanos (BAPTISTA, 2013, p. 77).

O corpo da consciência é o corpo físico que pela sua consciência é capaz, em primeiro, de idealizar, para em seguida, exercer sua força de trabalho na natureza e a partir de sua objetivação, produzir um produto e dele se reconhecer pela sua subjetivação, haja vista, o corpo ser também objeto para a consciência. O seu trabalho exteriorizado forma a sua subjetividade ao se relacionar com a natureza, com o outro e com ele mesmo, o levando a se identificar em todo o processo, a formar a consciência do corpo através das relações de trabalho, ou seja, o corpo é também o *locus* de existência da consciência. Por isso, o humano modifica a natureza e se modifica durante o processo do trabalho. Essa possibilidade de ação, se dá, porque o corpo tem consciência e, da reação desta ação vai constituindo a consciência do seu corpo, dando-lhe novas informações. As “[...] condições de existência, determinadas pelo modo de produção, constituem a consciência do corpo, a qual, por sua vez, também instituirá um corpo da consciência, vista a impossibilidade de sua separação em dimensões distintas do ser humano” (BAPTISTA, 2013, p. 80).

A consciência é fruto do desenvolvimento real do humano, do desenvolver de sua produção e de poder transformar “[...] sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 40). Desta maneira, são as condições materiais e o processo histórico-social que determinam a consciência e não o seu contrário.

À totalidade do ser social, é todo este movimento de objetivação e subjetivação do humano em relação com a natureza, consigo e com outros humanos em prol de sua existência. A ontologia do humano se faz em sua essência concreta, nestas condições de atuação, mas com a evolução social, o processo de subjetivação do humano em se reconhecer no produto do trabalho a partir de sua objetivação vai se perdendo. O outro, seja ele em qualquer fase da história, o senhor, o nobre, o burguês, ao se apropriar do objeto produzido pelo escravo, pelo servo, pelo assalariado, faz deste objeto algo estranho a ele. Pois, tanto o escravo, quanto o servo ou o assalariado, “[...] não é o produtor e o dono dos artigos por ele produzidos, mas, acima de tudo, o seu mero executor, por isso ele não se reconhece em seu produto” (BAPTISTA, 2013, p. 95).

Esse processo de estranhamento com o produto por si produzido, é em consequência do outro se apropriar de seu objeto. A transformação contínua da consciência do corpo pelo trabalho, fica extremamente comprometida durante o estranhamento em decorrência da apropriação do que se produziu. Marx denomina esse processo de “alienação do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 83).

Com a evolução social e conseqüente organização dos processos de trabalho, no modo atual de produção, o capitalista, esses processos submetem os corpos orgânico e inorgânico a transformações contrárias à sua ontologia. Segundo Marx,

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

No modo de produção capitalista, o trabalhador produz primores para o outro – este representado pela classe dominante – e desprimores para si. Ao produzir para o outro e não para si, o seu produto não lhe pertence, dessa forma, ele não se reconhece no produto por si exteriorizado, com isso, passa a interiorizar transformações antitéticas em sua consciência, afinal, o trabalhador foi separado de seu produto. Marx demonstra que os benefícios da produção vão para quem o toma de posse e, em contrapartida, o trabalhador, que foi quem produziu, se aliena nesse processo, o levando a um preocupante estranhamento, não só do que produziu, mas de toda a essência humana.

1.3 O corpo no capital: da alienação à coisificação

O corpo no modo de produção capitalista participa de um processo de mais-produção, da exigência de o corpo produzir o quanto for capaz, em um verdadeiro pleonismo de se produzir demasia em excesso. No início deste capítulo, comentou-se sobre o surgimento de produção excedente nas relações sociais. Mas, no capitalismo essa produção excedente destaca-se pela exorbitância na produção de mercadorias e com um agravante. Essa produção em excesso tem uma “[...] peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais que o necessário à própria reprodução de quem trabalha” (LUKÁCS, 2013, p. 160).

Para compreender esse processo do corpo produzir mais que o necessário para a sobrevivência humana, iniciaremos pela mercadoria, assim como Marx o fez n’*O capital*. Pois o capitalismo, mesmo no ciclo financeiro, como é hoje, ainda tem na mercadoria o seu objeto principal. Este ponto de partida para o entendimento, se explica em decorrência da mercadoria ser a proporcionadora da acumulação de capital em favor da classe dominante, dado que, a gênese do capital é o resultado do desenvolvimento da mercadoria (MARX, 2017).

A análise de como é dada a dominação burguesa superiorizada pela mercadoria, é pelo valor, ou seja, pelo caráter mercantil das relações sociais, no qual a produção de mercadorias gera acumulação de capital. O modo de produção capitalista expressa “[...] o processo de mercantilização das relações sociais”, que segundo Viana, por essa lógica aponta-se para uma produção material que gradualmente se transformou em “[...] produção capitalista de mercadoria” (VIANA, 2016, p. 25). Dessa forma, as relações sociais se tornam mercantilizadas e todas as atividades do ser social se convertem em mercadoria. Essa questão é fundamental para se assimilar concretamente que as relações sociais estão facultadas pelo modo de produção capitalista.

Para Marx (2017, p. 118), “[...] a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho”. O trabalho humano constitui o valor da mercadoria, sendo este valor medido pela força de trabalho empregado na produção da mercadoria. Nas relações sociais capitalistas, o valor toma outra forma que não a de sua ontologia, antes dado pelo valor de uso.

Infiramos que o valor de uso apresenta variações, pois ele pode ser sem valor ou ter valor social. Sobre isto, Marx diz:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2017, pp. 118-119).

O consumo do ar que respiramos, do chão que apoiamos, da sombra para refrescar, são necessidades que não foram mediadas pelo trabalho, estes não são mercadorias, são valores de uso sem valor. Aquilo que pelo trabalho se exterioriza como valor de uso, importante para sobrevivência, por exemplo, uma colheita de trigo, entretanto, se este trigo colhido não fica sob a propriedade de quem o colheu e vá para outrem, será ainda um produto com valor de uso nas mãos de quem se apropriou dele, como o senhor de escravo sempre fez, agora, se o trigo colhido foi para outrem por meio de troca e que irá servir como valor de uso,

este produto se transforma em mercadoria. Já se o produto do trabalho não tem utilidade, não será usado, ele não tem valor e não é mercadoria, posto que não é um objeto a ser utilizado e, assim, não sendo contabilizado como trabalho.

O produto somente será convertido em mercadoria se houver o movimento de troca. Pelos estudos de Marx:

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (MARX, 2017, p. 114).

De início, o valor de troca se dá por uma relação de troca entre produtos com valor de uso. O “[...] elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor [...]. Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017, p. 116).

O trabalho para produção de mercadorias, de valores de uso feitos para serem trocados, passa a ser medido socialmente, a ter o valor da força de trabalho calculado.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois ele necessitará de mais tempo para produzi-la. No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2017, pp. 116-117).

O trabalho nesse sentido de troca, começa a ter uma média de aferição do tempo gasto na produção do produto. Por exemplo, se o trabalhador para colher 100 quilos de trigo demora 10 horas em média, tem-se 10 quilos de trigo colhidos por hora, a isso Marx chama de “força de trabalho social média” (MARX, 2017, p. 117). A intenção de medir a força de trabalho é para justamente dar a ela um valor, porque estes 100 quilos colhidos de trigo serão

trocados por outro produto que tenha o valor estipulado na “[...] quantidade de trabalho nele contida” (MARX, 2017, p. 116).

Essa média do valor da força de trabalho social, vai se alterando de acordo com a evolução, principalmente a tecnológica. A partir, por exemplo, de um instrumento criado pelo humano no auxílio da colheita de trigo, que ao utilizá-lo agiliza a colheita, fazendo com que 100 quilos de trigo sejam colhidos em 5 horas, a média da força de trabalho social não é mais de 10 quilos por hora e sim de 20 quilos. Suponhamos que antes trocavam-se 100 quilos de trigo colhidos em 10 horas por 2 pares de sapatos, cujo artesão, também demorava 10 horas na sua fabricação. Como veremos mais a frente ao tratarmos do valor relativo, a utilização de um instrumento como a máquina, que facilita a colheita de trigo, teremos 100 quilos de trigo em 5 horas de colheita e se, ainda assim, o valor social de troca estiver pautado em 100 quilos de trigo colhido em 10 horas, no momento da troca serão trocados os mesmos 100 quilos por 2 pares de sapato que demoram 10 horas para serem produzidos, significando que a força de trabalho social média do artesão caiu para a metade, comparado com a do colhedor de trigo. Neste exemplo, temos a primeira demonstração de que a troca de mercadorias pelo capital é e sempre será injusta ao trabalhador e que possamos entender que esta diferença do trabalho social médio entre o trabalhador rural e o artesão logo será resolvida e ambos estarão novamente com o valor equiparado, no entanto, com o pagamento depreciado, equiparado para baixo. O capitalista sempre está em um eterno retorno pela busca do mais-valor, neste caso, concentrado no tempo de trabalho necessário na produção da mercadoria (MARX, 2017).

A mesma quantidade de trabalho extrai mais metais em minas ricas do que em pobres etc. Os diamantes muito raramente se encontram na superfície da terra, e, por isso, encontrá-los exige muito tempo de trabalho. Em consequência, eles representam muito trabalho em pouco volume. Jacob duvida que o ouro tenha alguma vez pago seu pleno valor. Isso vale ainda mais para o diamante. Segundo Eschwege, oitenta anos de exploração das minas de diamante brasileiras não havia atingido, em 1823, o preço do produto médio de um ano e meio das plantações brasileiras de açúcar ou café, embora ela representasse muito mais trabalho, portanto, mais valor. Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho seria representada em mais diamantes, e seu valor cairia. Se com pouco trabalho fosse possível transformar carvão em diamante, seu valor poderia cair abaixo do de tijolos. Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (MARX, 2017, p. 118).

Dessa essência do trabalho no capital que nasce a exploração do trabalho humano no valor de troca. Quanto mais força produtiva aplicada no trabalho, o valor do produto será menor, devido ao menor tempo em realizar o produto. Inversamente, quanto maior o tempo de trabalho, maior o valor absoluto da mercadoria, pois, é o tempo de trabalho que regula o valor da mercadoria. “Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (MARX, 2017, p. 139).

Ao pensarmos no lucro e na acumulação de capital, ou seja, no que faz mover a ordem burguesa e sua nefasta exploração da força de trabalho, temos que:

Na verdade, a igualação para a troca é feita, na ordem burguesa, tendo por base o quanto de tempo de trabalho abstrato foi necessário para se fazer aquele objeto que se pretende trocar. É essa quantidade de tempo de trabalho, dessa forma, que confere valor às coisas. O valor expressa, portanto, o ‘quantum’ de trabalho abstrato está contido na mercadoria que irá ser trocada (HÚNGARO, 2008, p. 106).

Para se pensar o trabalho abstrato, é preciso que se abstraia as especificidades, não importando se é trabalho de colher trigo ou fazer sapato, o que importa é o quanto de trabalho se gasta para produzir algo, é o ‘quantum’ de trabalho que está contido na mercadoria, dado que, é a partir do quanto de trabalho aplicado no produto que se tem o seu valor no momento da troca.

O valor para troca é o valor médio de trabalho gasto na produção do produto, do tempo que se levou para exteriorizar o produto. “O valor não é, portanto, uma medida individual, mas sim social” (HÚNGARO, 2008, p. 107). Suponhamos que os 2 pares de sapato que tem estipulado como valor de troca 10 horas de força de trabalho social média e que por algum imprevisto, o artesão tenha demorado 12 horas para concretizar os 2 sapatos. Independentemente de o tempo ter sido maior em 2 horas, o valor social dos sapatos ainda continua em 10 horas e desta forma as 2 horas a mais não serão contabilizadas no ato da troca, não serão contadas como trabalho.

Seguindo essa lógica de valor, obviamente o capitalista pensará em algo para lucrar. Ao se apropriar da força de trabalho do trabalhador, com os valores sociais já estipulados, este não vai pagar pelas 10 horas gastas pelo artesão na produção de 2 pares de sapato, segundo Marx, o capitalista irá pagar apenas por 5 horas ao artesão por 10 horas de trabalho. O seu lucro, o seu mais-valor, está nas 5 horas excedentes, nas horas que não foram pagas. A esse processo de lucro, Marx o chama de “mais-valor absoluto” (MARX, 2017, p. 390).

Portanto, quanto mais horas do trabalhador são exploradas, mais o capitalista lucra. No início da produção excedente de mercadorias, eram pelas longas jornadas de trabalho que acontecia a principal acumulação de capital. Com o desenvolvimento da indústria, a divisão social do trabalho também se desenvolve, principalmente em consequência das lutas de classes, que primeiramente se deram justamente pela luta da redução da jornada de trabalho. Pela cientificidade do cálculo, o capitalista atende por um lado a reivindicação da redução da jornada de trabalho, mas, claro, sem perder o seu lucro de vista, o que o faz a se utilizar de artimanhas na apropriação do trabalho humano, fazendo investimentos em maquinários e na fragmentação do trabalho. Por exemplo, o artesão demorava 10 horas para fazer 2 pares de sapatos, com as máquinas, o processo de produção foi fragmentado e em 8 horas se faz 4 sapatos, mas com o agravante de que o artesão não mais faz todo o trabalho como antes, agora ele apenas cola o solado com a ajuda da máquina e não mais se reconhece como artesão durante o processo, doravante ele é um industrial que conhece apenas uma fase de todo o processo de produção. Sobre isto, se pode apresentar os seguintes aspectos:

A solução para esse seu problema foi a criação da divisão pormenorizada do trabalho, que consistia em, após a análise das fases do processo de produção, designar um trabalhador para cada uma delas. Essa alteração no processo produtivo – a divisão pormenorizada do trabalho – trouxe inúmeras vantagens ao capitalista, entre elas:

- ✓ economia de tempo na mudança de uma fase para outra;
- ✓ maior facilidade para gerenciar o desempenho do trabalhador, pois se sobre todo o processo não era possível, sobre uma fase somente tal procedimento é facilitado;
- ✓ diminuição do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente;
- ✓ possibilidade de se produzir maquinário para aprimorar a execução das fases;
- ✓ ao não mais controlar o processo de trabalho, já que passou a executar apenas uma fase dele, o trabalhador não tem mais tempo para intervalos intencionais, ou intervalos de fase para fase; o processo e o maquinário dão o ritmo do trabalho.
- ✓ desqualificação gradativa do trabalhador, que traz ao capitalista a facilidade de treinar com maior rapidez um trabalhador;
- ✓ ampliação, com isso, do exército industrial de reserva;
- ✓ enfraquecimento do movimento operário (HÚNGARO, 2008, p. 109).

O humano cria um vínculo com a máquina, ela agora é a extensão de seu corpo. Se o processo de alienação ocorre com a apropriação do produto exteriorizado, que antes era totalmente produzido pelo trabalhador, imaginemos o grau dessa alienação com a apropriação de um trabalho fragmentado, ao qual Húngaro (2008, p. 109) o chama de “divisão pormenorizada do trabalho”. O lucro evidentemente se multiplica e sobrepõe o “mais-valor absoluto” neste modelo de produção. Marx agora o denomina de “mais-valor-relativo”, onde falsamente enganam-se os trabalhadores com a diminuição do tempo de trabalho necessário e

passam a focar no aumento do tempo de trabalho excedente e sua inevitável “[...] subsunção formal do trabalho sob o capital” (MARX, 2017, pp. 578-579).

Concretizar todo esse processo, implicou em uma educação do corpo pelo capital, cujo objetivo foi de transformá-lo em um corpo que atendesse aos padrões pré-estabelecidos e, dessa forma, educado a favorecer o processo produtivo até o fim de suas energias vitais, sendo literalmente tratado como uma coisa que tem tempo de vida útil e que pode facilmente ser trocada com a chegada de sua inutilidade.

Como o processo produtivo nada mais é que a produção de mercadorias, tange ao corpo da consciência/a consciência do corpo, forjada pelas necessidades do trabalho, produzir por intermédio de sua força de trabalho, a mercadoria. As relações sociais no modo de produção capitalista “[...] aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2017, p. 148).

A reificação dos trabalhadores é o resultado desse processo de produção de mercadorias, focado no mais-valor. Com o advento da máquina no trabalho e a divisão pormenorizada do trabalho, o corpo do trabalhador nessa ocasião está como um apêndice da máquina, “[...] como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho [humano] viva” (MARX, 2017, p. 495).

Isso é um desdobramento da alienação do trabalhador para com o seu trabalho. Nesse processo exacerbado de alienação, segundo Baptista:

Geram-se, com estas perspectivas, os fundamentos para a reificação do trabalhador, compreendido como o processo de coisificação do homem. Coisificar o homem é condição necessária para a produção e reprodução do capital, pois o ser humano não consegue se ver mais em sua condição de humanidade, mas em sua condição de coisa, conectando-se com outras coisas, mesmo tendo a condição de produzi-las. Isso faz sentido ao se compreender a reificação como processo de se converter o homem em uma coisa, uma mercadoria produtora de outras mercadorias (BAPTISTA, 2013, p. 126).

O modo de produção capitalista tem como particularidade a reificação do humano, a sua conversão em coisa. Dessa coisificação, de sua condição de coisa, o corpo é meramente um instrumento de produção de mais-valor na ordem burguesa, como também, apresenta um valor social médio de produção. O capitalista aproveita-se do corpo do trabalhador, explorando sua força de trabalho e ao mesmo tempo alienando a consciência do corpo, fazendo com que o corpo da consciência não se reconheça nesse processo de produção e subsunção real de seu trabalho. Ao mesmo tempo que pela força do corpo se produz

mercadorias, ele mesmo passa a ser um corpo mercadoria. Como apêndice da máquina, o corpo do trabalhador é “[...] uma mercadoria produtora de outras mercadorias” (BAPTISTA, 2013, p. 126).

Com a coisificação humana em decorrência do excesso de produção de mercadorias, inversamente ocorre a personificação das coisas. Esse processo

[...] em que as relações entre as pessoas transferem a uma coisa – por meio da qual relacionam-se entre si – características sociais, Marx denominou ‘**reificação das relações de produção**’. E àquilo que a posse de determinada coisa possibilita a seu proprietário, ou seja, a forma social adquirida pela coisa que movimenta relações sociais, Marx chamou de ‘**personificação das coisas**’. Por exemplo, a forma capital dá ao seu proprietário a denominação **capitalista** (recebe o nome daquilo que possui) e permite que este possa comprar a força de trabalho de outros homens. Essa possibilidade de compra da força de trabalho alheio com o fim de apropriar-se do excedente produzido por esta força, em forma de mais-valia, caracteriza a exploração do trabalho no modo de produção capitalista (HÚNGARO, 2008, p. 115) (Grifos do autor).

O corpo ao se transformar em uma coisa que tem um determinado valor e que produz coisa com valor, a este relacionamento entre si de coisas, são características da reificação das relações de produção. Destarte, a coisa produzida ganha forma viva ao passar pelo movimento de personificação das coisas, ao ser trocada, a mercadoria tem agora personalidade, enquanto o trabalhador vem a perder a sua. Esse processo, Marx o chama de fetichismo da mercadoria, que vem a se apresentar como um fenômeno social e mental, onde as mercadorias aparentam ter uma vontade independente de seus produtores. Vejamos:

É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 2017, pp. 147-148).

O caráter fetichista dá um novo valor a mercadoria, esta não tem a média do valor da força de trabalho social. O valor da mercadoria pelo fetichismo tem valor fantasmagórico e se personifica, ganha vida, movimento real nas relações sociais, se sobrepondo ao quanto de trabalho foi empregado em sua produção. Evidentemente que o capitalista lucra com o fetiche da mercadoria, pois não é o seu valor real contabilizado, ele é relativo, mas nunca o valor será reduzido, pelo contrário, ele será elevado, contudo, o pagamento da força de trabalho de forma alguma é ampliado, na práxis, ocorre uma apropriação dessas horas excedentes proporcionadas pelo fetiche da mercadoria, potencializando a reificação do trabalhador e entre si.

Essa reificação da consciência do trabalhador, do proletariado, garante ao capital o seu pleno desenvolvimento e consequentes desastres que consigo carregam. Os capitalistas propiciam que a consciência do proletariado permaneça em um estágio anestesiado, ou seja, a reificação possibilita uma inversão da consciência do proletário, que mesmo estando transformado em coisa e tratado como mercadoria, não consegue ter uma verdadeira visão de sua realidade (MÉSZÁROS, 2011b).

Romper com o capital é tarefa imprescindível de emancipação. Finalizamos este capítulo com o seguinte pensamento de Mézáros:

O slogan ‘não há alternativa’ não se origina da ética; nem é suficiente reafirmar, em termos éticos e ontológicos, a necessidade de alternativas, não importa com que paixão isto seja sentido e declarado. A busca de alternativas viáveis à realidade destrutiva da ordem social do capital, em todas as suas formas – sem a qual o projeto socialista é absolutamente sem sentido –, é um problema prático. O papel da moralidade e da ética é crucial para o sucesso desse empreendimento, mas não pode haver esperança de sucesso sem a rearticulação conjunta do discurso moral socialista e da estratégia política, levando plenamente em conta as lições do passado recente (MÉSZÁROS, 2011b, p. 499) .

Esse discurso de que ‘não há alternativa’ advém da ordem hegemônica, a essa, é óbvio não interessar qualquer ruptura. Suas propostas são pela busca de necessidade de alternativas, que não faz qualquer coerência com a essência da emancipação humana, pois pelo pensamento burguês ainda deve-se continuar a existir duas classes, com a deles sendo a dominante. Como frisa Mézáros, o rompimento deve se apoiar na ética e na moral, somadas a um projeto socialista de ordem global, que compreenda todo o processo histórico do ser social.

Devemos reconhecer a inevitabilidade de extinguir a produção desse modelo de corpo mercadoria, feito para consumir e ser consumido, fazendo com que este estudo dê continuidade na investigação da filosofia como aporte na elucidação da problemática de

emancipação dos modelos de corpos, no qual são impostos aos corpos, padrões tidos como “belos”, mas que na verdade são demandas propostas pelo mercado na intenção de manutenção da lógica do capital.

Para isso, o sistema capitalista deturpa a essência da estética, que perde seu real caráter filosófico e torna-se ferramenta de dominação sociocultural. O pensamento do capital tem sido pela primordialidade de padronização da estética, para que ela possa se metamorfosear em mercadoria e adentre ao círculo do consumo. Da arte bela ao corpo belo, a estética – principalmente sob o domínio da indústria cultural – passa por uma padronização, dos quais seus interesses são voltados para a produção e o consumo de mercadorias (BAPTISTA, 2013).

Dessa forma, um corpo esteticamente padronizado transfigura-se em corpo mercadoria, cuja função, a partir do que vimos, é a de atender as necessidades dos meios de produção capitalista, bem como, a beleza deste corpo, no capital, pelo fetiche, vira produto consumível. Portanto, o intuito do segundo capítulo é o de retomar a filosofia do belo, a fim de dialogar com a “estética” como conteúdo filosófico, para que, por conseguinte, se compreenda no terceiro e quarto capítulos a distorção feita pelo capital ao tratá-la com o caráter polissêmico de “estética corporal”, isto é, do corpo tido como “belo”.

CAPÍTULO 2

FILOSOFIA DO BELO: A ESTÉTICA

“Acredito que somente religando a Estética à Filosofia obtêm-se os fundamentos capazes de firmar o conhecimento ante as variações do gosto e a chamada 'relatividade do juízo estético'”

(SUASSUNA, 2008, p. 10)

O primeiro momento do pensamento filosófico deve ser o de negação do senso comum, dos pré-juízos aos acontecimentos cotidianos, negando aquilo que está posto e praticado pelo humano, que não foi pensado do porquê disto ou aquilo ocorre e que está concretizado em atitudes automáticas ou imediatas. Após negar o imediato, vem o segundo momento, que parte da prática justamente de fazer tais questionamentos do que está dado, de uma série de interrogativas sobre as mais variadas indagações das situações ao qual o ser social está em constante relação. Mas engana-se quem pensa que a filosofia fica apenas no campo da opinião, de forma alguma, as indagações pela filosofia são de pensamentos sistematizados, que pelo contrário do senso comum, partem de um pensamento racional, onde se “[...] busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado” (CHAUÍ, 2000, p. 13).

Filosofia, segundo Platão, seria o saber em favor do humano, para Descartes um conhecimento de todas as coisas que o humano pode conhecer em vida e, em conformidade com Kant, seria um conhecimento científico necessário à todos, ou seja, um saber “cósmico” – de interesse geral – científico para e sobre o ser humano (ABBAGNANO, 2012, p. 514). De origem grega, filosofia significa o amor pelo saber e se atribui a Pitágoras – século V antes de Cristo – sua criação, sendo também, os próprios gregos, que pela filosofia, constituíram o que chamamos hoje de “[...] razão, racionalidade, ciência, ética, política, técnica, arte” (CHAUÍ, 2000, p. 21).

Desse modo, o corpo humano que é dotado de consciência, fato este, que o distingue de todos os outros animais, tem no saber, o patrimônio de seu conhecimento, que pela filosofia é capaz de buscar e organizar os saberes, de maneira a contrapor opiniões por meio de investigações científicas inerentes às particularidades da existência humana. Como diria Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), a filosofia é a ciência das ciências, assim como afirma Hegel, a filosofia é a verdadeira ciência, a única capaz de demonstrar ‘a necessidade do conceito’ (apud ABBAGNANO, 2012, p. 517).

Com Kant, a filosofia vem a se reconhecer em três disciplinas filosóficas, seriam estas: 1) a lógica ou teoria do conhecimento; 2) a estética, cuja ciência discute a arte e o belo; por fim, 3) a ética, que de forma geral, discute a ciência da conduta humana, é o agir segundo os princípios da moralidade, das virtudes – valores – morais (ABBAGNANO, 2012). Chauí, já nos traz mais detalhados os campos em que se desenvolveram as reflexões filosóficas nos últimos 26⁵ séculos, sendo eles:

Ontologia ou **metafísica**: conhecimento dos princípios e fundamentos últimos de toda a realidade, de todos os seres;

Lógica: conhecimento das formas gerais e regras gerais do pensamento correto e verdadeiro, independentemente dos conteúdos pensados; regras para a demonstração científica verdadeira; regras para pensamentos não-científicos; regras sobre o modo de expor os conhecimentos; regras para a verificação da verdade ou falsidade de um pensamento, etc.;

Epistemologia: análise crítica das ciências, tanto as ciências exatas ou matemáticas, quanto as naturais e as humanas; avaliação dos métodos e dos resultados das ciências; compatibilidades e incompatibilidades entre as ciências; formas de relações entre as ciências, etc.;

Teoria do conhecimento ou estudo das diferentes modalidades de conhecimento humano: o conhecimento sensorial ou sensação e percepção; a memória e a imaginação; o conhecimento intelectual; a idéia de verdade e falsidade; a idéia de ilusão e realidade; formas de conhecer o espaço e o tempo; formas de conhecer relações; conhecimento ingênuo e conhecimento científico; diferença entre conhecimento científico e filosófico, etc.;

Ética: estudo dos valores morais (as virtudes), da relação entre vontade e paixão, vontade e razão; finalidades e valores da ação moral; idéias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação, etc.;

Filosofia política: estudo sobre a natureza do poder e da autoridade; idéia de direito, lei, justiça, dominação, violência; formas dos regimes políticos e suas fundamentações; nascimento e formas do Estado; idéias autoritárias, conservadoras, revolucionárias e libertárias; teorias da revolução e da reforma; análise e crítica das ideologias;

Filosofia da História: estudo sobre a dimensão temporal da existência humana como existência sociopolítica e cultural; teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica; significado das diferenças culturais e históricas, suas razões e conseqüências;

Filosofia da arte ou **estética**: estudo das formas de arte, do trabalho artístico; idéia de obra de arte e de criação; relação entre matéria e forma nas artes; relação entre arte e sociedade, arte e política, arte e ética;

⁵ Chauí (2000) publicou sua obra no final do século XX, nela contabilizou como 25 séculos de existência do pensamento filosófico. A partir do século XXI, tomamos a liberdade de contabilizar como 26 séculos.

Filosofia da linguagem: a linguagem como manifestação da humanidade do homem; signos, significações; a comunicação; passagem da linguagem oral à escrita, da linguagem cotidiana à filosófica, à literária, à científica; diferentes modalidades de linguagem como diferentes formas de expressão e de comunicação;

História da Filosofia: estudo dos diferentes períodos da Filosofia; de grupos de filósofos segundo os temas e problemas que abordam; de relações entre o pensamento filosófico e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade; mudanças ou transformações de conceitos filosóficos em diferentes épocas; mudanças na concepção do que seja a Filosofia e de seu papel ou finalidade (CHAUÍ, 2000, pp. 66-67) (Grifos da autora).

É importante perceber que mesmo Chauí tendo esclarecido o pensamento filosófico em 10 campos do conhecimento, observe que todos se interligam, são indissociáveis, as ideias estão em constante relação umas com as outras, ao tratar, por exemplo, da estética, trata-se também de ética, história, política, enfim, a filosofia é um conhecimento magno, que abrange todos os saberes humanos.

Ainda que, este capítulo venha a tratar especificamente da estética como uma ciência do belo, são os conceitos filosóficos que a tornam uma ciência capaz de discernir o belo, muito embora, seja um processo subjetivo, onde se lida com o sensível⁶, a estética em essência apresenta uma capacidade de julgar a arte e o belo. Sistematizar o belo, sem o instrumentalizar é, portanto, o que inúmeros filósofos ocidentais desde o século XVIII dedicam-se a fazer nas suas investigações, no qual seus objetivos são pautados no estudo da natureza, da arte e na sensibilidade para o belo (ABBAGNANO, 2012; CHAUÍ, 2000).

O termo “estética” surge com a filosofia moderna do século XVIII, que oriundo do grego *aísthèsis*, significando conhecimento sensorial ou sensibilidade, toma forma com o pensamento do filósofo Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), em um discurso primeiro sobre o corpo e não sobre a arte, a partir da percepção humana – da consciência do corpo – de representações complexas, no entanto, iluminadas, sensíveis, mas primorosas quando se investiga a arte (EAGLETON, 1993). Todavia, é com Kant que a estética se torna um juízo sobre a arte e o belo, dando início à investigações formuladas e desenvolvidas a respeito desta sensibilidade em julgar a beleza (SUASSUNA, 2008).

Destarte, este capítulo irá discutir a estética como conhecimento filosófico, onde abordaremos o pensamento de filósofos da modernidade, que se dedicaram a estudar profundamente a filosofia do belo, nos utilizando do método dialético como movimento pelas contradições entre o particular e universal da estética. Iniciaremos os subcapítulos em ordem cronológica, dedicando cada subcapítulo a um pensador. Desta maneira, o primeiro

⁶ Tem-se por “sensível”, segundo Abbagnano (2012, p. 1037), “[...] 1. Aquilo que pode ser percebido pelos sentidos. [...] 2. Aquilo que tem a capacidade de sentir”.

subcapítulo dialogará com o pensamento de Kant (1983, 1984) a partir do que denomina como estética transcendental e seu juízo; o segundo, com as ideias de Hegel (1992, 1999, 2009) sobre o belo como espírito absoluto; o terceiro com as reflexões críticas de Adorno (1994, 2008); Adorno e Horkheimer (1985) em relação à arte e ao belo; finalizando com o quarto subcapítulo no qual Lukács (1970, 1974) aborda a necessidade de uma estética que seja espelho da realidade.

Os estudos de três filósofos e professores brasileiros, sendo eles: Marilena Chauí que é professora da Universidade de São Paulo (USP); Leandro Konder (1936-2014) que foi professor da Universidade Federal Fluminense (UFF); e Ariano Suassuna (1927-2014) que foi professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ajudam este capítulo no entendimento e análise da compreensão da filosofia e da estética como conhecimentos importantes no processo de humanização. Também nos apoiaremos em estudiosos que se dedicaram a pesquisar cada autor em específico, proporcionando, assim, uma melhor apreensão dos conceitos e categorias da estética de cada um deles.

2.1 Immanuel Kant

O alemão Immanuel Kant teve uma formação familiar rígida, que de certo modo, o influenciou por toda a vida, inclusive em seus estudos filosóficos. Não por acaso, seus estudos sobre ética, até hoje, são consagrados como um dos mais importantes pensamentos sobre a moral humana. Segundo Pascal (2011), os fundamentos kantianos tratam da teoria do conhecimento, da moral e da estética. A esta última nos deteremos a dialogar neste subcapítulo, através de sua obra principal sobre a estética, conhecida como *Crítica do juízo* (1790).

De início é preciso conhecer o discernimento feito por Kant entre sensibilidade e entendimento. Para isto, iremos primeiro em sua obra *Crítica da razão pura* (1787)⁷, no qual ele faz uma introdução para entender sua estética transcendental⁸. Sobre essa introdução, Pascal diz:

Kant estabelece a sua distinção entre **sensibilidade** e **entendimento** (B 36; TP 54). A Sensibilidade (em grego: *aísthêsis*, donde o título Estética) é a faculdade das

⁷ Este estudo se utiliza como referência a 2ª edição publicada em 1787. A 1ª edição foi publicada por Kant em 1781.

⁸ O termo “transcendental” é característico do pensamento kantiano. Segundo Kant (1983, p. 33) transcendental é “todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos na medida em que este deve ser possível *a priori*”.

intuições; o Entendimento (em grego: *lógos*, donde Lógica) é a faculdade dos conceitos. Por intuição deve entender-se, sempre consoante a etimologia (latim: *intueri*: ver), ‘a visão direta e imediata de um objeto de pensamento atualmente presente ao espírito e apreendido em sua realidade individual’ (Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*) (PASCAL, 2011, p. 49) (Grifos do autor).

Quando um objeto nos é apresentado, primeiramente é pela intuição que se entende que ele foi dado. Isto somente ocorre pela sensibilidade, assim, através da sensibilidade que seremos capazes de fornecer intuições sobre o objeto dado. A este primeiro contato, Kant diz:

Seja qual for o modo e sejam quais forem os meios pelos quais um conhecimento possa referir-se a objetos, a **intuição** é o modo como se refere imediatamente aos mesmos e ao qual tende como um meio todo o pensamento. Contudo, esta intuição só acontece na medida em que o objeto nos for dado; a nós homens pelo menos, isto só é por sua vez possível pelo fato do objeto afetar a mente de certa maneira. A capacidade (receptividade) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se **sensibilidade**. Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece **intuições** (KANT, 1983, p. 39) (Grifos do autor).

A estética transcendental vem *a priori* da sensibilidade, da intuição, ela é, portanto, a “ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*” e em oposição a estética transcendental, ao pensamento puro e *a priori*, tem-se o pensamento *a posteriori*, já dado e com entendimento, resultado das intuições, onde Kant denomina este pensamento de lógica transcendental (KANT, 1983, p. 40). Desse modo, precisamos isolar a sensibilidade, para então, compreender a estética transcendental kantiana.

Na Estética Transcendental, por conseguinte, **isolaremos** em primeiro lugar a sensibilidade separando tudo o que o entendimento pensa nela mediante seus conceitos, a fim de que não reste senão a intuição empírica. Em segundo lugar, desta última ainda separemos tudo o que pertence à sensação, a fim de que nada mais reste senão a intuição pura e a mera forma dos fenômenos, a única coisa que a sensibilidade pode fornecer *a priori* (KANT, 1983, p. 40) (Grifo do autor).

A intuição empírica é a primeira intuição que se apresenta ao sujeito quando se relaciona com o objeto por intermédio da sensibilidade, que “[...] indeterminado [o objeto] de uma intuição empírica denomina-se fenômeno” (KANT, 1983, p. 39). A forma dos fenômenos – a intuição pura – vem *a priori* e é através dela que temos a matéria dos fenômenos – dada pela intuição empírica – vindo *a posteriori* da forma dos fenômenos. De acordo com Pascal (2011), Kant entende a matéria como conteúdo da sensação – que apresenta entendimento – e a forma pelo que determina a matéria, por isso, a forma é *a priori*

e a matéria *a posteriori*, logo, o sensível está na forma e o inteligível como matéria dos fenômenos.

Para que haja intuição empírica, o objeto tem que ser apreendido, caso contrário, ela não ocorre, pois não houve nenhuma sensação. Para que a intuição sensível pura decorra, esta não vem da sensação, pois pela sensação, a intuição inicial dada é a empírica. A intuição pura é *a priori* disto, e está presente na forma do fenômeno que é *a priori* da sensação e da matéria do fenômeno. A estética transcendental estuda propriamente as formas puras, dadas *a priori*, que vem então a acontecer por meio de duas formas de intuição sensível pura, o “espaço e tempo” (KANT, 1983, p. 40).

O espaço é *a priori* e por ele que se dá a possibilidade dos fenômenos. Em Kant, espaço não é um conceito formado e dado de uma experiência superior, “[...] mas sim uma intuição pura [...] representado como uma magnitude infinita dada” (KANT, 1983, p. 41). E se o espaço é *a priori*, ele não pode ser um conceito, pois como foi dito anteriormente, o conceito sempre será dado *a posteriori*. Então o espaço é de natureza intuitiva e como exemplifica Pascal (2011, p. 55), “[...] as determinações espaciais são dadas intuitivamente para compreender que dois objetos concebidos de modo idêntico pelo entendimento sejam, contudo, diferentes”. Pascal utiliza como referência a *Dissertação* (1770) de Kant, em que ele diz que a mão direita e a mão esquerda são parecidas, porém, diferentes, insubstituíveis e percebidas de imediato pela intuição pura dada *a priori*. Consequentemente, 1) “[...] o espaço não existe nas coisas senão enquanto as percebemos”; e 2) “[...] as relações espaciais são constitutivas de coisas” (PASCAL, 2011, p. 55).

Da mesma maneira que o espaço é dado *a priori*, o tempo também o é. Assim, Kant faz uma exposição para justificar o seu pensamento: 1) O tempo não se caracteriza como um conceito empírico que esteja ausente de experiência, mas ele somente pode ser percebido como experiência após a intuição pura o perceber; 2) O tempo é implícito às intuições, sendo impossível anulá-lo como fenômeno da realidade; 3) Como o tempo é uma necessidade *a priori*, os tempos não são simultâneos e sim sucessivos, ou seja, é necessário que primeiro perceba-se o tempo, para só então a experiência *a posteriori* ser percebida; 4) O tempo não pode ser caracterizado como um conceito universal, mas como forma pura da intuição sensível, afinal não existem tempos diferentes, o tempo é uno e intuitivo; e 5) Como o tempo é uno e intuitivo, a sua representação é de infinitude e seus conceitos surgem de um tempo limitado que contém representações parciais do tempo geral (KANT, 1983).

Isto posto, toda intuição é representação de fenômeno e só existe em nós mesmos. Os objetos sem a presença da sensibilidade, se mantêm desconhecidos. Para perceber o

objeto, depende-se das formas *a priori* de espaço e tempo, concebidas pela intuição pura. Das formas percebidas para a matéria *a posteriori* tem-se a intuição empírica – inteligível –, entretanto, relativo a nós mesmos, pois, são fenômenos dados e percebidos em si, condicionados a uma intuição subjetiva. Em vista disto, o “[...] inteligível puro nos é inteiramente inacessível, pois nenhuma coisa em si nos é dada, mas tão somente fenômenos” (PASCAL, 2011, p. 59).

Como conclusão da estética transcendental, Kant diz que o juízo – julgamento – está na intuição *a priori*. “Por esta razão, esses juízos jamais alcançam além de objetos dos sentidos, e só podem valer para objetos de uma experiência possível” (KANT, 1983, p. 55). O fenômeno é então a realidade da relação entre o sujeito e o objeto, que de forma alguma pode ser taxado de uma ilusão ou fantasia, porém ele é apenas real a si mesmo.

Na *Crítica do juízo*, Kant vem a dar seguimento ao estudo do juízo da estética transcendental, no entendimento da faculdade de julgar. A alma humana tem três faculdades, “[...] a faculdade cognitiva, o sentimento do agrado e do desagradado, e a faculdade apetitiva” (PASCAL, 2011, p. 166). De acordo com Kant, o prazer está entre as faculdades cognitiva e apetitiva⁹ ou entre o entendimento e a razão, respectivamente. O sentimento de prazer e desprazer é a faculdade do juízo, de julgar, e está necessariamente conectado ao desejo e a vontade, ambos manifestados pela faculdade apetitiva, dessa forma, o prazer é a passagem do entendimento para a razão, como um intermediário (KANT, 1984).

O juízo é a faculdade de um pensar particular diante do que está compreendido pelo universo. Assim, o juízo da estética transcendental pela introdução da *Crítica da razão pura* foi dado por Kant como um juízo determinante, *a priori* do universal – entendimento – dado (KANT, 1983). Mas na *Crítica do juízo*, Kant segue seu raciocínio por um complemento de inversão, onde só o particular foi dado *a priori*, sem que haja um entendimento determinado, apenas leis indeterminadas. A este juízo, chama-o de reflexivo, onde não se tem que admitir um entendimento, apenas refletir sobre ele, como exemplifica Pascal, o juízo reflexionante é análogo a uma “indução científica”, em que não há determinações, apenas reflexões *a priori* que “[...] obedecem a um mecanismo puro”, sendo uma lei para si mesmo e não para a natureza, não determinando de modo algum as coisas, somente servindo para que se compreenda a natureza (PASCAL, 2011, p. 168). Isto é um conceito transcendental que Kant denomina de finalidade (KANT, 1984).

⁹ Faculdade apetitiva, segundo Pascal (2011), se manifesta em sua forma inferior como desejo e na forma superior como vontade.

É a partir deste juízo de finalidade, que se abrangem duas formas de possibilidades, como primeira, a de um juízo estético, a segunda, como a de um juízo teleológico. Pelo juízo estético tem-se a concordância ao prazer ou desprazer de um objeto para com as nossas distintas faculdades. Pelo juízo teleológico realiza-se o entendimento do objeto, estando *a posteriori* do sentimento de prazer ou desprazer dado. Tanto o juízo estético, quanto o juízo teleológico, compreendem duas partes: analítica e dialética (KANT, 1984).

A crítica do Juízo reflexionante, com respeito à natureza, consistirá, portanto, em duas partes, a crítica da **faculdade-de-julgamento estética** e a da **teleológica** das coisas da natureza. A primeira parte conterà dois livros, dos quais o primeiro será a crítica do gosto ou do julgamento do **belo**, a segunda a crítica do **sentimento espiritual** (na mera reflexão sobre um objeto) ou do julgamento do **sublime**. A segunda parte contém, do mesmo modo, dois livros, dos quais o primeiro trará sob princípios o julgamento das coisas como fins naturais quanto a sua **possibilidade interna**, e o outro juízo sobre sua **finalidade relativa**. Cada um desses livros conterà, em dois capítulos, uma **analítica** e uma **dialética** da faculdade-de-julgamento. A analítica, em outras tantas partes, procurará executar, primeiramente, a **exposição** e, em seguida, a **dedução** do conceito de uma finalidade da natureza (KANT, 1984, p. 203) (Grifos do autor).

O juízo reflexionante não é lógico, portanto, é *a priori* e dele se dá, em primeiro, o juízo estético ou julgamento do belo e do sublime, ambos subjetivos e que afetam apenas o sujeito em si. Pela analítica do belo, Kant trata de expor estes conceitos e a sua dedução. Do mesmo modo, o juízo teleológico¹⁰ vem num segundo momento a dar finalidade ou objetividade a esta subjetividade, também tratado por meio da exposição de conceitos e sequente dedução.

Assim, Kant vem a deslocar o juízo estético do objeto para o sujeito, como um julgamento *a priori* do belo:

Para distinguir se algo é belo ou não, referimos a representação, não pelo entendimento ao objeto, para o conhecimento, mas pela imaginação (talvez vinculada com o entendimento) ao sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer. O juízo-de-gosto não é, pois, um juízo-de-conhecimento, portanto não é lógico, mas estético, pelo que se entende aquele cujo fundamento-de-determinação **não pode ser outro do que subjetivo**. Toda referência das representações, mesmo a das sensações, porém, pode ser objetiva (e significa então o que é real em uma representação empírica); só não o pode ser a referência ao sentimento de prazer e desprazer, pela qual absolutamente nada é designado no objeto, mas em que o sujeito, assim como é afetado pela representação, sente a si mesmo (KANT, 1984, p. 209) (Grifos do autor).

¹⁰ Neste subcapítulo nos deteremos aos estudos de Kant sobre o juízo estético, primeira parte da *Crítica do juízo*. Tomamos a liberdade de aconselhar a leitura da segunda parte da *Crítica do juízo* que versa sobre o juízo teleológico.

O juízo de gosto é a sensação ao prazer ou desprazer, e por este juízo que distinguimos se o objeto é belo ou não. Mesmo que o belo esteja no objeto, é na faculdade de julgar, inerente ao sujeito, através de uma intuição pura e exclusiva do humano, que o belo se dá. A estética do objeto está, desse modo, na sensação humana, no seu espírito e apenas em si mesmo. Uma obra de arte pode ser julgada por um sujeito como bela e por outro não. A faculdade de julgar sempre será, segundo Kant, exclusiva ao espírito de cada um (KANT, 1984).

Existe também uma diferenciação feita por Kant entre o belo e o sublime, ambos são em si mesmo e universal, mas o belo tem valor mais subjetivo e com ausência de representação de um fim, estando efetivo em um objeto sensível, já o sublime está mais ligado à razão, ao supra-sensível. Logo, o belo fica delimitado à circunscrição do objeto, não havendo um excesso que ultrapasse a própria arte, com o sublime, tem-se um objeto destituído de forma delimitada apenas como um objeto de arte, o que possibilita que o sublime se encaminhe para o ilimitado, por uma razão sem um limite definido. Por exemplo, imagina-se que o objeto é uma árvore alta, com frutos, que proporciona uma sombra confortadora, essa imagem, pode em si mesmo ter um valor de juízo estético de beleza natural, entretanto, adiciona-se a esta imagem, fortes ventos e esta árvore começa a balançar e seus frutos a caírem com bastante impacto ao chão, causando um certo pânico de algo acertar alguém, neste momento, em si, vêm a razão da proteção para que ninguém se machuque, a isto, Kant denomina de sublime, que nada mais é, que um sentimento do espírito que transcende o entendimento e chega na razão, sendo capaz de chocar o sujeito (PASCAL, 2011).

Pelo sublime percebemos que a natureza tem uma força muito superior à nossa, no qual Kant clarifica que o juízo estético sublime não tem por objetivo estimular o medo, mas sim, estimular nossa força interior para que pela razão possamos ter a consciência de julgar se enfrentamos ou se desistimos do objeto. Fato este, que irremediavelmente pela estética nos conecta a ética, nos fornecendo um aumento de energia mais do que o habitual e nos fazendo descobrir o nosso instinto de resistência (KANT, 1984).

A esta dedução ou possibilidades dos juízos estéticos ocorridos *a priori* e de forma universal, concretizável a todos os humanos, em que todos têm consciência e são capazes de sentir e gostar, seja na arte ou na natureza, a beleza, segundo Kant, é uma crítica e não uma ciência do belo. Se “[...] o juízo sobre a beleza, portanto, se pertencesse à ciência, não seria um juízo-de-gosto”, isto é, instrumentalizaria o julgamento da beleza e a levaria ser “mecânica”, por isso, Kant ao invés de chamar a estética de ciência do belo, a chama de “bela

arte”, um modelo de comunicação universal do prazer, “[...] uma arte tal que tem por justa-medida o juízo reflexionante e não a sensação-dos-sentidos” (KANT, 1984, pp. 244-245).

Compreender a bela arte, antes, se faz necessário que se tenha a consciência de dedução sobre arte e natureza.

A natureza era bela, se ao mesmo tempo aparecia como arte; e a arte só pode ser denominada bela se temos consciência de que ela seja arte e, contudo, ela nos aparece como natureza. Pois podemos universalmente dizer, no tocante à beleza natural ou à beleza da arte: **belo é aquilo que apraz no mero julgamento** (não na sensação-de-sentidos, nem por um conceito). Ora, a arte tem toda vez uma intenção determinada, de produzir algo. Se isso, porém, fosse uma mera sensação (algo meramente subjetivo), que devesse ser acompanhada de prazer, esse produto, no julgamento, aprazeria somente mediante o sentimento-de-sentidos. Se a intenção fosse dirigida à produção de um objeto determinado, nesse caso, se fosse alcançada pela arte, o objeto aprazeria somente por conceitos. Em ambos os casos, porém, a arte não aprazeria no **mero julgamento**, isto é, não como bela-arte, mas como arte mecânica (KANT, 1984, pp. 245-246) (Grifos do autor).

Para Kant, uma arte estética tem em sua beleza elementos da natureza que carregam em si o trabalho humano, assim como, a natureza tem como beleza quando ela se apresenta como arte ao humano, que pela consciência ele é capaz de fazer o seu julgamento. O belo, deve se relacionar com o agradável e com uma natureza que esteja desinteressada, cujo fim único deve ser o prazer estético. Por exemplo, uma colmeia de abelhas tem um juízo estético por lembrar uma arquitetura estética, bem como, a arquitetura tem um juízo estético por lembrar uma colmeia de abelhas. Para fugir de uma instrumentalização, do mecânico, a bela arte deve se agradar no mero julgamento, não se mantendo apenas como sensação subjetiva ou objeto racionalizado – conceitual – e deve servir somente de contemplação (KANT, 1984).

O criador da arte, o artista, a quem Kant intitula de “gênio”, em defluência da bela arte ser uma arte produzida por um gênio, aquele que é possível de ser o “[...] oposto ao espírito de imitação” (KANT, 1984, p. 247). Sua obra deve apresentar harmonia ao se associar à natureza e que não forneça nenhuma regra determinada na produção de sua obra. Essa liberdade é essencial para que o artista, pela natureza, realize sua obra e dê formas a ela.

Pela dialética do juízo estético, Kant vem a tratar do movimento contraditório da beleza, de subjetividade e universalidade do gosto. Uma antinomia do juízo de gosto, em que se tem a tese e a antítese, a primeira não se fundamentando em conceitos e a segunda se fundamentando. Ou seja, pela tese se tem a subjetividade – entendimento – e pela antítese a universalidade – razão –, que da mesma forma que se tem entre o belo e o sublime, se tem na

tese e na antítese a “[...] transição do atrativo sensível ao interesse moral” (PASCAL, 2011, p. 181).

A este método de pensar kantiano, idealista e de cisão entre sujeito e meio, culmina por trazer ao juízo estético, determinadas contradições de um excesso de subjetividade e universalidade, que acaba por afastar o sujeito do objeto e de sua própria materialidade e particularidade. “Julgar esteticamente significa declarar implicitamente que uma resposta inteiramente subjetiva é aquela que qualquer indivíduo pode necessariamente experimentar, ou que produzirá um acordo espontâneo em todos eles”, o que leva o juízo de gosto a desconsiderar a unidade do julgamento (EAGLETON, 1993, p. 72).

Esta imediaticidade e divisão brusca entre o material e o ideal da estética kantiana, é o combustível de outros filósofos, como Hegel, Adorno e Lukács, que os levam a discutir as dimensões da estética para além desta ruptura entre real e ideal feita por Kant, no qual este estudo abordará nos próximos subcapítulos.

2.2 Georg Wilhelm Friedrich Hegel

A influência do alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel na filosofia moderna é imensurável e um marco na história intelectual, assim como, é pela história que ele afirma que somos capazes de entender as formas do ser, de que a razão e a verdade somente são dadas a partir da compreensão de que o humano é um ser histórico. Desse modo, “[...] Hegel criticou o inatismo, o empirismo e o kantismo. A todos endereçou a mesma crítica, qual seja, a de não haverem compreendido o que há de mais fundamental e de mais essencial à razão: a razão é histórica” (CHAUÍ, 2000, p. 98).

Sobre o que é razão para Hegel, Chauí diz:

A razão é: 1. o conjunto das leis do pensamento, isto é, os princípios, os procedimentos do raciocínio, as formas e as estruturas necessárias para pensar, as categorias, as idéias – é razão subjetiva; 2. a ordem, a organização, o encadeamento e as relações das próprias coisas, isto é, a realidade objetiva e racional – é razão objetiva; 3. a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Ela é a unidade da razão subjetiva e da razão objetiva (CHAUÍ, 2000, p. 99).

A razão está entre as necessidades objetivas e subjetivas, entre as verdades do objeto e as verdades do sujeito. Ela é a unidade praticável da harmonia do pensamento e por isso histórica, pois a “[...] unidade ou harmonia entre o objetivo e o subjetivo, entre a realidade das coisas e o sujeito do conhecimento não é um dado eterno, algo que existiu desde

todo o sempre, mas é uma conquista da razão e essa conquista a razão realiza no tempo” (CHAUÍ, 2000, p. 100).

São pelos conflitos filosóficos, a divergência de pensamento, que fazem com que a razão histórica venha a trazer o verdadeiro conhecimento, onde por suas contradições – antíteses – surgem novas sínteses, responsáveis por demonstrar a verdade. Assim, em cada fase da história se produziram teses a respeito daquele determinado momento, porém, é pela antítese desse momento que, segundo Hegel, a razão se reconhece e, no entanto, somente pela síntese que realmente se supera estas contradições (CHAUÍ, 2000).

Se Kant separava entendimento e razão; conceito e ideia; humano e natureza; Hegel pensa o contrário, dizendo não haver esta separação, pois, para ele só existe o espírito e por meio dele que se dá a união destes conceitos. Em sua obra *Fenomenologia do espírito* (1807), observa que a face da história se desenvolve pelas experiências de uma cultura dada ao longo do tempo, dessa forma, tanto a cultura, quanto a natureza, são manifestações do espírito, portanto, este movimento pelo qual o espírito se manifesta como natureza e cultura, retorna a si mesmo como história, como vida do espírito (HEGEL, 1992).

Hegel também considera além da face histórica, a face da dialética. Esta última, não se prende à ordem cronológica dos fatos, como é na história, mas demonstra a sequência do desenvolvimento da lógica. Este movimento é o que conduz ao saber absoluto, ao conhecimento da verdade do objeto. Logo, é o processo histórico-dialético que se estimula a comprovação do saber absoluto (HEGEL, 1992).

Segundo Vaz:

Hegel intenta mostrar que a fundamentação absoluta do saber é resultado de uma gênese ou de uma história cujas vicissitudes são assinaladas, no plano da aparição ou do **fenômeno** ao qual tem acesso o olhar do Filósofo (o **para-nós** na terminologia hegeliana) pelas oposições sucessivas e dialeticamente articuladas entre a certeza do sujeito e a verdade do objeto (VAZ, 1992, p. 10) (Grifos do autor).

O saber absoluto é resultado do conhecimento da história e sua relação com os fenômenos e suas sucessivas contradições, que pela dialética é realizado o movimento entre a certeza do sujeito e a realidade do objeto. Hegel compreende que é pela consciência que se experimenta a verdade do objeto e, a isto, denomina de certeza sensível, onde o sujeito percebe o objeto (HEGEL, 1992).

Dessa maneira, é pela consciência-de-si que o sujeito se faz capaz de perceber o objeto ou a consciência do ser-outro – natureza –, que após perceber este objeto a consciência vem a retornar para-si. Isto significa que a objetivação de reconhecer o objeto, algo externo,

converte-se em uma consciência-em-si, no qual esta subjetivação possui a certeza sensível de sua existência, de que a vida é verdade. Pelo objeto tem-se a certeza da própria verdade, da existência da vida, mas é pela negação do objeto que a consciência-de-si vem a ser para-si o reconhecimento do ser-outro como algo externo de-si, desse modo, a figura da consciência-de-si vem a manifestar a satisfação do desejo de poder reconhecer a exteriorização de sua existência ao se relacionar com o outro (HEGEL, 1992).

Sobre isto, Hegel diz:

Mas quando o objeto é em si mesmo negação, e nisso é ao mesmo tempo independente, ele é consciência. Na vida, que é o objeto do desejo, a negação ou está em um Outro, a saber, no desejo, ou está como determinidade em contraste com uma outra figura independente; ou então como sua natureza inorgânica universal. Mas uma tal natureza universal independente, na qual a negação está como negação absoluta, é o gênero como tal, ou como consciência-de-si. A consciência-de-si só alcança sua satisfação em uma outra consciência-de-si [...]. Nesses três momentos se completa o conceito da consciência-de-si: a) O puro Eu indiferenciado é seu primeiro objeto imediato. b) Mas essa imediatez mesma é absoluta mediação: é somente como o suprasumir do objeto independente; ou seja; ela é desejo. A satisfação do desejo é a reflexão da consciência-de-si sobre si mesma, ou a certeza que veio-a-ser verdade. c) Mas a verdade dessa certeza é antes a reflexão redobrada, a duplicação da consciência-de-si. A consciência-de-si é um objeto para a consciência, objeto que põe em si mesmo seu ser-outro, ou a diferença como diferença de-nada, e nisso é independente. A figura diferente, apenas viva, suprasume sem dúvida no processo da vida mesma, sua independência, mas junto com sua diferença cessa de ser o que é. Porém o objeto da consciência-de-si é também independente nessa negatividade de si mesmo e assim é, para si mesmo, gênero, universal fluidez na peculiaridade de sua distinção: é uma consciência-de-si viva (HEGEL, 1992, pp. 124-125).

A consciência-de-si é viva justamente por negar o objeto, pois o desejo pela vida acontece ao se negar o objeto que está em contraste com o outro. Esta negação absoluta, representa a satisfação da consciência-de-si ao se relacionar com outra consciência-de-si. É na relação com o outro que a consciência-de-si se caracteriza pela satisfação do desejo, como uma certeza que, ao se exteriorizar, reconhece-se como verdade para-si, como consciência-de-si viva.

É uma consciência-de-si para uma consciência-de-si. E somente assim ela é, de fato: pois só assim vem-a-ser para ela a unidade de si mesma em seu ser-outro. O Eu, que é objeto de seu conceito, não é de fato objeto. Porém o objeto do desejo é só independente por ser a substância universal indestrutível, a fluida essência igual-a-si-mesma. Quando a consciência-de-si é o objeto, é tanto Eu quanto objeto. Para nós, portanto, já está presente o conceito do espírito. Para a consciência, o que vem-a-ser mais adiante, é a experiência do que é esse espírito: essa substância absoluta que na perfeita liberdade e independência de sua oposição – a saber, das diversas consciências-de-si para si essentes – é a unidade das mesmas: Eu, que é Nós, Nós que é Eu. A consciência tem primeiro na consciência-de-si, como no conceito do espírito, seu ponto-de-inflexão, a partir do qual se afasta da aparência colorida do

aquém sensível, e da noite vazia do além supra-sensível, para entrar no dia espiritual da presença (HEGEL, 1992, pp. 125-126).

A consciência-de-si ao se reconhecer no ser-outro vem a refletir como sua própria consciência-de-si. Portanto, sem o ser-outro, não ocorre a certeza do desejo pela verdade. O espírito surge dessa certeza de possibilidade de reconhecimento do objeto, superando, assim, a “[...] aparência colorida do aquém sensível, e da noite vazia do além supra-sensível” (HEGEL, 1992, p. 126). O espírito como essência absoluta se manifesta por meio de uma intersubjetividade dos vários confrontos atribuídos pela dialética do reconhecimento da consciência-de-si com outras consciências-de-si.

É por essa base de entendimento que Hegel inicia, ainda, pela *Fenomenologia do espírito*, sua discussão sobre a obra de arte, enxergando que ela se dá pelo reconhecimento da consciência-de-si enquanto movimento de liberdade, onde a arte vem a se expressar como forma sensível, efetivada pelo espírito absoluto. Neste caso, a liberdade não significa o direito de ir e vir, pois, isto depende de como se está a organização social, mas sim, da atividade de criação artística e de sua linguagem universal, de uma arte que possibilite a compreensão pelo coletivo a partir de sua experiência estética. A arte, desse modo, não tem por objetivo a reprodução do pensamento humano, e sim, de agir como espelho ético, ou seja, de aprimoramento da moral humana (HEGEL, 1999).

Nessa obra, Hegel não se interessa em progredir no estudo da arte, ele vem somente a relacionar a arte com a religião, preocupado em desenvolver um conceito de arte que pareça comprometido com a religião, em que o espírito deve realizar um caminho de pretensão ao autoconhecimento, do saber absoluto em-si. Como se fosse uma maneira de decifrar pela filosofia o percurso da consciência, percurso este, onde a arte consegue se aproximar do saber absoluto, que pela sua forma sensível, vem a ganhar um discurso científico ao consolidá-la como espírito absoluto (HEGEL, 1999).

Em vista disso, Hegel demonstra que é pelo seu método o ponto de partida para o saber absoluto, isto é, o discernimento do que acontece verdadeiramente. O processo que propõe de totalização, faz rigorosamente esta mediação pela verdade concreta – síntese –, superando a percepção empírica e imediata. São pelas profusas determinações que se supera a insuficiência da imediaticidade, nos provocando a buscar nas conexões e mediações o “[...] caráter histórico de todas as coisas” (KONDER, 2013, p. 31). O que vale, inclusive, para a arte como elemento real de rejeição ao irracionalismo.

De início, não podemos deixar de lembrar a resoluta rejeição do irracionalismo. Última expressão filosófica de primeira grandeza da perspectiva da burguesia em ascensão, Hegel acredita firmemente na razão e na história, na cognoscibilidade do real e na eficácia do pensamento conceitual. A ideia de que o fenômeno artístico está fadado a permanecer para sempre indevassável à compreensão científica é vigorosamente repelida por ele. A superior realidade daquilo que é **em-si** e **para-si**, isto é, a realidade a que o homem tem acesso em seu processo de **espiritualização** – a realidade do espírito –, é uma só: o fato de que a sua manifestação na arte seja **sensível** não quer dizer que ela estabeleça uma impenetrabilidade ao conceito. O espírito se revê nas criações da arte, e as suas representações sensíveis não são senão a sua **exteriorização** (KONDER, 2013, p. 32) (Grifos do autor).

Se Hegel enxerga na síntese a verdade absoluta, Konder a fez muito bem na citação acima. Ele evidencia a essência do pensamento hegeliano de que a consciência se objetiva mediante a realidade dada ao espírito e, mesmo que a arte se dê pelas representações sensíveis, ela é, senão, a exteriorização da razão-histórica do artista. De maneira alguma a arte deve se estabelecer no campo do impenetrável, pelo contrário, é por ela que a consciência compreende a realidade do mundo externo e surge como elemento de linguagem exteriorizada a partir de uma determinada realidade, especificamente, a do artista.

A arte é um meio particular para que o espírito se manifeste. O espírito se realiza nas mais variadas formas e a arte transforma-se em uma dessas formas de manifestação. Hegel interpreta que a forma é definida pelo conteúdo, de modo que, na obra *Cursos de estética* (1820-1829)¹¹, ele questiona grandiosamente a arte e suas origens, que pelo método dialético aborda as questões do belo artístico, sistematizando a estética, para então, discuti-la como uma ciência do belo (HEGEL, 2009).

Vejamos que os conteúdos estão relacionados à história, assim, as formas artísticas são definidas pelos conteúdos históricos e, por isso, jamais seriam formas aleatórias. São o oposto disto, as artes estão carregadas de materialidade proveniente da realidade dos artistas. Em consequência, Hegel não trata a arte como “[...] uma atividade de entretenimento”, ele a trata como uma criação muito séria, de “[...] autoexteriorização e autoconscientização do homem” (KONDER, 2013, p. 34).

A consciência de si pode ser alcançada de duas maneiras: através da reflexão, no âmbito da interioridade, ou através da exteriorização, reconhecendo-se o espírito na representação de si mesmo que se oferece. A arte corresponde a esse segundo modo de aquisição da consciência de si pela humanidade. E é preciso não confundir a natureza específica da arte com o caráter de outras atividades do espírito, ainda que, na prática, ela se ache frequentemente muito ligada a essas outras atividades (KONDER, 2013, p. 34).

¹¹ A obra *Cursos de estética*, foi escrita por Hegel (2009) entre os anos de 1820 a 1829 e editada após seu falecimento por um de seus alunos, Heinrich Gustav Hotho (1802-1873), em 1835.

A estética hegeliana trata a arte como algo exteriorizado, que não ficou apenas no campo da reflexão, ela se objetiva e tem caráter uno em comparação a outras atividades do espírito. Mesmo a arte estando ligada a outros elementos, como, por exemplo, uma pintura que tem em sua representação a dor de uma barbárie cometida a alguém, vindo a demonstrar esteticamente o repúdio de se fazer provocar dor ao próximo, faz desta obra, pela realidade do artista, provocar na consciência-de-si uma reflexão ao ato retratado, levando a consciência-de-si em rejeitar a violência. A arte neste exemplo ficou diretamente ligada à moral, mas o objeto, no caso a pintura, não pode ser confundido como um objeto ético, apesar da ligação ocorrer, pois, ainda assim, sua particularidade é ser uma criação livre advinda do espírito, fazendo deste objeto uma legítima obra de arte.

São estas inquietações sobre a arte, que Hegel durante uma década se dedica a escrita de *Cursos de estética*. Com um tom bem polêmico, nesta obra, ele trabalha com inúmeros conceitos e categorias, que ao oposto de Kant, sua teoria estética é bem enfática em contrapor o belo natural. A natureza é corpo inorgânico e não existe para-si, não é dotada de consciência, incapaz de ser livre como o humano. Se ela não tem liberdade, diferentemente do espírito, não é capaz de criar e, portanto, impossível de ser categorizada como algo estético (HEGEL, 2009).

Somente a arte tem condições de ser bela. Logo na introdução, nos primeiros parágrafos, Hegel já discute a necessidade de excluir o belo natural. Para ele, “[...] falar de um belo céu, de uma bela árvore, de um belo homem, de uma bela demonstração, de uma bela cor etc. leva-nos a ver como definição arbitrária a qual exclui o belo natural” (HEGEL, 2009, p. 3).

Em oposição, para Kant a natureza é a essência estética do humano, porém, segundo Hegel, Kant afirma erroneamente que o belo artístico seria uma beleza inferior à da natureza e que a competência da arte encontrar-se-ia em alcançar as formações do belo natural. Contra essa visão kantiana, Hegel continua seu pensamento dizendo que “[...] é o belo artístico superior ao belo natural”, porquanto, o espírito ser superior a natureza, pois ele é dotado de consciência e capaz de criar (HEGEL, 2009, p. 4).

A beleza para Hegel está na criação humana. Exclusivamente pela consciência-de-si que se chega à verdade, do mesmo jeito, a ciência do belo só pode existir a partir da exteriorização da consciência-de-si. “O belo produzido pelo espírito é o objeto, a criação do espírito, e toda criação do espírito é um objeto a que não se pode recusar dignidade” (HEGEL, 2009, p. 4). Isto posto, a mecanicidade da natureza torna a sua beleza fetichizada, incapaz de se expressar como atividade criativa.

Porém, a estética pensada como ciência do belo, pode dar a impressão da necessidade de classificar algo, motivo este que fez Kant renegar a estética como ciência. Hegel chama a atenção para o caminho científico, que tende a findar na instrumentalização do belo, porque “[...] é impossível descobrir uma regra que distinga o que é belo do que não seja” (HEGEL, 2009, p. 12). A começar pelo gosto de cada indivíduo, que particularmente cada um tem o seu, sendo bem improvável ater-se à alguma regra que seja aplicável à arte, por isso, julgar a beleza da arte pelas sensações do agradável, para Hegel é de uma enorme futilidade.

Surge desta contradição da noção de beleza a importância da filosofia como meio para a estética se tornar um saber absoluto. Por mais que Hegel combata a instrumentalização do belo, diferentemente de Kant, ele defende a ciência do belo através de sua relação entre arte, religião e filosofia como formas de se alcançar o espírito absoluto. Cabendo à arte o engrandecimento do sensível, a religião como competência para se captar no sensível a contemplação dada por meio da arte como objeto exteriorizado, no qual a arte torna-se a representação de uma tese e a religião sua negação em antítese, tendo à filosofia a função de síntese entre elas. Estes conflitos somente se resolvem pelo absoluto, com o belo como uma das ferramentas mais poderosas à disposição do humano para conseguir superar suas aflições e dramático destino (SUASSUNA, 2008).

A beleza pela estética hegeliana se encontra no “fim último da arte”, por ela sejamos capazes de encontrar a verdade, com a arte representando “[...] de modo concreto e figurado, aquilo que agita a alma humana” (HEGEL, 2009, p. 71). A arte deve apresentar valores e, como tal, um dever-ser, de maneira a servir para fins morais. Para Hegel a obra de arte deve abranger a moralidade, pois, se não, a obra será superficial. Contudo, esse fim moral não é para elevar a moral universal e genérica, isto seria considerar apenas as reflexões externas do objeto, o que não é o caso de um objeto estético, este, é preciso se ocupar das reflexões internas do objeto, de uma formação formal aos nossos juízos e critérios. Se a estética é uma filosofia do belo, onde entendemos que a filosofia só aceita a verdade, então, que pelo entendimento entre os contrários possamos alcançar o saber absoluto através da arte (HEGEL, 2009).

Como já abordarmos no primeiro capítulo deste estudo, Hegel é uma das maiores influências ao pensamento de Marx e aos estudos marxistas em geral. Desde as questões de método, ontologia, teoria do conhecimento e estética, Hegel tem sido uma base concreta a busca pela verdade. O próprio Engels admite que a estética hegeliana é realizável de deixar qualquer um ‘assombrado’, demonstrando a competência e profundez pela qual Hegel aludiu a gnose do belo ao investigá-lo pela realidade concreta (KONDER, 2013, p. 32).

Em vista disto, dando sequência a nossa discussão sobre a filosofia do belo, os próximos autores no qual trataremos, sendo eles, Adorno e Lukács, ambos marxistas e que também buscaram em Kant e Hegel aporte teórico como base para a construção de sua própria teoria estética e que veremos a seguir.

2.3 Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno

A estética apresenta-se por densas reflexões, de tal forma, que muitos filósofos feneceram e não conseguiram colocar um ponto final nos seus estudos. Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno é um desses exemplos, morreu e teve seu discurso sobre a estética interrompido. Sua obra póstuma *Teoria estética* (1970) é um texto rico em conteúdos e ideias, o qual foi encontrado inacabado, sendo posteriormente organizado por sua esposa Gretel Adorno e publicado após a morte do filósofo Frankfurtiano, a qual ocorreu em 1969, e acaba por se tornar “[...] um modelo de pensamento e não um pensamento sistematizado” sobre o ensino da estética (SCHAEFER, 2012, p. 14).

No final da década de 20 e início da década de 30, do século XX, Adorno estudava e construía ideias lúcidas e críticas sobre a estética na obra de Søren Aabye Kierkegaard (1813-1855), colocando em prática a sua forma ensaísta de apresentação dos seus estudos. Conquanto, são nas décadas de 50 e 60, mais maduro, que retoma os estudos da estética com maior intensidade, passando a explicar os (des) caminhos da racionalidade esclarecida, com a escrita de *Teoria estética* (SCHAEFER, 2012).

Porém, antes de entrarmos na estética adorniana, é preciso conhecer algumas particularidades da história desse autor. Certos acontecimentos pessoais são decisivos na construção de seu pensamento. Do mesmo jeito que Kant e Hegel tiveram como realidade o período do iluminismo, refletindo diretamente em seus estudos a ideia daquele momento de uma sociedade a nascer mais justa e esclarecida por meio da luta burguesa, ao inverso, Adorno encontra o que conhecemos hoje, um sistema nefasto e que enxerga no lucro a posse pelo poder, que está preocupado de um lado com a produção excessiva de mercadorias a partir da exploração de uma classe e do outro de promover um consumo exagerado pela sociedade, formando, assim, um ciclo vicioso e bárbaro (COHN, 1994; SCHAEFER, 2012).

Adorno sempre entendeu sua relação com seu momento histórico como teórica, dedicada a uma reflexão crítica com base na dialética materialista. É assim que concebe a ‘teoria crítica da sociedade’, na qual ele, o grande adversário do gesto dominador da classificação, foi incluído. Numa sociedade que segrega ideologia por

todos os poros e só assim se mantém, a teoria social necessariamente é também crítica substantiva da ideologia (COHN, 1994, p. 25).

Com seus estudos pautados no materialismo histórico-dialético, Adorno formula seu pensamento em um período conturbado da história, compreendido pelo crescimento do capitalismo, a primeira guerra mundial, o socialismo na União Soviética, a chegada do nazifascismo na Europa e junto com ela a segunda guerra mundial. Como judeu, se refugiou na década de 30 nos Estados Unidos e neste período turbulento, pôde de perto acompanhar o pensamento burguês norte-americano, que somados a barbárie vivida na Alemanha com o nazismo, o conduziu a desenvolver uma teoria crítica para além do método marxista, buscando também referências sobre a natureza e o humano no pensamento de Kant, Sigmund Freud (1856-1939) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), o capacitando a refletir por todos esses dilemas que experienciou (COHN, 1994).

Vivendo nos Estados Unidos, começa a entender melhor como funciona a engrenagem capitalista, pois na Alemanha o capitalismo ainda não havia se desenvolvido na mesma proporção que na América do Norte. Junto com seu grande amigo, o também alemão Max Horkheimer (1895-1973), confrontam a destruição do esclarecimento e ineditamente trazem o conceito de “indústria cultural” ao perceberem os primeiros passos de uma indústria apropriadora da cultura em favor do capital (COHN, 1994; FREITAG, 1984; MOGENDORFF, 2012; SCHAEFER, 2012).

A racionalidade burguesa é duramente analisada na obra *Dialética do esclarecimento* (1947), onde a razão tem tido relação direta com os interesses da classe dominante e, desta forma, não cumprindo aquilo que tanto lutaram Kant e Hegel no período iluminista, a de verdadeiramente levar o esclarecimento como condição de liberdade para todos os sujeitos. A “[...] razão se esforça para avançar, mas gira em falso”, ou seja, ela se tornou instrumentalizada e limitada, incapaz de emancipar de fato (COHN, 1994, p. 16).

A indústria cultural nasce desse processo social de transformação da cultura, de modo geral, em bens de consumo resultante do sistema capitalista em estágio avançado. A terminologia foi optada por Adorno e Horkheimer para se diferenciar da expressão “cultura de massa”, pois esta dá uma falsa impressão de que seria uma cultura que emana da massa popular. Para os autores da Escola de Frankfurt¹², a cultura de mercado fez com que a subjetividade se identificasse com o consumo de bens e, conseqüentemente, a satisfação das

¹² Escola de Frankfurt, segundo Mogendorff (2012), foi inaugurada por Adorno e Horkheimer, dentre outros, primeiramente intitulada como Instituto de Pesquisas Sociais [*Institut für Sozialforschung*], vinculado a Universidade de Frankfurt.

necessidades fica relacionada com o ato de consumir mercadorias, uma vez que será o mercado do capital quem vai apontar quais são os valores culturais a serem consumidos (ADORNO, 1994; ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Para pensar sobre cultura, requer que conheçamos a evolução histórica e paralelamente relacionemos os fatos históricos ao comportamento manifestado pela sociedade, cada qual, com suas universalidades e particularidades. Como a cultura são conjuntos de conhecimentos que vão se acumulando e ao mesmo tempo se transformando e que interferem diretamente no comportamento, desde as artes à moral e os costumes, a classe burguesa passa a enxergar na cultura um modo de dominar a massa a seu favor, desconsiderando-a como elemento histórico (CUCHE, 1999).

Consequentemente, a indústria – propriedade privada da classe burguesa – se apropria da cultura, que por meio de processos ideológicos a mercadoriza, com a finalidade única de comercializá-la, criando uma indústria cultural que

[...] inegavelmente especula sobre o estado de consciência e inconsciência de milhões de pessoas às quais ela se dirige, as massas não são, então, o fator primeiro, mas um elemento secundário, um elemento de cálculo; acessório da maquinaria. O consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto (ADORNO, 1994, p. 93).

Por intermédio principalmente das artes, o capital encontra formas de padronizar a cultura e vende-la para a massa social como necessidades a serem supridas e consumidas. Para isso, se utiliza da consciência dos indivíduos e apresenta uma cultura manipulada, cujos interesses levam a consumir. A indústria cultural se aproveita de um suporte ideológico carregado de fantasias para formar comportamentos orientados ao consumo. Como já falado neste estudo no primeiro capítulo, as mercadorias pelo capital se personificam e ganham vida, se tornam interessantes. A indústria cultural reforça esta personificação ao fazer, em contradição, os consumidores serem seu objeto, usuários de uma cultura articuladamente planejada.

Mas o que é novo é que os elementos irreconciliáveis da cultura, da arte e da distração se reduzem mediante sua subordinação ao fim a uma única fórmula falsa: a totalidade da indústria cultural. Ela consiste na repetição. [...] a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria [...]. Sua ideologia é o negócio. A verdade em tudo isso é que o poder da indústria cultural provém de sua identificação com a necessidade produzida, não da simples oposição a ela, mesmo que se tratasse de uma oposição entre a onipotência e impotência. – A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio.

Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, pp. 112-113).

A indústria cultural apodera-se de elementos culturais, artísticos e da distração humana e os reduzem a generalidades repetitivas, produzindo uma falsa diversão, um anestesiamiento da classe trabalhadora em seu tempo livre. A ideia principal dessa indústria é a de não deixar os indivíduos livres, nem mesmo quando não estão diretamente a serviço do trabalho, onde seu tempo livre passa a ser ocupado por um entretenimento ideológico, com fins próprios, que é o desenvolvimento do capital.

Por outro lado, o cerne da estética se dá pelas devidas reflexões da arte objetivada. A música séria, por exemplo, nos exige a contemplação de uma totalidade concreta, de se entender nos mínimos detalhes o seu verdadeiro significado, a sua capacidade lírica. Nem todo trabalhador depois de um dia todo de labuta, teria energias para realizar tal concentração que demanda a estética musical. A indústria cultural aproveita desse momento, para fornecer não uma música séria, mas uma música nomeada como popular, nas palavras de Adorno, uma música cuja produção é estandardizada, formada de notas repetitivas, tornada automática e banal. Essa manipulação não é à toa, ela é devida a busca de mecanismos para que se consuma essa arte, não mais em essência, agora como mercadoria, em que se transita da contemplação para a distração, idealizada apenas como produto de diversão no tempo livre (ADORNO, 1994). Além disso, o ritmo que se forja é o ritmo da máquina (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

O artista cuja arte é industrializada e alimenta o mecanismo da indústria cultural, não pode jamais ser categorizado um “gênio”, como Kant e Hegel fizeram e Adorno o faz, pois o movimento da arte deve ser autêntico, particular, nunca ideológico (ADORNO, 2008; HEGEL, 2009; KANT, 1984). O artista que vem a pertencer à divisão de trabalho proposta pela indústria cultural, torna-se um trabalhador que adapta a arte, para que assim, ela possa ser reproduzida em série, vendida e consumida, geradora de uma falsa consciência e aburguesada. Mantendo o exemplo da música, se ela não vender, não cair no gosto popular, a indústria cultural tratará o artista que a produziu como qualquer trabalhador que não venha a corresponder na linha de produção/circulação, ou seja, será descartado, que pela lógica do mercado, este competitivo, o substituirá como substitui qualquer peça com defeito. Por isso, o genuíno artista é aquele que tem liberdade para criar e não seja um refém da força de trabalho, evitando que “[...] o social e o económico intervêm imediatamente na [sua] produção artística” (ADORNO, 2008, p. 345).

A arte automatizada, para Adorno (2008) não tem relação apenas com uma realidade mediada pelo processo histórico-social, ela também se coloca como produto ideológico e não como arte estética. Foi abordado anteriormente que Kant vem a negar o belo como ciência, exatamente por não querer que a arte se tornasse mecânica, instrumentalizada a partir do avanço da própria ciência, *exempli gratia* da fotografia (BENJAMIN, 1994).

Como resultado estético negativo, Walter Benjamin (1892-1940) – grande amigo de Adorno – cita a fotografia, em decorrência de sua reprodutibilidade técnica amotinadora. Ele diz que a fotografia:

[...] levou a arte a pressentir a proximidade de uma crise, que só fez aprofundar-se nos cem anos seguintes, ela reagiu ao perigo iminente com a doutrina da arte pela arte, que é no fundo uma teologia da arte. Dela resultou uma teologia negativa da arte, sob a forma de uma arte pura, que não rejeita apenas toda função social, mas também qualquer determinação objetiva (BENJAMIN, 1994, p. 171).

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o desenvolvimento de determinadas técnicas modernas e uniformes de reprodução em escala, as quais foram aumentando com o tempo a qualidade de sua reprodução, o que se permitiu a realização de cópias em larga escala e, ainda, provocou uma implantação de novas formas artísticas, tais como, a fotografia, seguida do cinema, processos esses denegados por Benjamin e denominados por ele como artes sem aura¹³ (BENJAMIN, 1994).

Essa automatização da arte se contrapõe também as ideias de Hegel, pois uma arte reproduzida não está relacionada com os processos históricos e, portanto, descaracterizada do saber absoluto. É unânime entre os autores tratados até o momento neste capítulo, que a arte pensada como mercadoria extingue a arte estética (ADORNO, 2008; HEGEL, 2009; KANT, 1984).

Dessa maneira, a mediação na arte é imprescindível para se chegar ao julgo estético, bem como, ao conhecimento crítico, seja ele, universal ou particular de sociedade. Sem o processo mediador, a arte perde sua real essência e se torna uma mera coisa a ser usufruída, ficando a serviço das necessidades do consumismo reificado (COHN, 1994).

Sobre a reprodução mecânica da arte, com a palavra, Adorno e Horkheimer:

A reprodução mecânica do belo – à qual serve *a fortiori*, com sua idolatria metódica da individualidade, a exaltação reacionária da cultura – não deixa mais nenhuma

¹³ A aura é constituída não apenas por elementos físicos, como também pela história da obra de arte, assinalada pelas transformações físicas sofridas e pelas relações de domínio que a protegeram ao longo do tempo. A autenticidade da obra de arte acontece a partir do momento em que se permite reconhecer que seu objeto seja único e continuamente idêntico a ele mesmo (BENJAMIN, 1994).

margem para a idolatria inconsciente a que se ligava o belo. O triunfo sobre o belo é levado a cabo pelo humor, a alegria maldosa que se experimenta com toda renúncia bem-sucedida. Rimos do fato de que não há nada de que se rir. [...] O riso torna-se nela o meio fraudulento de ludibriar a felicidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116).

Pela indústria cultural, a arte desloca-se da estética e apresenta-se como motivação individualista de uma falsa felicidade. Adorno ao tratar dos risos fraudulentos, ele remete-se aos filmes hollywoodianos, promotores de uma beleza mecânica, antagônica ao juízo de gosto proposto por Kant e dado *a priori* das sensações. O riso, ou esta sensação de felicidade que o filme proporciona, nada mais é, que uma ilusão aduzida e construída propositalmente para causar esta “alegria maldosa” em nome do fortalecimento – lucro – da indústria do entretenimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 116).

Perante essa realidade ao qual a arte está posta na era moderna, diretamente apropriada para fins outros, a estética tem como obstáculo, diferentemente do período iluminista, romper com esta falsa beleza implantada pela indústria cultural. Essa particularidade histórica faz com que Adorno na obra *Teoria estética* trate determinados pontos da estética de modo conflitante com a que foi tratada por Kant e Hegel. Os conflitos se dão principalmente ao discutir o belo, o feio e a beleza natural. Mas é claro que não podemos deixar de registrar outra singularidade de Adorno, no que diz respeito ao seu método, a dialética negativa. Do mesmo modo que faz suas críticas, ele também reconhece que seu pensamento é orientado pelas concepções filosóficas tanto de Kant, como de Hegel, o levando a promover uma tenacidade crítica e constante do objeto, principalmente ao abordar a estética (SCHAEFER, 2012).

Como ramo do conhecimento, a estética consiste em refletir e questionar o belo por meio da necessária tensão entre as categorias universal e particular, pois “[...] o *principium individuationis* [individuação] que implica a exigência do esteticamente particular não é apenas, por seu turno, universal enquanto princípio, mas inerente ao sujeito que se emancipa” (ADORNO, 2008, p. 302). Dessa forma, o belo em sua mais nobre singularidade e pureza somente é possível a partir de uma materialidade absoluta do humano na condição de sujeito emancipado, que esteja em condições de contemplar.

O belo, de acordo com Adorno, surge do feio. Ele diz:

De certo modo, o belo surgiu do feio mais do que ao contrário. Mas se o seu conceito fosse posto no índice, como muitas correntes psicológicas procedem com a alma e numerosos sociólogos com a sociedade, a estética tinha de resignar. A definição da estética como teoria do belo é pouco frutuosa porque o carácter formal do conceito de beleza deriva do conteúdo global do estético. Se a estética não fosse

senão um catálogo sistemático de tudo o que é chamado belo, não existiria nenhuma ideia da vida no próprio conceito do belo. No que visa a reflexão estética, o conceito de belo figura apenas como um momento (ADORNO, 2008, p.84).

A estética remete a uma relação justaposta com o sentido contraditório de noção de beleza, numa dialética entre essência e aparência. Se não fizermos a tensão da beleza, a negatividade do belo – o feio – é vencida, logo, a estética também, pois a beleza como reflexão estética surge de imediato, contudo, a beleza só se apresenta realmente no processo quando for mediadora das relações estabelecidas culturalmente entre o belo e o feio, tanto no contexto particular, quanto universal. Desse modo, essa falsa ruptura na dicotomia belo e feio, para Adorno, vem a se desarticular quando se afirma que o belo não existe sem o feio.

O feio, segundo Adorno é dissonante, o que poderiam interpretar como algo que lhe falte harmonia, onde o feio venha a representar no imediato como alguma coisa não estética. No entanto, é o seu contrário, o feio representa na estética adorniana a arte em protesto, aquilo que se põe a rejeitar como cultura dominante. Como diz Adorno (2008), o feio está diretamente ligado à beleza, na função, por exemplo, de desfeticizador de uma arte construída para ser instrumentalizada, como podemos observar nas obras do espanhol Francisco José de Goya y Lucientes (1746-1828) e suas deformações pitorescas, mas que, em essência, evocam as subjetividades humanas a colocarem o feio como condição de entender o próprio mundo e a sua verdadeira beleza.

Neste exemplo, o belo surge do feio. A estética se encontra nas origens da revolução, no ato de romper com as concepções de dominação, carregadas de uma cultura dominante, no qual o “[...] belo não é o harmônico e o feio não é o desarmônico. Estes são conceitos impostos na arte. A arte é livre. A imposição violenta [demasiadamente] a arte e o artista” (SCHAEFER, 2012, p. 76). Como ressalta Adorno, o feio na arte moderna vem na forma de protesto, como o representante que nega qualquer cultura dominante e se torna pela arte, o único com possibilidades estéticas de emancipação (ADORNO, 2008).

Ao contrário de Hegel, que definiu o que é belo, Adorno diz que a beleza é momentânea, se encontra em determinados momentos, como movimento, não concordando jamais que ela seja estática, pois assim, estaria consentindo com Hegel, de que seria possível conceituar precisamente a beleza. Segundo Adorno, “[...] Hegel petrifica a dialética estética através da definição estática do belo como a aparição sensível da ideia” (ADORNO, 2008, p. 85).

Ao mesmo tempo, o belo não deve ser renunciado como conceito. A categoria estética é essencial, uma vez que, sem categoria, a beleza não seria encontrada, ela “[...]”

transformar-se-ia irresistivelmente em paródia e destruir-se-ia a seguir perante algo escolhido de mais concreto”, como bem tenta fazer a indústria cultural (ADORNO, 2008, p. 85).

Categorizar o belo é tencioná-lo de maneira a perceber nos detalhes as suas particularidades e, a partir daí, estabelecer um equilíbrio com o universal. Pelo sistema capitalista, a arte e sua beleza são subsumidas pela reprodução em série. Esta arte reproduzida, não apresenta detalhes que possam ser percebidos, sua particularidade está em ser um produto feito para o consumo, o que lhe impossibilita de ser uma experiência estética, sendo apenas distração ao sujeito cansado das obrigações do dia-a-dia (ADORNO, 2008).

Outra divergência a ser aqui tratada, é acerca da beleza natural apresentada por Adorno, que tem-em-si características particulares em relação a estética kantiana e hegeliana. Em Kant, o belo natural sobrepõe o belo artístico, em Hegel, o belo artístico sobrepõe o belo natural, todavia, para Adorno, o belo natural se contrapõe ao belo artístico, onde são puras antíteses e, mesmo que a arte seja uma mediação objetivada pela consciência, sua subjetivação somente ocorre pela imediaticidade da natureza. “Natureza e arte se contrapõem, mas se autorreferem” (SCHAEFER, 2012, p. 98). Por exemplo, um tronco de árvore pode se transformar pelas mãos do artista em escultura, no qual um faz referência ao outro a todo momento, como também, se contrapõem, embora denominado como escultura, nunca deixará de ser um tronco de árvore.

Para Adorno, o belo natural é algo que possa ser captado como imagem, como um fenômeno que se faz surgir. É através dessa imagem que o belo artístico se articula com o belo natural. Uma pintura que é capaz de retratar a imagem da indústria tomando o lugar da natureza, faz desta arte uma ligação ao imaginário, da indústria como fealdade ou beleza, a depender do julgo, mas que ocasiona uma reflexão ao belo natural que ali antes existia ou como imagem da indústria enquanto natureza tocada pelo humano, podendo fazer dessa obra uma arte estética “[...] quando representa a paisagem na expressão da sua própria negatividade” (ADORNO, 2008, p. 109).

A estética adorniana surge desse seu método de negar o todo e a verdade o tempo inteiro. Como percebido, Adorno procura fazer da estética um pensar filosófico do não-identico, ao seguir pelo método que propõe, a dialética negativa, entendendo o objeto por todos os lados, não apenas pela polarização de dois lados, negativo e positivo. As tensões do objeto tem que acontecer por várias partes, cuja intenção é a de combater a razão instrumentalizada, tão presente no sistema capitalista e propagada como verdade (SCHAEFER, 2012).

Adorno temia que esta instrumentalização pudesse trazer ao mundo novamente as dores de Auschwitz. Está aí um dos grandes perigos da indústria cultural, a de propagar uma razão repressora que resulte em barbárie. A estética vem propriamente como arte de resistência e de negação dessa dominação do humano para com o humano (EAGLETON, 1993).

Em sequência, este capítulo passa a discutir a estética em uma perspectiva materialista, com Lukács em certas contradições ao pensamento de Adorno, preocupando-se com a particularidade como categoria central ao discutir a estética, tal como, enxerga na arte uma responsabilidade social de reflexo da realidade.

2.4 György Lukács

A relevância histórica da vida do filósofo húngaro György Lukács manifesta-se de grande importância no entendimento do desenvolvimento da totalidade de seu pensamento. Como diz Mészáros, um de seus discípulos e outra grande referência marxista, “[...] o fato é que ele [o filósofo significativo] não aprende nos livros as questões importantes de sua época, mas as vive” (MÉSZÁROS, 2013, p. 34). Os contextos particulares ao qual Lukács vivenciou são características relevantes e concretas de um filósofo significativo, que devem e serão aqui pontuadas.

Podemos dizer que existe uma ruptura no pensamento de Lukács a partir de sua identificação com a teoria marxiana, o que o levou – como marxista – a uma complexa luta até seus últimos anos de vida a formação de uma dialética materialista e que realmente explicasse o ser social. Não por acaso, uma de suas últimas obras, escrita na década de 1960, conhecida como *Para uma ontologia do ser social*, representa um notável primor em explicitar as relações humanas (MÉSZÁROS, 2013). Mas comecemos pelo jovem Lukács, um crítico literário que aos 25 anos publica *A alma e as formas (1911)*, uma coletânea de ensaios onde a subjetividade aparece e revela-se como julgo estético. No entanto, ele ainda não havia feito um aprofundamento das obras de Marx, embora nessa obra “[...] já se possam ver sinais de um emergente anticapitalismo romântico” (BUTLER, 2015, p. 11). É em 1918 que o seu contato se aprofunda com a teoria marxiana e sequente adesão ao partido russo bolchevique, no qual suas críticas se deslocam a observar as contradições burguesas, a ‘alma’, nesse momento, perde espaço para a ‘consciência’, o que faz da ‘reificação’ uma categoria de destaque em seu pensamento mediante sua famosa obra de 1923 e de suma importância as ideias marxistas, conhecida como *História e consciência de classe* (BUTLER, 2015, p. 13).

Contudo, alguns anos após a publicação de *História e consciência de classe*, Lukács começa a perceber uma deturpação da teoria social de Marx pelo partido comunista, uma supremacia de um ‘marxismo vulgar’, a existência de um capitalismo de Estado, num movimento inverso da prática, construindo uma teoria distorcida e dogmática, de um “[...] materialismo mecanicista e prosaico em uma variedade de versões; tendências ideológicas e político-organizacionais que expressam o mesmo dogmatismo mecanicista” (MÉSZÁROS, 2013, p. 30). A revolução russa tomara forma da revolução burguesa do século XVIII, dando continuidade à divisão de classes, que o leva a se afastar das práticas políticas mais radicais. Com o fracasso da revolução a nível global, Lukács mesmo permanecendo no partido comunista e defendendo a União Soviética, muda sua perspectiva teórica em relação a era stalinista. Sobre essa ocasião, Netto diz que

[...] os custos **pessoais** dessa opção de Lukács (envolvendo a prisão e reiteradas campanhas caluniosas); [...] afetou profundamente a **obra** do filósofo (ultrapassando bastante o necessário recurso a uma ‘linguagem esópica’ e a ‘autocríticas’ insinceras): ela repôs em um plano diferente a tensão e a dualidade entre **ser** e **dever-ser**. Ao interditar uma crítica **radical** ao que depois seria sinalizado como o processo do ‘socialismo real’, essa opção cancelou, [...] uma análise crítica da atual realidade [Russa] pós-revolucionária (NETTO, 2013, p. 20) (Grifos do autor).

Por mais que Lukács lutasse por uma nova perspectiva de resgate a verdadeira teoria marxiana, seu radical envolvimento com a revolução russa deixara cicatrizes restritivas ao longo da construção de sua dialética. De fato, “[...] Lukács exauriu ao extremo as possibilidades de concreção das suas categorias, [porém] os limites histórico-sociais dentro dos quais operava penalizaram a sua dialética” (NETTO, 2013, p. 21). Em contrapartida, é preciso reconhecer a importância teórica de Lukács e sua força de vontade para o desenvolvimento da essência marxista.

Com a escrita da *Teses de Blum* (1929) e sua negativa repercussão dentro do partido comunista húngaro em decorrência de suas críticas, Lukács passa a viver em Moscou como um dos pesquisadores do Instituto Marx-Engels-Lenin, o que facilitou seu acesso a textos – até então inéditos – sobre a obra dos autores que dão nome ao Instituto. Dentre os textos, um em especial tem grande impacto ao pensamento de Lukács, escrito no ano de 1844 por Marx e conhecido como *Manuscritos econômico-filosóficos*, publicado pela primeira vez em 1932, quase meio século após o falecimento de seu autor, que somado a outros escritos inéditos, possibilitaram uma mudança epistemológica nas suas obras, principalmente a respeito da concepção dialética e as relações entre o sujeito e objeto, bem como, subsidiando sua estética e principalmente a sua visão de realidade social (MÉSZÁROS, 2013).

Esse amadurecimento teórico experienciado por Lukács foi profícuo no seu desenvolvimento intelectual, mas agravou de forma drástica sua relação com o Estado soviético. Ele chegou a ser preso em 1941 ao lutar contra a degradação da teoria marxiana feita pelo stalinismo, sendo libertado após as inquietantes manifestações contra sua prisão, promovidas por intelectuais da época. Com sua volta para a Hungria e nomeado docente de estética na Universidade de Budapeste, manteve-se distante das atividades políticas mais intensas, estando mais focado nos estudos da arte, investigando não só as “[...] diversas questões estéticas complexas, mas também a formulação de alguns problemas fundamentais e desafiadores nos campos da epistemologia, ética, ontologia e filosofia da história” (MÉSZÁROS, 2013, p. 63).

Nesse período Lukács reconhece uma tendência utópica do movimento socialista e um dogmatismo elevado. Despontou um reducionismo da teoria marxiana, uma explosão do sufixo “ismo”, tais como, economicismo, naturalismo, revisionismo, sectarismo, stalinismo etc. A superação dessas perspectivas históricas vem a acontecer com o início do programa de “desestalinização”, dando a Lukács a possibilidade de tentar superar suas contradições teóricas a partir de sua *Estética e Ontologia do ser social* ao realizar as mediações das categorias sócio-históricas-universais capazes de explicar na totalidade o ser social e o seu ‘dever-ser’ (*Sollen*) (MÉSZÁROS, 2013).

O próprio Lukács assume no Posfácio de 1967 da *História e consciência de classe* que passou por uma evolução teórica, fazendo de sua honestidade intelectual – ao assumir determinadas limitações à época, principalmente em relação aos traços hegelianos de sua obra – um engrandecimento de seus estudos, vindo a demonstrar a grandiosidade do amadurecimento de seu pensamento, como também, sua imensa vontade de superar o idealismo revolucionário na tentativa de alcançar a materialidade concreta, ou seja, a adequação da teoria com a realidade (LUKÁCS, 1974).

Com a palavra, Lukács:

Na minha obra [*História e consciência de classe*], ela [a crítica] actua imediatamente, semeando a confusão em pontos decisivos, na própria concepção de economia que deveria naturalmente constituir o seu centro metodológico. Há, é certo, um esforço para explicar todos os fenómenos ideológicos a partir da sua base económica, mas a economia é empobrecida, visto que se limita a sua categoria marxista fundamental, o trabalho como mediador da troca orgânica entre sociedade e natureza (LUKÁCS, 1974, p. 357).

Sua atitude de reavaliar seu legado intelectual dá forças a sua busca de entender o sentido da vida humana. Em defluência de seu pensamento revolucionário, Lukács assume a

falta de profundidade nas categorias econômicas de sua primeira obra marxista de impacto, ao ir “[...] contra os fundamentos da ontologia do marxismo” (LUKÁCS, 1974, p. 356). Há de se levar em consideração, como dito anteriormente, que Lukács na década de 20 do século passado ainda não havia tido contato com os escritos inéditos de Marx. Conforme já abordado no capítulo 1 deste estudo, a relação orgânica e inorgânica desde a gênese humana nos leva a pensar na ontologia, ou seja, na necessidade de compreensão da objetivação humana, diretamente relacionada com o trabalho e desconsiderado naquele momento pelo jovem revolucionário Lukács.

Ele continua seus apontamentos:

Mas, enquanto Lenine, também nesta questão, renovava realmente o método de Marx, houve em mim um exagero (hegeliano), porquanto eu opunha o lugar metodologicamente central da totalidade à prioridade do factor económico: Não é a predominância dos motivos económicos na explicação histórica que distingue o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade [...]. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência (LUKÁCS, 1974, pp. 360-361).

Essas contradições são importantes na compreensão do método marxista – o materialismo histórico-dialético – e sua correta aplicabilidade, tanto na teoria, quanto na práxis. Lukács ao perceber esses paradoxos em contato com os escritos inéditos de Lenin sobre o método, principalmente no tocante uso exagerado do método hegeliano, ele entende que além da ontologia, a categoria totalidade, do mesmo modo, é de suma importância na apreensão da realidade concreta (LUKÁCS, 1974).

Sobre a ocasião que o leva a esse salto ontológico, Lukács externa:

Seja como for, posso lembrar-me ainda hoje do efeito perturbador que tiveram em mim as frases de Marx sobre a objectividade como propriedade material primária de todas as coisas e de todas as relações. A isso se somou a compreensão, já exposta aqui, de que toda a objectificação é um modo natural – positivo ou negativo, conforme o caso – de domínio humano do mundo, ao passo que a alienação é um desvio especial em condições sociais determinadas [...]. Compreendi-o de uma só vez: **se quero realizar o que tenho teoricamente em mente, tenho de recomeçar desde o princípio** (LUKÁCS, 1974, p. 376) (Grifos nosso).

Essa oportunidade de Lukács em ser um dos primeiros a ter acesso aos *Manuscritos econômico-filosóficos*, deu-lhe a chance de elucidar seus equívocos teóricos. Com a assimilação de que a natureza se transforma pela objetivação humana e, por conseguinte, a natureza o transforma, exige dele um inevitável recomeço no desenvolvimento

da teoria do ser social, ao constatar que a objetivação é uma determinação ontológica (LUKÁCS, 1974).

Mészáros diz que ao ter como base essas novas referências, Lukács também aprofunda “[...] nos aspectos mais heterogêneos das obras de arte discutidas – dos aspectos políticos e sociológicos aos morais e epistemológicos – à medida que se apresentavam em sua individualidade concreta, mas também [sintetizadas] em um quadro estético particular” (MÉSZÁROS, 2013, p. 54). Essa expansão de seu campo de investigação levou Lukács a ampliar as categorias estéticas, que de forma dialética foi capaz de preparar uma síntese estética de enorme valor intelectual.

No vigor de uma síntese estética bem elaborada tem-se a obra *Introdução a uma estética marxista* (1957) e que este estudo se deterá na tentativa de tratar da dialética das categorias singularidade-particularidade-universalidade, postas por Lukács, no qual se esforça para elaborar uma teoria do reflexo estético a partir dessas categorias. “A idéia geral [é] de que o reflexo científico e o reflexo estético refletem a mesma realidade objetiva [...]. Isso implica necessariamente em que devem ser os mesmos não só os conteúdos refletidos, mas as próprias categorias que os formam” (LUKÁCS, 1970, p. 2).

O reflexo se apresenta, a princípio, na filosofia clássica grega provida de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) como teoria do conhecimento há mais de dois mil anos. Porém, segundo Lukács, a estética marxista investiga uma nova conceituação de reflexo estético, buscando se fundamentar nos estudos de Lenin a definição de um reflexo real. Lenin, por sua vez, “[...] já advertia que o reflexo do real na consciência não é um ato simples e direto, que a representação sensível da realidade exterior corresponde a tal realidade, mas não coincide com ela [...], [sendo] ‘apenas a imagem dessa realidade’” (KONDER, 2013, p. 138).

Com a aplicação da teoria de Lenin em sua estética, Lukács interpreta que a arte precisa refletir para além da aparência do real, mas sim, refletir a essência do real. É preciso que a arte se empossa da realidade e que a consciência consiga captar essa essência. A estética marxista tem essa função, a de problematizar o existencial, não ficando apenas no campo teórico, levando com que a realidade seja apreendida em sua totalidade (KONDER, 2013).

Sendo a realidade irredutível ao conhecimento, evidentemente, sendo o movimento do real inesgotável, não é razoável pedir a uma obra de arte que ela nos dê a essência da realidade como um todo definitivamente apreendido. No plano específico dos problemas humanos particulares que [Lukács] aborda, entretanto, a obra de arte, para atingir um nível de essencialidade, deve ser **totalizante**. A criação artística bem-sucedida é aquela que consegue organizar as contradições por ela representadas em função de uma visão de conjunto (não necessariamente clarificada e explicitada

conceitualmente, mas sempre efetiva) de tais contradições (KONDER, 2013, p. 139) (Grifo do autor).

A estética marxista, conforme Lukács, deve nos conduzir à compreensão das relações sociais, que pelo movimento do real sejamos capazes de apreender a essência da realidade em sua totalidade, eliminando, dessa forma, a imediaticidade desnecessária e inessencial, como se propõe no método de Marx. Obviamente é impossível conhecer “tudo”, pois o todo da realidade é inesgotável, entretanto, para Lukács, é importante que se faça a síntese das múltiplas determinações do real, possíveis de serem apreendidas pelo artista e exteriorizadas em sua arte (KONDER, 2013; LUKÁCS, 1970).

A categoria da particularidade, de acordo com Lukács (1970), é a categoria central da estética, porque as especificidades do reflexo estético somente se manifestam no núcleo da identidade geral da obra, o que faz dessa categoria, ser uma das menos abordadas pela lógica, induzindo Lukács à uma busca histórico-filosófica a fim de resolver a problematização da particularidade e que este estudo tentará de maneira limitada aqui desenvolver.

O caminho escolhido por Lukács a percorrer começa pelo pensamento de Kant. Para ele, a estética kantiana apresenta certas contradições, principalmente pela época a que Kant desenvolveu suas ideias. Em suas ideias existem a rejeição do método científico, pois no seu período a teoria da evolução ainda não havia tomado forma de ciência, o que o limitou a superar os fenômenos da vida humana e acaba por o tornar um idealista subjetivo (LUKÁCS, 1970).

Esta oscilação entre materialismo e idealismo – que em Kant termina sempre com a vitória do segundo – não é a única dificuldade para a construção da nova teoria do conhecimento. Em última análise, a concepção não é só idealista subjetiva, mas, como já vimos, também é metafísica; porém esta própria estrutura conceitual metafísica nasce como resultado de um processo, devido à oscilação entre a metafísica e dialética. Na sua tentativa precedente de salvar a validade objetiva das leis naturais, da matemática e da física – que nele é essencialmente mecanicista [...]. Mas como pode ser compreendido o fenômeno da vida com essa aparelhagem conceitual? [...] O juízo recebe no sistema kantiano das ‘faculdades da alma’ a tarefa de lançar uma ponte sobre este abismo (LUKÁCS, 1970, p. 13).

O conhecimento dado pelas ideias de Kant não atinge a particularidade, pairam sobre o campo da subjetividade e universalidade, que o impossibilita de se chegar ao conhecimento real e concreto. De acordo com Lukács, tal instrumentalidade racional ocorre pela falta do conhecimento biológico da espécie humana e da natureza, provocando Kant a rejeitar a cognoscibilidade dos fenômenos. Esse agnosticismo domina o pensamento metafísico de Kant e o limita à generalizar os problemas do ser social (LUKÁCS, 1970).

De fato, se o nexa entre o universal e o particular suposto aqui por Kant fôsse determinado como propriedade da própria realidade objetiva, essa ‘afinidade’ (como ocorre frequentemente em Hegel) seria apenas uma expressão idealisticamente invertida do fato de que o nosso conhecimento se adapta à realidade objetiva independentemente da nossa consciência, do fato de que o conhecimento aspira ininterruptamente a refletir tal realidade da maneira mais adequada possível. A expressão invertida não passaria, então, de uma das muitas ilusões da espontaneidade do sujeito que conhece de modo ingênuo e acrítico (LUKÁCS, 1970, p. 20).

Lukács demonstra que o pensamento kantiano acerca das categorias universal e particular, se adapta a qualquer realidade objetiva, independente da realidade da consciência. Existe uma desconsideração de Kant referente a particularidade de cada consciência, uma inversão do concreto, visto que, somente um corpo cuja consciência seja ingênuo e acrítico seria capaz de se adaptar a qualquer realidade posta.

A fundamentação da estética kantiana se baseia nas relações de pureza entre natureza e consciência, “[...] fazendo com que tudo o que é estético seja confinado à esfera subjetiva e qualquer conformidade a leis e conceitualidade objetiva sejam, portanto, afastadas da estética” (LUKÁCS, 1970, p. 20). A estética transcendental kantiana permite uma sobreposição da natureza frente ao conhecimento humano, o que resulta em um juízo estético universal, que leva Lukács a finalizar seu pensamento dizendo que a “[...] relação dialética entre o universal e o particular não tinham tido influência alguma sobre a estética de Kant. Esta estética permanecia subjetiva, privada de objeto e de conceito” (LUKÁCS, 1970, p. 30).

Desse modo, para Lukács, o pensamento de Kant permanecia em um nível primitivo, onde seu método não estava em condições de oferecer ideias concretas, ao contrário de Hegel, que se permitiu compreender filosoficamente as contradições de sua época e a superar as adversidades não vencidas por Kant. A lógica descrita por Hegel é formada por inúmeras tentativas de compreender os fenômenos da nova ordem burguesa, para isso, encontrou base no método dialético histórico para desenvolvê-la (LUKÁCS, 1970).

A tarefa da revolução, para Hegel, é precisamente a de criar um ordenamento estatal que corresponda às relações sociais reais. Buscando esclarecer filosoficamente esta questão, ele se depara com o problema da dialética histórico-social de universalidade e particularidade. Nessa transposição de uma concreta e atual questão político-social na abstratividade da filosofia, manifesta-se naturalmente no idealismo de Hegel, o fato de que todo o seu mundo ideal é determinado pelo atraso da Alemanha. Apesar desta necessária constatação, não é lícito esquecer que nessas abstrações de Hegel fazia-se sentir também um pressentimento da dinâmica concreta das lutas de classe (LUKÁCS, 1970, p. 36).

O método hegeliano tem fundamentos lógicos e, não por acaso, é a grande referência marxista. A busca pela realidade concreta, pelo movimento de se conhecer a história social, é um avanço filosófico enorme e até hoje influencia a gnoseologia. Conquanto, Hegel ainda se mantém no idealismo objetivo, em contraposição ao idealismo subjetivo de Kant. Esse idealismo objetivo que em aparência manifesta-se pela luta de classe, é uma defesa em sua universalidade de superação ao domínio feudalista – até aquele momento tão presente numa Alemanha atrasada do ponto de vista revolucionário –, mas em sua particularidade, como bem se sabe nos dias atuais, a luta de classe não foi superada. Hegel não sobejou sua idealização de que a revolução burguesa seria a forma mais alta de sociedade genérica (LUKÁCS, 1970).

Hegel foi incapaz de perceber a real revolução, de luta pelo fim das classes sociais. “Na ausência desta decisiva e mais precisa determinação, expressa-se novamente o limite político-filosófico de seu pensamento [...] dado que a miserabilidade de seu presente é para ele [Hegel] o coroamento final da história” (LUKÁCS, 1970, p. 49). Essa falta de perspectiva futura, faz de seu método um movimento entre passado e presente, ausente de uma revolução socialista, provocando uma lacuna na sua dialética, como também, entre o universal e o particular.

Da mesma maneira, a estética de Hegel, para Lukács, desenvolve-se com limitações no momento que tenta definir o belo como uma unidade teórica e prática, ao mesmo tempo que, igualmente limita a teoria com o particular e a prática com o universal. Todavia, o próprio Lukács reconhece a importância da dialética de Hegel ao atingir a determinação mais lógica das categorias singularidade-particularidade-universalidade. O conceito a partir destas categorias, em Hegel, “[...] é o coroamento e a síntese de uma longa e rica explicitação das determinações lógicas” (LUKÁCS, 1970, p. 61).

A lógica proposta por Hegel tem pela primeira vez na filosofia a particularidade como mediação nos movimentos do singular ao universal e vice-versa, tal como, “[...] vão da universalidade abstrata à concreta, da universalidade inferior à superior, o que transforma a universalidade precedente numa particularidade, bem como da singularidade puramente imediata à mediatizada, etc.” (LUKÁCS, 1970, p. 65). Portanto, Lukács reconhece que mesmo a dialética hegeliana apresentando uma distorção idealista e burguesa, “[...] Hegel foi o primeiro a colocar o problema do particular de uma maneira correta e multilateral” (LUKÁCS, 1970, p. 67).

Ainda que, Marx na juventude tenha encontrado as limitações da filosofia hegeliana, ele na maturidade percebe que, ao fazer a inversão da dialética idealista de Hegel

para uma dialética materialista, seu método “[...] eleva-se a um nível cada vez mais alto, tanto do ponto de vista concretamente social quanto do universalmente filosófico” (LUKÁCS, 1970, p. 68).

A estética marxista tem como base o método proposto por Marx. Sua compreensão deve se dar pela totalidade do objeto, que pela saturação de suas determinações e sequente negação pelo movimento dialético consiga, enfim, chegar a uma materialidade concreta de sua realidade. Em vista disso, o mérito de Hegel está precisamente

[...] em ter reconhecido a dialética de universal e particular na revolução democrática: isto é, desmascarando a pretensão das velhas classes dirigentes de representarem os interesses de toda a sociedade (o universal), quando pretendiam realizar tão-somente os seus restritos e egoístas interesses de classe (o particular); [contudo] a nova classe revolucionária, ao contrário, deve se apresentar – ainda que, naturalmente, combata sobretudo pelos próprios interesses de classe (o particular) – como representante de todos os prejudicados pelo *ancien régime* (o universal) (LUKÁCS, 1970, p. 70).

Embora Hegel deduzisse equivocadamente que a revolução burguesa seria a representação do particular para com o universal, Marx não renega tais ideias, pelo contrário, ele se apropria delas e entende pela dialética materialista que a revolução deva partir do proletariado – particular – como uma revolução socialista e que supere na totalidade – universal – a luta de classes.

Tal como a práxis se estabelece pelo particular como categoria revolucionária do universal, a estética marxista tem como princípio a particularidade, pois esta, exerce a mediação entre as categorias da singularidade e universalidade. Para Lukács, a particularidade é a síntese que ‘une organicamente o genérico e o individual’ (KONDER, 2013, p. 140).

A arte estética, pensada pela categoria da particularidade, deve ser uma arte interessante e realista, eficaz em refletir o pensamento humano desde o singular ao universal, assim como, em seu movimento contrário de universal ao singular, de forma a representar a realidade humana. Esse reflexo estético conduz a compreensão da realidade, que pela reprodução artística consiga racionalmente através de sua particularidade atingir a superação do singular ao universal. Para isto, há a necessidade de um maior conhecimento do artista, tanto do mundo, quanto do humano, de modo que, maior for o seu conhecimento, maior será sua força criadora de superação.

Nesse sentido, Adorno foi um crítico ferrenho da estética de Lukács, precisamente quando diz que sua dialética está presa unicamente a uma relação entre arte e realidade, dando a entender que a estética lukácsiana seria, de certa forma, mecânica e limitada por este

motivo. Porém, as críticas de Adorno partem ao Lukács marxista e com sua teoria do reflexo já desenvolvida, ao contrário, tece inúmeros elogios as críticas literárias do jovem Lukács, pensadas antes de sua entrada ao partido comunista e com toques de subjetividade. O próprio Adorno assume que as obras concebidas pelo jovem Lukács foram primordiais na sua formação estética (PATRIOTA, 2015).

A réplica de Lukács feita as críticas de Adorno, começam quando ele ressalta que a produção intelectual da Escola de Frankfurt é elitista e está distante da realidade, conseqüentemente, da luta de classes. Ainda que, ambos tenham em comum a teoria marxiana, suas divergências são desmedidas, principalmente quando o assunto é a filosofia do belo. “Para Lukács, a especificidade da arte consiste no reflexo antropomorfizador da realidade. Para Adorno, é vital a defesa da forma do objeto artístico, o que exclui evidentemente qualquer pretensão de diluir a autonomia da arte” (FREDERICO, 2000, p. 301).

Concomitantemente, Adorno e Lukács como diz Frederico,

[...] gravitam em torno dos termos postos por Hegel. Nesse sentido, eles são ‘jovens-hegelianos’. A arte, para eles, é uma atividade que preserva a sua autonomia [...] e, por isso, é vista sempre como parte integrante de um sistema de pensamento que estabelece critérios para o julgamento estético, permitindo, desse modo, separar a grande arte de suas contrafaçções (FREDERICO, 2000, p. 301).

Pela defesa de um juízo estético, independentemente das divergências entre si, Adorno e Lukács lutam em amparo de uma estética autônoma, cujo julgo será apenas verdadeiro, quando tratado pela filosofia. Como ambos foram bastante influenciados pela estética hegeliana, em que mesmo, cada um tomando um rumo – Adorno se agregando das ideias kantianas e freudianas, Lukács se aprofundando no materialismo marxiano –, eles sempre advogaram a favor da filosofia do belo como ciência, pois como tentamos demonstrar neste capítulo, é a única apta a dar suporte ao julgo estético.

Isto posto, de uma estética que lute a favor do verdadeiro belo, muito embora se apresente com pontos de vista contraditórios entre os intelectuais que a estudam, tem em sua generalidade como teoria filosófica, a força de que necessitamos no combate ao que temos nos defrontado na modernidade sob domínio capitalista, de uma estética expressada como particularidade polissêmica de “estética corporal”, na medida em que a lexia “estética” vem explicitando na contemporaneidade o sentido de “padrão estético do corpo”¹⁴, a ponto de já se estar assimilado culturalmente pela sociedade que “estética” se resume em padrão de “corpo

ideal” ou de “corpo belo” e este pode ser conquistado, ou melhor, comprado, o que nos remete ao corpo mercadoria e discutido por este estudo no capítulo anterior.

A principal arma a favor da luta pela filosofia do belo chama-se “educação”. Somente ela é capaz de emancipar o ser social dessa educação hegemônica concebida pelo capital, porquanto, a educação não deve ser jamais tratada como *business* e nem tão pouco ser curso preparatório para o mercado, que de maneira oposta, ela deve sim, desenvolver os processos criativos e críticos dos sujeitos, tendo como maior função formar eticamente para a vida (MÉSZÁROS, 2008).

Infelizmente a educação, de maneira geral, tem sido bastante complacente com o capital, formando ideologicamente a sociedade para aceitar o inaceitável. As relações sociais vêm se tornando mercantilizadas e as atividades do sujeito, incluindo a educação, se transformando em mercadoria e, portanto, objeto de consumo que carrega interesses a favor da classe dominante. A formação em educação física no Brasil não tem transcorrido diferente, que, de modo geral, está forjando profissionais para a manutenção da ordem burguesa, assunto este, mais bem desenvolvido nos próximos capítulos deste estudo.

¹⁴ Como poderá ser observado através de pesquisa empírica realizada para o capítulo 4 deste estudo.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO FÍSICA E A ESTÉTICA CORPORAL

“Alternativa pra criança aprender basta quem ensina
 Essa é a verdade, criança aprende cedo a ter caráter
 A distinguir sua classe, estude Marx
 Seja um Mártir, às vezes um Luther King, um Sabotage”
 (Sabotage, *Canção Foi Tão Bom*)¹⁵

A educação é a solução dos problemas sociais. Não há alternativa, somente por ela somos capacitados a alcançar altos índices de humanização e a verdadeiramente se emancipar. Apenas por meio da educação podemos romper com as diferenças de classes e com as crises as quais essas diferenças provocam. Para isso, a educação tem que ser “para além do capital”, diferentemente do que está posta hoje, como educação mercadoria, preocupada na manutenção do *status quo* (MÉSZÁROS, 2008).

Já dizia Sabotage – cantor criado na favela do Canção em São Paulo e assassinado em 2003 por suspeita de não apoiar o tráfico de drogas na comunidade onde morava –, para aprender é preciso ter quem ensina, mas não qualquer tipo de ensino, e sim, aquele que ensine a distinguir as classes, muito bem exemplificado nos versos de *Canção Foi Tão Bom*, principalmente quando cita o filósofo Marx, que não por acaso, é também a referência medular deste estudo. Sabotage no dia em que foi assassinado em São Paulo, iria viajar para participar do Fórum Social Mundial que aconteceu na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (TONI C, 2013). Um ano depois, em 2004, essa mesma cidade sediava mais um evento internacional e também de grande relevância social, o Fórum Mundial de Educação, no qual outra referência importante deste estudo, o filósofo Mézszáros, enfatizava veementemente que ‘a educação não é uma mercadoria’ (JINKINGS, 2008, p. 9). Sua obra *A educação para além do capital* (2005), foi pensada como ensaio de abertura desse evento e publicada no Brasil, tendo seu *Prefácio* escrito por Emir Sader, professor aposentado da USP, que se inicia com o seguinte pensamento:

¹⁵ Letra completa no Anexo III desta Dissertação.

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: ‘fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes’. Em outras palavras, tornou-se [a educação] uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, [a educação] agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (SADER, 2008, p. 15).

A educação tem papel fundamental de emancipar o ser social. Sader em evidência a Mézáros, manifesta sua aversão a educação instrumentalizada e proposta pela sociedade capitalista, cujo valores humanos são invertidos e tornam-se reprodutores dos interesses da classe dominante. O valor nesse tipo de sociedade é apresentado na forma de acumulação de capital e não de benevolência pelo próximo. Quanto mais capital se possui, mais se pode tudo e quanto menos capital se possui, menos se pode, ou melhor, nada se pode.

Isto é um fator que gera a competição entre os humanos e muitas das vezes até a morte se torna legitimável, aceitável para aqueles que não “vencem” e ou não se “adequam” a esse tipo de sistema. Vide nações que na atualidade aprovam a pena de morte ao se descumprir determinadas leis, construídas sob as estruturas ideológicas do modo de produção capitalista, bem como, a naturalidade com que se demonstra o desinteresse de uma classe com a miséria vivida pelos que pertencem a outra classe (MÉSZÁROS, 2008, 2011a).

As deturpações desse tipo são a regra quando há riscos realmente elevados, e assim é, particularmente, quando eles são diretamente concernentes à racionalização e à legitimação da ordem social estabelecida como uma ‘ordem natural’ supostamente inalterável. A história deve então ser reescrita e propagandeada de uma forma ainda mais distorcida, não só nos órgãos que em larga escala formam a opinião política, desde os jornais de grande tiragem às emissoras de rádio e de televisão, mas até nas supostamente objetivas teorias acadêmicas (MÉSZÁROS, 2008, p. 37).

Qualquer um que tente ameaçar o sociometabolismo do capital, corre riscos físicos iminentes. Para que o sujeito aceite determinadas situações desfavoráveis a ele, são propagadas informações distorcidas, mas com o propósito de formar opiniões em larga escala e, desse modo, se ocorra uma racionalização da ordem posta. Mais uma vez, é citado por uma das referências deste estudo a indústria cultural – como os jornais, rádios e canais de televisão –, porém, agora, acompanhada das teorias acadêmicas, grandes colaboradoras do fortalecimento da sociedade de classes.

A educação física pertence a uma dessas teorias acadêmicas ou disciplinas da educação, que com base a partir desta realidade alarmante, veremos neste capítulo que sua sistematização vem a acontecer, como em outras áreas da educação, com objetivo de consolidação dos ideais hegemônicos, onde temos a indispensabilidade de continuarmos a adotar o materialismo histórico-dialético como método de apreensão totalizante desta realidade pela qual a educação física e a estética corporal vêm se consolidando enquanto instrumentos a favor da ordem burguesa.

Portanto, este capítulo tem como propósito dar prosseguimento no entendimento do objeto principal deste estudo, que é a formação em educação física a partir da compreensão de corpo, estética e educação. Isto explica todo o caminho de investigação até aqui feito, começando pela necessidade de entendimento do corpo na sociedade do capital, da estética como filosofia do belo, chegando neste momento, em que abordaremos uma área ou disciplina da educação: a educação física e sua relação com a estética corporal.

Para tanto, esta investigação primeiro busca pesquisar a história da educação física, desde sua origem remota à como ela se encontra na atualidade, por meio dos estudos de Oliveira (2012); Soares (2004); Soares et al. (1992); Tubino (2006, 2010); e Ventura (2010). Depois procuraremos reconhecer a estética corporal como construção ideológica dos padrões de corpo estabelecidos pelo capital, apoiando-se nos estudos de Agricola e Baptista (2016); Baptista (2001, 2013); e Baptista e Zanolla (2016). Por fim, discutiremos a importância da educação física como uma educação que apresente condição de emancipação do ser social, através dos estudos de Mészáros (2008, 2011b); Saviani (1999, 2014); e Saviani e Duarte (2010).

3.1 Educação física: do surgimento à atualidade

A cultura corporal está diretamente relacionada à ontologia do ser social. Quando um corpo se objetiva através de sua relação com a natureza e com outros corpos para satisfazer suas necessidades através de seu trabalho, estabelece um metabolismo de transformação da natureza e também de transformação de si próprio (BAPTISTA, 2013). São essas transformações que ao longo da existência humana, fizeram com que o corpo se construísse historicamente (SOARES et al., 1992).

Isto posto, da corporalidade¹⁶ do sujeito ser construída historicamente, justifica-se o conceito de “cultura corporal”, que segundo o Coletivo de Autores¹⁷, é o “[...] resultado de conhecimentos socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade que necessitam ser retraçados e transmitidos” (SOARES et al., 1992, p. 26). Ou seja, o movimento humano que dá vitalidade a cultura corporal, acontece pelo trabalho, transforma a cultura e constrói permanentemente a história ao longo do tempo.

Adentrando mais especificamente na cultura corporal de movimento, os movimentos corporais construídos pelos aspectos histórico-culturais advindos das práticas culturais não-sistematizadas, iniciam-se com a gênese humana e estão relacionados *a priori* com as técnicas de sobrevivência, como, por exemplo, a caça e a pesca, mas também, marcados pelo começo das lutas corporais em defesa da comunidade e do território (MARX, 1985; MARX; ENGELS, 2007; RAMOS, 1983; SOARES et al., 1992).

Todo esse processo metabólico ao longo dos séculos, de objetivação do corpo da consciência e subjetivação da consciência do corpo durante o relacionamento com a natureza por meio de seu trabalho, enriqueceu a cultura corporal, de modo que, o corpo ganha tessitura ao se movimentar durante o processo sócio-histórico (BAPTISTA, 2013). Os movimentos, ainda que, não-sistematizados, na pré-história apresentam determinados conteúdos, em que o humano passa a desenvolver habilidades motoras, tais como, arremessar, caminhar, correr, lançar, saltar e trepar (SOARES et al., 1992).

Em sequência, o humano começa a dominar habilidades corporais específicas e relacionadas diretamente com a sua sobrevivência e reprodução, desenvolvendo técnicas para a agricultura e para a caça. Essas habilidades exigem que seu corpo esteja em um bom estado físico, tanto para o cultivo da terra e da caça, assim como, para demonstrar capacidade de ação diante dos inimigos, sejam eles, predadores ou outros humanos a procura de terras férteis. O humano então percebe a necessidade de desenvolver as práticas corporais, de realizar atividades físicas, a fim de se tornar mais corajoso, forte, hábil e resistente (RAMOS, 1983).

A permanência do humano na terra em forma de comunidade ou povoado, com suas habilidades de sobrevivência em estágio avançado, passa a utilizá-las igualmente para

¹⁶ O Coletivo de Autores, utiliza o conceito de “corporeidade”, contudo, acreditamos no termo “corporalidade”, em referência a concepção marxista de corpo. Assim diz Baptista (2013, p. 77): “[...] a corporalidade humana se manifesta nas relações dos homens com a natureza, com os outros homens e com eles próprios. Não há como consolidar o próprio corpo fora das relações de trabalho e da identificação entre os seres humanos”.

¹⁷ A obra *Metodologia do ensino de educação física* (1992), foi desenvolvida por um Coletivo de Autores e professores de educação física. São eles: Carmem Lúcia Soares, Celi Nelza Zulke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

celebrar as boas colheitas, os nascimentos e as mortes, realizando rituais sagrados e recreações através de atividades atléticas, com uma particularidade, os mais hábeis tornam-se destaques e têm seus corpos adorados, por serem considerados a imagem e semelhança dos deuses (RAMOS, 1983).

O povo grego é um desses exemplos de comunidade que aprimora suas atividades atléticas, realizando jogos com intuito de apreciação dos deuses do Olimpo, onde “[...] os grandes atletas [eram] glorificados como heróis populares, verdadeiros semideuses” (RAMOS, 1983, p. 86). Os gregos compreenderam desde a antiguidade, que os exercícios físicos são instrumentos de metamorfismo do corpo. Eles transformavam o corpo para poder exibi-lo e ligá-lo ao espírito e a religião, desse modo, podiam reverenciar e homenagear seus deuses, pois consideravam que este corpo era um modelo, tanto de força, quanto de beleza sobre-humana. Esse período marcou o início histórico de uma sistematização da cultura corporal de movimento, bem como, o início dos jogos olímpicos da antiguidade, com modalidades esportivas até hoje praticadas, como corridas, saltos e lançamentos (RAMOS, 1983).

Inclusive, o lançamento de disco é uma modalidade esportiva bastante venerada pelos gregos da antiguidade, tal qual, o escultor grego Míron o immortalizou por meio da escultura conhecida como *Discóbolo de Míron* (RAMOS, 1983). O Discóbolo do escultor grego, foi feito em mármore e é datado de 450 a.C., contudo, na atualidade ainda permanece como uma arte de enorme repercussão no meio desportivo, devido ao fato de ter se tornado o símbolo das escolas de formação em educação física e aprovado pelo CONFEF (2002) como representação oficial da educação física no Brasil:

Art. 1º - Ficam aprovados o símbolo, a cor e o anel de grau da Profissão de Educação Física, como segue:

§1º - SÍMBOLO: Discóbolo - por estar baseado nos movimentos do corpo humano em ação. O Discóbolo de Myron é a mais célebre das estátuas atléticas. Segundo pesquisa: ‘...o corpo revela um cuidadoso estudo de todos os movimentos musculares, tendões e ossos que fazem parte da ação; as pernas, os braços e o tronco inclinam-se para imprimir maior impulso ao golpe; o rosto não parece contorcido pelo esforço, mas calmo e confiante na vitória’ (CONFEF, 2002, p. 1).

As artes desportivas deixaram os mais variados esportes immortalizados mundialmente, principalmente as inspiradas pelos gênios gregos da antiguidade. No caso do Brasil, a notoriedade é pela obra-prima *Discóbolo de Míron*, ao eternizar tudo o que significa a educação física, isto é, a nossa cultura corporal de movimento (RAMOS, 1983).

Com a chegada da Idade Média e crescimento do cristianismo – a partir dos primeiros séculos d.C. – como força religiosa e de grande alcance social, as atividades atléticas se tornam inexpressivas, sendo que os exercícios físicos contemplavam apenas os treinamentos militares, cujos objetivos eram de treinar os militares para compor as famosas Cruzadas e suas tomadas de território. O corpo nesse período é desprezado e perde sua importância para a alma, pois para a igreja, ela era a única que poderia ser salva e passível de conquistar a vida eterna (RAMOS, 1983).

Esse cenário de fanatismo religioso começa a perder força somente com o surgimento do Renascimento, período que compreende o fim do século XIV até o fim do século XVI, definido pelo movimento artístico e filosófico contra a dominação religiosa e empregado como designação de uma renovação dos valores humanos, em que sua intenção era ressaltar as diferenças morais, intelectuais e políticas desse momento, em contraposição a fase religiosa. Isso despertou o interesse social pelo humanismo, naturalismo e a renovação religiosa e política, o que marca também as primeiras conquistas científicas da modernidade (ABBAGNANO, 2012).

O período renascentista abriu caminho para a revolução industrial, que aconteceu entre os séculos XVIII e XIX, após progressiva divisão social do trabalho iniciada pelo comércio interior devido as manufaturas e exterior com o desenvolvimento marítimo. Essa fase é marcada pelo prelúdio da modernidade e representa o início do sistema capitalista, uma criação das relações humanas na qual o mundo jamais vivera (HOBSBAWM, 2009).

A revolução industrial, emerge de um discurso de revolução cuja bandeira defendia a igualdade, fraternidade, liberdade e nada mais foi que um discurso manipulador das massas em favor da ordem burguesa. Com o Estado, agora, sob o domínio burguês e não mais monárquico, a acumulação de capital, o lucro, a propriedade privada, a produção de excedentes, o consumo, etc., são os valores de ora em diante defendidos (HOBSBAWM, 2009). No primeiro capítulo deste estudo demonstramos os resultados e os efeitos nocivos do capital para com o ser social, onde o corpo se torna mercadoria e apêndice da maquinaria que sustenta todo esse processo.

Se o corpo é mercadoria, como vimos, é porque ele apresenta valor social médio, onde o corpo é exclusivamente um instrumento de produção e que seu valor é apenas de ordem econômica, isentado de qualquer valor humanístico. Esse processo de coisificação do corpo exige para além de apenas aliená-lo, precisa-se, da mesma forma, que o corpo esteja preparado fisicamente e psicologicamente para aceitar as determinações postas ele.

Para manter a sua hegemonia, a burguesia necessita, então, investir na construção de um homem novo, um homem que possa suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases. A construção desse homem novo, portanto, será integral, ela ‘cuidará’ igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos (SOARES, 2004, p. 5).

Exclusivamente por este prisma de reificação a qual se está submetido o ser social, é que poderemos entender a lógica de sistematização da educação física proposta pela burguesia. Ela desponta como mecanismo de naturalização da ordem estabelecida, cuidando de maneira integral dos aspectos biológicos e culturais dos sujeitos.

Em vista disso, problematiza-se: de que forma a educação física contribui para a construção “desse homem novo”?

Para responder este problema, primeiro precisamos destacar a evolução das ciências positivistas e sua devida consolidação com a revolução industrial. A burguesia apoia-se nesses estudos e se apropria deles para justificar sua permanência no poder. Sua intenção é a de naturalizar as relações de classes, em que o humano passe a ser entendido pelas conclusões biológicas. “É o homem biológico e não o homem antropológico o centro da nova sociedade” (SOARES, 2004, p. 7).

A abordagem positivista de ciência, pautada por este modelo do conhecimento, vai produzir um conjunto de teorias que passarão a justificar as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas, e, como tais, ‘desigualdades naturais’. Uma vez abstraído o elemento histórico-social na determinação do sujeito que conhece, o que resta é um ser determinado pelas leis biológicas e cujas relações humanas não vão além daquelas que estabelece a própria natureza. A sociedade passa, então, a ser comparada ao orgânico e vista como um grande organismo vivo que evolui do inferior ao superior, do simples ao complexo. Consolida-se a ideia de que é regida por leis naturais, invariáveis e independentes da ação humana, porque até mesmo o homem fica reduzido aos seus determinantes biológicos. Organicismo, evolucionismo e mecanicismo unem-se e conferem a racionalidade moderna os traços característicos do século XIX, o século da grande revolução científica dos laboratórios, da industrialização e do crescimento das disciplinas e instituições sociais (SOARES, 2004, pp. 8-9).

Nesse modelo de sistematização do conhecimento, o pensamento deixa de ser pautado pela filosofia, doravante é a biologia que vai “explicar” as determinações sociais. Essa naturalização das explicações positivistas acontece através de pesquisas, tidas pelos pesquisadores como neutras e livres de ideologias. A burguesia necessitava justificar as desigualdades sociais, afinal, iniciara-se uma enorme acumulação de riquezas e, na mesma proporção, de miséria generalizada, o que ia de contra o discurso revolucionário moderno (SOARES, 2004).

Para justificar as desigualdades sociais perante o progresso industrial, as ciências positivistas apresentam o termo “aptidões-naturais”, tendo por propósito demonstrar que à divisão social do trabalho – a posição de cada indivíduo – dentro da ordem burguesa são hierarquizadas em função do desenvolvimento “natural” de cada um (SOARES, 2004).

Como a burguesia reuniu as massas e organizou uma revolução com o discurso de igualdade, fraternidade e liberdade para todos, agora no poder, é essencial explicar o porquê de tamanha diferença social entre as classes, ou seja, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, principalmente pela velocidade com que a miséria se espalhava nas regiões industriais. Portanto, foi muito vantajoso para o burguês em se agarrar no discurso biologista de que para se estar no poder é porque ele detinha uma aptidão para tal, do mesmo modo, o trabalhador possuía aptidão peculiar a ele, como o de manusear máquinas e de suportar até 16 horas diárias de trabalho (SOARES, 2004).

Mas claro que esse bônus vivido pela burguesia não iria perdurar por muito tempo e o ônus uma hora apareceria. Durante o tempo em que ela conseguiu justificar as desigualdades por uma ordem natural, os burgueses exploraram a mão-de-obra o quanto era possível. Pagava-se pouco salário aos homens, que mal dava para alimentar sua família, fazendo com que as mulheres se vissem obrigadas em complementar a renda de seus maridos, indo trabalhar na indústria por salários inferiores e mesma carga horária. Essa deterioração da família faz com que o ônus surja com “[...] a prostituição, o alcoolismo, o infanticídio e a demência” (SOARES, 2004, p. 11).

Essa degradação social começou a perturbar a classe burguesa em dose dupla. Por um lado, a classe trabalhadora no ano de 1848 começa a perceber sua situação de classe explorada e organiza-se contra a ordem posta. De outro lado, o aumento da miséria e dos maus hábitos desencadeiam epidemias, muito embora, iniciadas nos cortiços – zonas periféricas –, elas começam a atingir as áreas centrais do governo e residenciais da burguesia. Diante desses cenários, eles se veem obrigados a buscar explicações científicas, primeiro para conter as lutas de classe, segundo para conter as epidemias (SOARES, 2004).

Em resposta as lutas de classe, a burguesia promove a divisão pormenorizada do trabalho, atendendo as solicitações da classe por menos horas diárias de trabalho. Como foram desenvolvidas novas máquinas de produção, os trabalhadores tiveram sua jornada de trabalho diminuída através da fragmentação dos moldes de produção. Mas o que realmente se obteve, como visto no primeiro capítulo deste estudo, foi um aumento do tempo de trabalho excedente e do mais-valor-relativo, isto é, o burguês novamente continua sendo o único beneficiado (HÚNGARO, 2008).

A contenção das epidemias veio pelos estudos tidos como higienistas, onde seu discurso traz a ideia de “moralização sanitária”. Segundo intelectuais burgueses e filósofos positivistas, era necessário veicular junto a classe trabalhadora que em virtude de seus maus hábitos e imoralidades, estavam adoecendo. Para que essa educação higienista ocorresse, era preciso propagar, com base na religião e no militarismo, a necessidade de um discurso moralista em que a mulher devia cuidar da casa e dos filhos, enquanto o marido trabalhasse para trazer o sustento. Com a intenção de ensinar os hábitos saudáveis, que promovesse uma assepsia social, emerge a educação física, com seus conteúdos sistematizados pelo positivismo (SOARES, 2004).

E a Educação Física, seja aquela que se estrutura no interior da instituição escolar, seja aquela que se estrutura fora dela, será a expressão de uma visão biológica e naturalizada da sociedade e dos indivíduos. Ela incorporara e veiculara a ideia da hierarquia, da ordem, da disciplina, da fixidez, do esforço individual, da saúde como responsabilidade individual. Na sociedade do capital, constituir-se-á em valioso objeto de disciplinarização da vontade, de adequação e reorganização de gestos e atitudes necessários a manutenção da ordem. Estará organicamente ligada ao social biologizado, cada vez mais pesquisado e sistematizado ao longo do século XIX, pesquisas e sistematizações estas que vem responder, paulatinamente, a um maior número de problemas que se coloca a classe no poder (SOARES, 2004, p. 14).

Pregando que “todos somos iguais” e que o destino do indivíduo depende apenas de suas capacidades individuais, a educação física se expressa, no século XIX, como ferramenta educacional do corpo. Enraizada no militarismo, ela prega a disciplina e hierarquia, além do esforço pessoal de cada um, como requisitos de ascensão social. Nesse momento, a educação física por esse viés, está totalmente a serviço da manutenção do sociometabolismo do capital. Aqueles indivíduos que não atingissem um *status* social melhor, era explicado por uma “[...] falta de inteligência pessoal, de energia, de força moral que os condena, juntamente com a hipótese de uma ‘herança racial’” (SOARES, 2004, p. 14).

Tendo o estudo de Darwin como referência, os positivistas se ancoram na ideia de que os indivíduos que não vencem na vida, teriam como causa, problemas no seu desenvolvimento orgânico-biológico e, portanto, seria de ordem natural sua falta de ascensão social. A competição proposta pelo capital, seria aceita como uma seleção espontânea, onde os mais capacitados venceriam por serem melhores biologicamente, fato este, que propositalmente nega o processo sócio-histórico como fator de derrota (SOARES, 2004).

Para se somar ao higienismo, outra ciência ligada à educação física surge e reafirma a desigualdade social como algo natural. Chamada de eugenismo, essa nova ciência seria

[...] capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se a uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo. A eugenia, segundo J. D. Bernal, permitiu a utilização do 'argumento da raça para justificar toda a exploração de classe ou colonial; até podia ser utilizada para provar que os brancos e os negros pertenciam a espécies diferentes' (SOARES, 2004, p. 18).

Dessa maneira, a eugenia vem com a função de defender também a desigualdade de classes, com um pensamento pautado no melhoramento racial através da segregação entre raças, onde uma se sobressairia sobre as outras. O eugenismo foi um potente instrumento a favor da ordem burguesa e desculpa para promoção do dito progresso, em que se aprisiona o trabalhador e suas futuras gerações na condição de eternos explorados (SOARES, 2004).

Pensada por intelectuais burgueses preocupados com a manutenção do *status quo*, sistematizada por médicos e aplicada por militares, a educação física pautada por esses pressupostos de dominação, passa a considerar apenas o corpo anato-fisiológico e a desconsiderar os seus aspectos cognitivos, dispondo de exercícios físicos concebidos para domesticar os corpos e a prepará-los para atenderem as demandas do capital (SOARES, 2004).

Os métodos adotados pela educação física para propagar a educação higienista e eugenista, ficam conhecidos como “métodos ginásticos” – com destaque para os métodos: alemão; sueco; e francês –, popularizados na Europa e que praticamente ganham destaque em todo o ocidente, inclusive Brasil. As escolas de ginástica, responsáveis por aplicarem a educação física ou ginástica, teve por finalidade aplicar exercícios físicos pensados na promoção de corpos que estejam preparados para suportar as longas jornadas de trabalho e treinamentos militares, além de, segundo a ciência positivista, provocar um melhoramento da raça (SOARES, 2004).

Esse mesmo pensamento chega ao Brasil a partir do seu processo de independência de Portugal no ano de 1822, vindo-se obrigado, assim como na Europa, em construir “esse novo homem”. Este deveria contribuir para a formação de uma nova sociedade, regida pelo capital e que fosse harmoniosa no trato com a economia-política-social. Os recursos a serem adotados também são os mesmos que os europeus, o investimento no higienismo e eugenismo como garantia de alcançar tais objetivos. Logo, a valorização da educação física se torna indispensável no trato com as questões que envolvam a saúde, a moral e a educação (SOARES, 2004).

De acordo com a abordagem positivista, a influência de instituições médicas, militares e da ciência, se faziam necessárias na educação do corpo. Valera-se, para isso, da ginástica, acreditando que ela pudesse contribuir com a eugeniização da classe dominante e adestramento da classe dominada. Com o discurso de superioridade dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres e da naturalização em se aceitar as desigualdades sociais, a educação física no Brasil foi instrumento primordial para cumprir todos esses propósitos (SOARES, 2004).

Com o avanço do capitalismo no Brasil nos meados do século XIX, após a proibição do tráfico e sequente substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, o país tem um primeiro grande impulso econômico para o desenvolvimento das indústrias, bancos e mineradoras. A ciência ganha força nesse período, principalmente a biologia, a anatomia e a fisiologia, sendo estes conteúdos diretamente ligados à educação física. Os médicos com base nesses conhecimentos, argumentam a importância da ginástica no combate as doenças, mas com um foco especial na educação de crianças e adolescentes, cujos valores pregavam a eugenia e que claramente resultavam em racismo, superioridade masculina, posturas narcisistas e individualismo. Ainda, no caso das mulheres, de um lado, existiam os que julgavam imoral a prática por elas de ginástica, principalmente os de vertente religiosa, de outro, encontravam-se defensores que apoiavam-se em um corpo mais fortalecido pela ginástica, que poderia gerar os filhos da pátria, bons soldados e cidadãos civilizados (SOARES, 2004).

Mas são nas últimas décadas do século XIX que a educação física ganha força. Como o Brasil era um país quase que exclusivamente rural, com o crescimento do capitalismo, ele se vê diante de uma urbanização em decorrência do crescimento industrial, mas com dificuldades de mão-de-obra, que como na Europa, observou-se um aumento da miséria e do trabalho degradante, com uma especificidade de que a população brasileira em sua maioria era analfabeta e a indústria carecia de trabalhadores qualificados para atenderem as demandas de produção, pois exigiam conhecimentos maquinários e higienistas. A solução pensada veio com um dos organizadores da Primeira República, Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923) e suas ideias elitistas baseadas nos moldes europeus, em que entendia ser a educação higienista, a única capaz de transformar essa sociedade desestruturada (SOARES, 2004).

Assim, a educação física ganha suas primeiras tentativas de compor o universo escolar mediante o Decreto nº 7.247/1879, surgindo como uma promotora da saúde física e mental, da educação moral e da regeneração das etnias. Além de ser útil para a construção de

um corpo preparado para a produção do capital, a ginástica, para Ruy Barbosa, era a única apta a desenvolver corpos saudáveis em meio a tanta miséria física e social, doenças, epidemias e mortes (SOARES, 2004).

Seguindo por essa lógica, o início do século XX é marcado por inúmeros congressos científicos que reafirmam o discurso biológico e a-histórico, focados na promoção da ordem burguesa, por intermédio do rigor físico para se instaurar a disciplina, a higiene e a moral do ser social (SOARES, 2004). A educação física no Brasil vai se corporificando nesse contexto, via os métodos higienistas e eugenistas, que ao longo dos anos seguintes, para além da ginástica, os esportes também vão se massificando por causa das olimpíadas modernas, a exemplo do atletismo, e passam a serem desempenhados tanto nas escolas, como nos espaços para as práticas desportivas e de exercícios ao ar livre (RAMOS, 1983).

Com o progresso das olimpíadas modernas reiniciadas pós-revolução industrial, em 1896 na cidade de Atenas em homenagem as olimpíadas da antiguidade, os esportes vão ganhando nova roupagem ao longo das competições, que acontecem de quatro em quatro anos – com sua última edição em 2016, sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro –, no qual os países com mais medalhas conquistadas nos jogos olímpicos simbolicamente demonstram-se mais fortes político-econômico em relação aos países com menor número de medalhas (TUBINO, 2006, 2010). As relações de poder na vinculação entre medalha e capital é diretamente proporcional ao desenvolvimento da nação e até mesmo os países do bloco socialista, como, por exemplo, a antiga União Soviética e China, possuem um grande número de medalhas, mas relacionando com o pensamento de Mészáros (2011b), isto se explica, posto que seu sistema socialista sempre fora baseado em um capitalismo de Estado.

O esporte no Brasil conquista maior destaque e recebe maiores investimentos com os militares no poder após o golpe de 1964. O ufanismo nesse período da história brasileira é bastante acerbado e o esporte como vitrine de um país forte se fez necessário. O futebol foi a peça de ouro e ostentação do regime militar, principalmente com sua vitória na copa do mundo de 1970. Todavia, ter o melhor futebol do mundo não era o suficiente na visibilidade de um país soberano, que com o fracasso brasileiro nas olimpíadas de 1972, ficando empatado com um dos países mais miseráveis da época, a Etiópia, em 41º lugar, despertou-se uma intensificação de políticas públicas na esportivização do Brasil. Para este objetivo se tornar viável, foi preciso o apoio de um dos instrumentos mais poderosos e utilizado pela classe dominante na manipulação das massas desde a revolução burguesa, a educação física, que vem como impulsionadora do esporte nos mais variados espaços (OLIVEIRA, 2012).

Fazendo apologia da política da ditadura para os esportes, enaltecendo a realização do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil de 1971, prometendo a efetivação de um Plano de Educação Física e Desportos para o país, o editorial do número 12 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, revista oficial, assinado por Eric Tinoco Marques, não por acaso se intitulava *O tempo de colher*. Segundo o autor, diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do então Ministério da Educação e Cultura, o conjunto de realizações do ‘governo revolucionário’ no âmbito desportivo era motivo mais que suficiente para que fosse possível, em pouco tempo, exigir resultados dos professores de Educação Física brasileiros. [...] Para tanto, os professores eram convocados a participar das iniciativas do periódico e do governo militar no âmbito das políticas públicas para o esporte, não apenas cedendo o seu apoio a tais iniciativas, mas atuando de forma efetiva no engrandecimento esportivo do país (OLIVEIRA, 2012, p. 160).

A ditadura militar encontra no esporte seu instrumento de engrandecimento do país, mas também, do próprio regime. Essa parceria entre os civis professores de educação física e os militares, tinha como alvo a massificação do esporte, em virtude do fracasso brasileiro perante as competições mundiais.

Entre os inúmeros culpados pelo fracasso esportivo brasileiro encontramos o analfabetismo, o déficit habitacional, a precária educação sanitária, o déficit nutricional decorrente de uma alimentação pobre e uma previdência social em desacordo com os ‘novos tempos’. Esses culpados, frutos de ‘um processo secular’, estavam em vias de serem superados pela pujança da política implantada pelos governos militares (OLIVEIRA, 2012, p. 161).

Mesmo com a chegada no século XIX da educação física sistematizada no Brasil, ela não fez milagres diante de uma má administração político-econômica. Com toda a intenção de construir corpos fortes para a manutenção do próprio sistema, a ganância dos políticos associada a exploração provocada pelos burgueses, causaram inúmeros impactos sociais negativos no país, e isto, por si só, facilmente explica o fracasso esportivo vivido.

A intenção do governo militar, diante desse cenário desfavorável, foi a de unir forças junto a indústria cultural na difusão do esporte, por meio das mídias, que na época eram os canais de televisão, rádios e jornais. O atleta toma forma de herói e seu desempenho esportivo começa a representar o enobrecimento da massa. O torcedor passa a ter sentimento de sucesso pessoal com a vitória do atleta, o que se demonstrou uma configuração vitoriosa de fácil persuasão sobre um grande número de pessoas e que até hoje é muito bem utilizada a favor do capital (OLIVEIRA, 2012).

A educação física de modo geral, ou seja, em todos os espaços, ganha um formato esportivista, provocando o desenvolvimento de um simbolismo remetido “[...] à eficiência, ao desempenho, à vitória, à superação, à ação, temas recorrentes no léxico da sociedade brasileira daqueles anos, sob a batuta dos militares” (OLIVEIRA, 2012, p. 164).

A educação para o capital se sustenta precisamente nesses pilares tecnicistas de produção e muito bem produzidos pelo esporte no período da ditadura militar. Contudo, uma década depois, nos anos 80, o regime militar se viu a assumir de vez o fracasso de suas políticas públicas para com o esporte brasileiro.

O Brasil não se tornara uma potência esportiva, a escola não se tornara um celeiro de atletas. Mais: grassava a pobreza, a má distribuição de renda, o analfabetismo e índices pífios de rendimento escolar. Ou seja, o milagre econômico do início da década de 1970 começava a mostrar a suas consequências nefastas (OLIVEIRA, 2012, p. 167).

O sucesso do esporte depende dos investimentos do Estado, e este, estava preocupado com o pagamento de sua dívida externa. Sem investimentos para as áreas mais sensíveis da sociedade, como saúde e educação, o esporte ficou relegado e dependente das grandes empresas a partir da década de 80. Essas grandes corporações capitalistas passam a fomentar o esporte na tentativa de estruturar torcidas que representem suas marcas. Os proprietários do capital se apropriam do esporte como instrumento de incentivo ao consumo de suas mercadorias. Com isso, o governo militar não participa mais ativamente do cenário esportivo e fica sendo apenas o pioneiro no apoio ao “[...] esporte, em todas as suas dimensões – da indústria ao espetáculo, da prática à contemplação esportiva – [a fim de que] entrasse definitivamente na vida dos brasileiros” (OLIVEIRA, 2012, p. 171).

Iniciativa privada, indústria cultural e esporte se tornam poderosas organizações de estímulos em massa. As grandes plateias, torcidas, audiências esportivas são um conglomerado capitalista de incentivo ao consumo, no qual esse sistema somente funciona com as grandes *performances*, ou seja, é o alto rendimento – as custas de dolorosas competições entre humanos – que domina a atenção das massas e se reproduz nos espaços destinados as práticas físicas (OLIVEIRA, 2012; TUBINO, 2006, 2010).

Toda esta construção histórica pela qual a educação física se constitui, a começar como proposta de higienização e eugeniização do ser social mediante os métodos ginásticos, para em seguida com o projeto de esportivização das práticas corporais, demonstra-nos a influência das ideias dominantes sobre a formação de professores de educação física, a fim de que sua atuação como profissional seja sempre a favor da perpetuação do sociometabolismo do capital.

Os professores de educação física acabaram sendo formados através de conteúdos influenciados por esse ideal burguês, para que, quando nos espaços de atuação, sejam eles, escolas, clubes ou públicos, pudessem se tornar reprodutores dos princípios que regem o

capital, como eficiência e produtividade, caucados no ensino tecnicista e difundidos em suas aulas (SOARES et al., 1992).

Esse trabalho desenvolvido pelos professores de educação física em um formato esportivista, aplicando o esporte de alto rendimento em todos os espaços de atuação, começou a receber críticas de intelectuais da área, que se opunham à essa excessiva valorização da aptidão física e da competição esportiva. Assim, entre as décadas de 1980 e 1990 começaram a surgir novas propostas pedagógicas com a intenção de combater tais práticas corporais sustentadas pelo alicerce hegemônico do capital e estruturadas com novos conteúdos para a educação física, principalmente a escolar. Como exemplo, cita-se o Coletivo de Autores, resultado da união de professores críticos que deram início a uma abordagem pedagógica conhecida como “crítica-superadora”, no qual sua proposta é a de resgatar valores históricos ligados à cultura e a expressividade corporal, utilizando-se do movimento proposto pela cultura corporal com finalidade de valorização do desenvolvimento da criticidade e autonomia dos sujeitos, através dos princípios fundamentais da luta de classes (GAMA; SANTOS, 2018).

É uma fase que marca longos debates sobre a real formação da educação física e de interesse pela descoberta dos seus verdadeiros interesses e ocultamentos. Com isso,

[...] as discussões realizadas desde o início na década de 1980, quando começou a desmoronar os alicerces do governo autoritário, em função dos desgastes provocados pela insistente oposição do povo brasileiro, em especial da classe trabalhadora do ABC paulista e da classe estudantil do ensino médio e superior em boa parte do Brasil, bem como da pressão política internacional de entidades e sociedades de diversas partes do mundo. Nesse contexto, as escolas de Educação Física promoveram diversas reuniões para discutir a formação profissional, ganhando no percurso o apoio do MEC; este movimento culminou com a aprovação em 1987, pelo Conselho Federal de Educação-CFE, das diretrizes curriculares (VENTURA, 2010, p. 143)

A década de 80 do século passado foi marcada pelo crescimento dos movimentos sociais, desde trabalhadores lutando por seus direitos à comunidade acadêmica procurando conceber uma educação mais crítica. A formação em educação física absorve todos esses acontecimentos e ganha apoio do Ministério da Educação (MEC) na aprovação de novas Diretrizes Curriculares. As Diretrizes de 1987 deram consistência na formação em educação física, aumentando consideravelmente sua carga horária, principalmente ao implementar as novas teorias e discussões amparadas num pensamento mais crítico (VENTURA, 2010).

A ideia de promover uma ampla atuação do professor de educação física, em especial com o esporte, que vinha sendo aplicado numa perspectiva única de desempenho,

mas que deveria compreender também outras concepções, desde a educação ao lazer, já ganhava respaldo em 1985, com o Decreto nº 91.452, sugerindo que o esporte seja aplicado em três perspectivas diferentes: como esporte-educação, favorecendo a educação física escolar; esporte-participação, promovendo o lazer; e esporte-performance, contribuindo com o alto-rendimento (TUBINO, 2010).

Com o esporte visto por outros prismas e o crescimento de novas abordagens da educação física no âmbito escolar, somados as Diretrizes Curriculares, aprimorou-se substancialmente o curso de educação física. Todavia, as Diretrizes de 1987 também apresentaram contradições, se por um lado ela favorece a educação física escolar, ao mesmo tempo introduz em seus currículos a fragmentação da formação, separando a educação física em licenciatura plena e bacharelado. “A dicotomia paradigmática do campo se materializava na formação profissional em Educação Física, determinante e imprudente, corroborando para a confusão sobre a identidade do campo” (VENTURA, 2010, p. 143).

Até então, a formação vinha sendo generalista, contemplando todos os espaços de atuação do professor de educação física, com a opção de ser categorizada por licenciatura ampliada, no entendimento de que qualquer que seja o espaço, a atividade profissional será sempre a de docência. Porém, ao separar a atuação em escolar e não-escolar, isto acaba por provocar mudanças rígidas na formação do professor de educação física, com a primeira priorizando as teorias pedagógicas e a segunda priorizando as teorias biológicas, sendo que o ideal seria o desenvolvimento em sua totalidade, de forma a contribuir com todas as práticas corporais (VENTURA, 2010).

Fortes embates a partir das Diretrizes de 1987 se instalam dentro das IES que ofertam o curso de educação de física. Se de um lado, as públicas lutam pela licenciatura ampliada que contempla uma formação generalista de professor, de outro, as privadas são a favor da oferta dos dois cursos, tanto de licenciatura plena quanto de bacharelado. Fica fácil de entendermos o apoio das privadas na dupla formação, dado que, tudo dobra, inclusive o lucro (VENTURA, 2010).

Respaldo pelo mundo do trabalho, o bacharelado se apoia na necessidade de atender as demandas capitalistas, melhor dizendo, as exigências do mercado. Por essa lógica, a licenciatura plena deveria atender apenas um ambiente, o escolar, enquanto todos os outros ambientes que se façam indispensáveis o professor de educação física, devem ser atendidos por um bacharel (VENTURA, 2010).

As contradições da dupla formação ganham um novo capítulo em 2002 quando o CNE aprova e o MEC-SESU regulamenta as novas Diretrizes¹⁸ específicas para as licenciaturas, provocando um fortalecimento do discurso de divisão curricular, ao indicar a necessidade de que os bacharelados tenham suas próprias Diretrizes, “[...] o que acabou por promover as fragmentações desejadas pelo sistema dominante” (VENTURA, 2010, p. 145).

Com o CONFEF ancorado nas Diretrizes de 1987 e 2002, representando a ordem burguesa, ao estar diretamente articulado com as IES privadas, e estas, extremamente interessadas na fragmentação curricular da educação física, segundo Ventura,

[...] provocou um movimento no interior da área, especialmente nas categorias da formação e da intervenção profissional. Ao impedir os licenciados de atuar nos espaços não escolares, o sistema profissional faz crescer a oferta de bacharelados, pela leitura de que os licenciados só poderiam intervir no espaço escolar; novamente, o espaço mercantil pauta a formação profissional (VENTURA, 2010, pp. 166-167).

Os professores licenciados de educação física começam a sofrer retaliações do sistema CONFEF/CREF, o que favorece enormemente a oferta de bacharelados, especialmente pelas IES privadas, pioneiras na promoção do bacharelado em educação física. Em 2004, após dois anos de muita inquietação, o CNE aprova as Diretrizes¹⁹ específicas que separam a educação física em dois cursos distintos, com o MEC-SESU regulamentando a carga horária tanto da licenciatura plena quanto do bacharelado (VENTURA, 2010).

O bacharelado em educação física vem apresentando um discurso voltado para as ciências biológicas, o mesmo que desde a sistematização da área está dominando o ser social a favor da ordem hegemônica, onde qualquer pensamento crítico que desponte e se oponha ao capital, tende a ser silenciado pelo poder do sistema dominante, o que nos é muito bem exemplificado com esses acontecimentos de separação do curso de educação física em licenciatura plena e bacharelado.

O processo de dominação desta Educação Física (no Brasil) perdeu sem ‘maiores’ crises epistemológicas até os anos de 1980, quando ganhou amplitude em seu interior as Ciências Humanas e Sociais. Tem-se então uma instabilidade mais aguda no campo do conhecimento desta área, estabelecida por uma oposição que segue perdurando por 3 décadas de luta contra-hegemônica, em busca de estabelecer rupturas e sínteses que possam transformar o atual domínio do pensamento da Educação Física brasileira. Nesta primeira década do século XXI, mais exatamente a partir de sua segunda metade, a área vive o pior momento desta crise, tendo em vista que alguns setores do paradigma hegemônico não medem consequências para sua

¹⁸ Parecer CNE/CP 09/2001 e pelas Resoluções CNE/CP 01 e 02/2002.

¹⁹ Parecer CNE/CES 058/2004 e pela Resolução CNE/CES 07/2004.

manutenção, promovendo um movimento que tem se apresentado por tensões, conflitos, dúvidas e incertezas (VENTURA, 2010, p. 192).

Com a entrada das ciências humanas no currículo da educação física, o curso ganha uma formação mais crítica e o conduz para uma luta contra os interesses hegemônicos. Em resposta, o bacharelado, de acordo com Ventura (2010), veio como opção pensada na manutenção da ordem burguesa, fundamentado nas ideias positivistas, que como vimos, concede maior ênfase as ciências biológicas, priorizando apenas o corpo anato-fisiológico e desprezando seus aspectos sócio-históricos.

A atuação dos professores de educação física bacharéis nos mais variados espaços a partir de uma formação que se demonstre acrítica e biologizada, pautada num discurso centrado na promoção da saúde individualizada do corpo, bem como, do esporte numa perspectiva competitiva e exacerbada, só faz contribuir ainda mais com a divisão de classes, no qual uma será privilegiada e a outra renegada (VENTURA, 2010).

Quem pode pagar pelo serviço do professor de educação física bacharel terá acesso as práticas corporais de seu interesse, sejam elas, para atenderem as demandas de saúde, desempenho ou estética. Amparados por pesquisas empíricas e ou reprodução dos movimentos, os profissionais prescrevem exercícios físicos que atendam os objetivos específicos de cada aluno, por exemplo: ordens médicas; desenvolver-se no esporte de alto-rendimento; e ou para atingir níveis de satisfação com a imagem corporal. Para aqueles que não podem pagar pelo serviço de um professor de educação física, restam-lhe depender das políticas-públicas, que sempre sofrem com a escassez de recursos (VENTURA, 2010).

Atualmente, a maioria dos serviços prestados pelos professores bacharéis de educação física são para servir as exigências de um mercado que cresceu consideravelmente – sobretudo em consequência da propagação midiática de corpos tidos como “belos” –, o da estética corporal, e que iremos discutir no próximo subcapítulo com apoio dos estudos de Baptista que versam sobre o tema.

3.2 A estética corporal no capital

Dentre as ideias indispensáveis pelos moldes capitalistas de dominação, está a padronização do corpo, no qual são definidos modelos estéticos adequados para a sociedade, fazendo com que os sujeitos se identifiquem em suas ações, pensamentos, valores e formas de viver (BAPTISTA, 2013). Esse corpo modelo é classificado socialmente como “belo”, assoma para atender a padrões estéticos estabelecidos pela indústria, caracterizado por

Adorno e Horkheimer (1985) como um corpo vivo, mas que permanece cadáver, escravizado pelo sistema de alienação e reificação.

Essa estética imposta ao corpo, vende a ideia de que sua constituição física tenha um padrão de beleza definido pela relação de idêntico, de igualdade entre humanos, todos padronizados por uma estética totalitária e sob controle permanente da indústria cultural (BAPTISTA; ZANOLLA, 2016).

Esse totalitarismo entra em contradição com a própria ciência positivista, pois um dos princípios básicos da fisiologia, conhecido como “individualidade biológica”, é de que cada organismo comporta-se de formas diferentes a um mesmo estímulo aplicado, assim, cada indivíduo é único e se adapta fisiologicamente de acordo com seu biológico (MAIOR, 2013).

Diante disso, a ação provocada essencialmente pela indústria cultural, seria a de alavancar uma educação (in)formal de desumanização, em que para alcançar algum dos padrões de estética corporal que atenda as demandas de produção, é veiculado, por intermédio das mídias, a relação direta das formas do corpo com a saúde e a beleza, ambas capazes de serem alcançadas através dos meios de consumo, dentre eles, destacam-se o treinamento físico, alimentação balanceada, medicamentos e cirurgias plásticas. Estes são alguns dos instrumentos oferecidos para ascensão ao modelo “ideal” de corpo (BAPTISTA, 2013).

Esta padronização proposta ideologicamente é a mesma apoiada na noção de diferença para constituir o seu discurso. Afinal, a sociedade é planejada e administrada para se manter no caminho do lucro. Existem diferentes formas de se manter a administração sobre o corpo, entre as quais pode-se mencionar o modelo de saúde, de diversão, de cuidado necessário com o corpo, mantendo uma ampla gama de mercadorias, indo dos medicamentos aos equipamentos responsáveis pela mensuração e melhoria das capacidades humanas. Uma estratégia adotada para manter este controle é o padrão de estética do corpo disseminado pela indústria cultural de maneira sutil, quase imperceptível em algumas situações (BAPTISTA, 2013, pp. 216-217).

Padronizar o corpo, facilita o seu controle, desde a gerência de sua saúde e aptidão física à sua estética. Na sociedade moderna, um corpo saudável e apto, é um corpo que consiga atender as demandas de produção, do mesmo modo que, a estética corporal vira nessas condições de alienação, mercadoria para consumo e mantenedora do *status quo*.

Um corpo servil aos interesses dominantes torna-se facilmente um corpo dominado. Esse processo de domínio é permeado pela indústria cultural, principalmente por intermédio da televisão, do cinema e atualmente pela internet. Tais veículos de comunicação são mantidos pelo capital, onde desse processo resulta-se nos responsáveis pela divulgação dos padrões de estilo de vida. Surge, portanto, uma estética corporal padronizada e propagada,

de corpos muito magros à corpos muitos fortes, esses padrões passam a disseminar modelos de “corpo ideal” (BAPTISTA, 2013).

Porém, contra toda essa perspectiva opressora, espera-se da educação física a divergência, ou seja, a tarefa de contestar o corpo para além do sentido estético corporal imposto pelo capital, mas em um sentido amplo de formação humana. Em função da ascensão do culto ao corpo, é fundamental que o professor de educação física esteja preparado para lidar criticamente com as novas demandas corporais, ou antes, que reflita sobre o impacto dessas demandas durante seu processo de formação, para que quando formado, possa exercer com plenitude sua profissão de professor, independente do espaço que atue.

Um levantamento feito por Baptista (2001) através de entrevista com alunos adultos de academias de ginástica de Goiânia-GO, foi questionado a eles qual era o principal objetivo para se estar praticando regularmente atividades físicas, com maior frequência de respostas obteve-se a busca pela estética corporal – 77% dos participantes –, sobrepondo em importância a saúde e o lazer. Também foi observado que a maioria dos alunos buscavam a estética corporal sob influência da indústria cultural.

Diante dessa realidade, o professor de educação física torna-se um profissional com grandes possibilidades de intervenção ao atuar nos espaços que contemplem as práticas corporais, no qual se lida diretamente com crianças e adolescentes em processo de descobrimento e conhecimento do próprio corpo, bem como, com pessoas adultas que buscam modificar a aparência física por estarem insatisfeitas com o seu corpo.

É exatamente nesse ponto que o Professor de Educação Física deve agir. É na totalidade deste homem ou mulher que precisamos investir. É necessário desenvolver a sua autoconsciência. A prática Corporal, como diria Leontiev, tem que ser a **Atividade**, ou seja, o mediador privilegiado na relação sujeito/objeto. Esse objeto que o aluno tem que conhecer é, principalmente, o seu corpo orgânico, lembrando-se entretanto, que ao conhecer essa dimensão ele irá conhecer a sua dimensão inorgânica, que por sua vez, interfere direta e constantemente na sua esfera orgânica. É na materialidade de suas ações que se devem abrir as possibilidades da emancipação do homem. Para que isso seja possível, as políticas públicas, em seu sentido emancipatório, devem estar convergindo nas áreas da educação, da saúde, do lazer e até do esporte. O lançamento deste novo olhar sobre a Atividade Corporal se faz urgente. No entanto, não temos a ilusão de que isso irá acontecer de forma linear, mecânica ou sem sofrimento (BAPTISTA, 2001, p. 190) (Grifo do autor).

Os processos de dominação são constantemente impulsionados ao corpo, inclusive mediante as práticas corporais, revelando-nos quão importante é o pensamento crítico para o professor de educação física. Sua atuação depende diretamente de criticidade, e isto, somente pode ser desenvolvido durante a sua formação acadêmica. Compreender ontologicamente o

ser social, assim como, a estética pela filosofia, é vital nesta profissão, porque é a partir destes conhecimentos histórico-filosóficos que seus alunos, independentemente de faixa-etária, tipo de prática e objetivos pessoais, serão educados a desenvolverem movimentos conscientes, os oferecendo possibilidades reais de emancipação.

O ser social tem sido bombardeado por mecanismos ideológicos de dominação e a padronização se torna um dos métodos utilizados, que pelo excesso de repetições de determinados modelos, despertam no humano o fetichismo, por conseguinte, o seu consumo (AGRICOLA; BAPTISTA, 2016). Segundo Marx, ideologia resulta de uma falsa consciência, de uma inversão da realidade, que dela os dominantes se apropriam para ocultar as contradições sociais de classe em favor de seus interesses. Reconhecer criticamente esses instrumentos de dominação se faz de suma importância para materializar a realidade e romper com as aparências que os olhos captam superficialmente no primeiro instante (MARX, 2005, 2017; MARX; ENGELS, 2007).

A estética corporal começa a ser altamente propagada com o desenvolvimento da indústria cultural a partir da massificação da indústria cinematográfica no início do século passado, lançando padrões de referências através de seus personagens – atores e atrizes – dos filmes hollywoodianos, influenciando ideologicamente os sujeitos a consumirem a mesma roupa, o mesmo corte de cabelo, a mesma forma corporal, entre outros, afetando seu imaginário de que seriam capazes de abandonar sua realidade e, de agora em diante, poderiam viver na prática como seus ídolos do cinema (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Praticamente um século depois, os padrões estéticos estão fortemente presentes e muito mais consumíveis. A indústria cultural fez ampliar suas relações de manipulação em paralelo com o capitalismo e suas relações de produção. Para se fazer aumentar o consumo dos padrões estéticos e de outros, a indústria cultural constantemente oferta novos modelos, desse modo, o consumo fica inesgotável, como bem deseja o capital (AGRICOLA; BAPTISTA, 2016).

As variações nos padrões ficam apenas na aparência, pois os conteúdos continuam sendo repetitivos e alienantes. O poder absoluto do capital, consubstanciado pela indústria cultural, se apropria indevidamente da estética, assim como, se apropria de tantos outros pensamentos e a transforma em produtos para consumo. A estética como mercadoria converte-se em arte antitética, industrializada e massificadora de uma beleza lógica e sistematizada, pronta para ser consumida (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Para não deixar o corpo fora do universo do consumo, a estética corporal passa a ser uma dimensão valorizada. Ocorre na sociedade contemporânea uma intensificação do

culto ao corpo, onde os indivíduos experimentam crescente preocupação com uma imagem corporal distorcida (CODO; SENNE, 1985). Este é o nosso cenário atual, a de uma “[...] estética valorizada pelo capitalismo”, apoiada na consciência reificada e ideologizada por meio da indústria cultural (BAPTISTA; ZANOLLA, 2016, p. 1006).

Isto, demonstra a inevitabilidade do professor de educação física em conhecer a estética pela filosofia, uma vez que, ela é a antítese desse comportamento racionalizado e instrumentalizado. Pelo pensamento estético temos condições de perceber que “[...] o todo [imediatista] é o inverdadeiro” e sua negação pela dialética tem por desígnio romper com as contradições de uma totalização sistemática e tecnicista de belo (ADORNO, 2001, p. 40).

Por isso, no capítulo anterior dialogamos com filósofos que versaram sobre a estética, dado que, a sensibilidade ao belo em nada tem a ver com essa estética proposta pelo capital e sem nenhuma especificidade filosófica. Para fins de lucro, a lexia “estética” adquire um caráter polissêmico de “estética corporal”²⁰, como resultado, evidencia o sentido de “padrão estético do corpo” e concebido culturalmente pela sociedade como um padrão de “corpo ideal” a ser conquistado e ou comprado.

Como explica Cotanda,

[...] a polissemia, fenômeno de ocorrência habitual na vida cotidiana, tem seus efeitos negativos amplificados quando se trata de termos que, no contexto argumentativo, possuem status de conceito. Frequentemente, deparamo-nos com evidências de que o emprego da palavra não garante por si só o compartilhamento intersubjetivo de significados, podendo ocorrer a produção de significados não desejada por aqueles que buscam se comunicar (COTANDA, 2014, p. 830).

A polissemia, mesmo que inerente a linguagem e socialmente concreto no contexto léxico, produz uma variedade de significados para o mesmo termo e como destaca Cotanda (2014), a comunicação, principalmente a que está sob domínio do capital, pode conduzir a significados indesejados e ou incoerentes, como é o caso da “estética corporal”.

A estética como mercadoria, perde totalmente sua propriedade filosófica com o belo e institui o lucro a partir de técnicas ilusórias de conquista da beleza corporal, nos fazendo reconhecer que “[...] os ideais de beleza [no modo de produção capitalista] são determinados pelo interesse econômico” (FREITAS et al., 2010, p. 395).

A Coréia do Sul é um exemplo nocivo de sociedade com aspectos determinantes de uma beleza para consumo em estágio avançado de produção. Nesse país não seguir determinados padrões de beleza acarretam inúmeros problemas sociais, desde o desemprego

²⁰ Como poderá ser observado através de pesquisa empírica realizada para o capítulo 4 deste estudo.

ao divórcio. O consumo da estética é tão massificado na Coréia do Sul, que hoje encabeça em primeiro lugar como a maior consumidora de cosméticos e cirurgias plásticas, por habitante, no mundo (GELÉZEAU, 2015).

Tais exemplos demonstram a gênese polissêmica do termo “estético” diluído em um processo social de ordem capitalista e objetivado como mercadoria de beleza. Por isto, não levar em consideração a estética como essência filosófica é ignorar o pensamento de que

[...] o homem tem reconhecido, na Filosofia, sua dignidade e sua primazia. O que ela tenta, é, nada mais, nada menos, do que resolver o problema do mundo para os homens, para cada homem em particular. E seria, de nossa parte, uma covardia muito grande abandoná-la, com o que ela tem de majestoso, de impotente e de desesperado também, de ardente, de vigoroso, de sólido, de amor pelo mundo, pela vida e pelo homem, abandoná-la somente por medo ou por um estéril espírito de novidade (SUASSUNA, 2008, p. 10).

Abandonar a filosofia é desistir do humano enquanto sujeito emancipado e assentir em um ser social reificado pelas fantasiosas relações sociais mercantilizadas e carentes de uma ética em sua plenitude. A “novidade” citada acima por Suassuna, está carregada de idealismos burgueses, principalmente no que tange a estética, que na atualidade se encontra submetida a esse tipo de ideal (MORAES, 2014).

Quando dialogamos com o capítulo anterior no qual tratamos da filosofia do belo, tivemos Kant (1984) dizendo que o belo se encontra na faculdade de julgar, *a priori* pela reflexão e *a posteriori* decidindo pelo prazer ou desprazer ao objeto julgado, contudo, com o capital não nos é dada essa possibilidade de criticidade, afinal, ele já impõe o que é e o que não é prazer. Isto ocorre porque uma reflexão crítica demanda conteúdo, mas como a educação estética tem sido facultada ao consumo, ponderar ficou dispensável. No sentido capitalista, a beleza encontra-se instrumental, não cabendo críticas a ela, apenas a efemeridade de sua aquisição como mercadoria (AGRICOLA; BAPTISTA, 2016).

Mesmo antes do capitalismo desenvolver-se, Kant (1984) já temia uma mecanicidade do belo com a instrumentalização dos juízos estéticos, em vista disso, se negou a considerar a estética como ciência, exatamente por considerá-la um julgo ao prazer da contemplação, uma reflexão crítica do que é beleza e esteja apartada de quaisquer juízos técnicos.

Com Hegel (2009), a estética passa a ser considerada uma ciência do belo, com o diferencial de que como toda ciência, ela deve ser séria, consciente da realidade e objetivada pelo humano. Ao contrário de Kant, a beleza para Hegel deve vir do espírito e não da natureza inorgânica que é incapaz de criar. Pensando pela perspectiva da estética corporal em

referência as ideias hegelianas, o humano em sua totalidade como corpo orgânico e inorgânico, jamais constituirá uma criação do próprio humano e, sendo elemento natural, seria arbitrário julgá-lo como belo, dado que, padronizar significa reproduzir as determinações dos dominantes, e isto, para Hegel, de modo algum será estético, em razão de a beleza estar na criação humana e sua originalidade, enquanto a reprodução de padrões estéticos eclode para atender a lógica do consumo de mercadorias e não do belo como espírito absoluto.

Dessa maneira, o correto é não haver nenhum padrão estético, visto que as determinações sociais sobre o corpo apontam para uma beleza plástica, o que se distancia totalmente da beleza natural e que tem em Adorno (2008) como grande defensor, onde seu diálogo é pela antítese entre criação humana e natureza, entendendo que a natureza já foi tocada pelo humano a partir de suas objetivações, assim, para ele o conceito de belo natural se transforma historicamente ao longo do tempo. Seguindo por esta ideia, um corpo padronizado carrega em si a história de uma expressão estética racionalizada, mas a própria natureza incumbirá de opor-se a essa fase, que após compreendida por uma consciência estética, demonstrará que a beleza natural se apresenta em todas as formas de corpo e não em padrões pré-estabelecidos por uma cultura dominante.

Destarte, o quanto é importante a reflexão filosófica sobre as múltiplas determinações sociais que envolvem a estética na hodiernidade. Romper com as aparências desse fenômeno que é a estética corporal faz-se fundamental. A negação da tese de uma beleza padronizada por interesses burgueses e a indispensabilidade de uma síntese libertadora como possibilidade dialética de emancipação, leva este estudo a sempre recorrer ao método do materialismo histórico-dialético, por entendermos que pela categoria da totalidade somos capazes de apreender a realidade concreta. Este movimento de suspender com a padronização do corpo, de uma estética dominada pelos interesses de produção e mais-valia, encontramos na estética marxista e suas categorias, muito bem representada neste estudo, no capítulo anterior pelo pensamento de Lukács (1970), no qual enfatiza que os conteúdos refletem a essência do real e nos dão suporte para negar esta imediatividade imposta.

Analisar criticamente esses aspectos imediatistas que envolvem a estética corporal é primordial para garantir a vida em sua plenitude. São inúmeros os perigos vitais que rondam a busca por padrões de estética corporal, por exemplo, as restrições alimentares, uso de esteroides anabolizantes, excesso de suplementação, exercitar-se compulsivamente, cirurgias plásticas desnecessárias, entre outros, tudo no intuito de alcançar os padrões ideais de corpo, mas que acabam conduzindo ao desenvolvimento de distúrbios de imagem corporal. A imagem corporal pode ser interpretada positivamente ou negativamente de acordo com os

sentimentos do sujeito sobre seu próprio corpo. A autoavaliação negativa do corpo pode vir associada de vários transtornos, tais como, anorexia nervosa, bulimia nervosa, obesidade e vigorexia, além do alto risco de lesões (CASH; FLEMING, 2002; NILSON, 2011; OLIVEIRA; HUTZ, 2010; PEREIRA JUNIOR; CAMPOS JUNIOR; SILVEIRA, 2013).

A imagem corporal representa, por um lado, a identidade pessoal do indivíduo e caracteriza-se pela figura mental do corpo. Assim, associa-se essa figura a fatores psicológicos, que podem representar a satisfação e ou insatisfação pessoal (CAMPIÃO; LEITE; VAZ, 2009). Por outro lado, a representação mental e o conceito do próprio corpo envolvem também os aspectos afetivos, sociais e físicos, aos quais se manifestam durante toda a vida e sofrem várias transformações conforme vão sucedendo as experiências vividas (CAMPANA; TAVARES; GARCIA JÚNIOR, 2012).

Através de uma abordagem biopsicossocial, Paul Schilder (1886-1940), um dos pioneiros e principais pesquisadores do tema, no ano de 1935 já investigava a imagem corporal e passou a considerar e enfatizar as relações dos aspectos neurológicos, psicológicos e socioculturais com a imagem corporal. Recentemente os estudos de diversos campos têm avançado consideravelmente, principalmente no campo da psicologia (CASH; SMOLAK, 2011).

Dependendo da percepção que se tem do próprio corpo, o indivíduo pode ter sua qualidade de vida e o seu aspecto psicológico, afetados (CASH; SMOLAK, 2011). Isto se evidencia predominantemente nos jovens e nas mulheres, dentre os diferentes grupos, como os mais suscetíveis à insatisfação da sua imagem corporal (ALVARENGA et al., 2010).

Essa preocupação com a imagem corporal está influenciada em grande parte pelos padrões estabelecidos socialmente. Como foi dito anteriormente, o ato de adotar um padrão corporal, pode ser entendido como a tentativa de alcançar um padrão estético determinado em grande parte pela hegemonia da indústria cultural, no qual essa indústria tem estandardizado as formas tidas como “belas” e que vem provocando essa insatisfação dos sujeitos com as características do próprio corpo, isto é, levando-os a negação de sua beleza natural (BAPTISTA; ZANOLLA, 2016).

Mesmo a ciência positivista estando ciente dos malefícios causados pela busca de padrões estéticos, produz conhecimentos na intenção de manutenção do pensamento burguês, para isso, não fazem as pertinentes reflexões sobre os padrões impostos ao corpo pela cultura dominante. Como exemplo, evidenciamos alguns estudos recentes da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), tendo em vista esse periódico publicar relevantes pesquisas nas subáreas da educação física, desde as investigações socioculturais e pedagógicas, de caráter

humanística, as pesquisas biodinâmicas, de caráter biológica. Mediante uma revisão sistemática, utilizando-se do descritor “estética” e suas variações em gênero e número, no sistema de busca *on-line* da RBCE, foi organizado e selecionado as pesquisas publicadas a partir do ano de 2015 até o período²¹ deste estudo, de forma integrada, ou seja, a investigação ocorre em todo o texto de cada publicação, na tentativa de identificar as pesquisas que não realizaram observações críticas sobre a estética corporal. Esta busca na RBCE resultou inicialmente em 46 registros. A primeira análise foi a de excluir os textos que estavam em duplicata e textos incompletos, não havendo nenhum registro duplicado e ou com texto incompleto. A segunda análise foi para excluir os textos completos que não se encontravam na língua portuguesa, identificando 5 registros. A terceira análise foi a de selecionar apenas artigos originais, excluindo os dossiês, notas editoriais, artigos de opiniões e resenhas, observando 5 registros. A quarta análise foi a de verificar o termo “estética” com o sentido de “estética corporal” – pois de acordo com Frigotto (2009) as variadas ciências tem sim dialogado com conceitos polissêmicos²² – de maneira a encontrar nos 36 estudos investigados, os que não fazem as devidas críticas aos padrões de corpo, resultando em uma amostragem final de 5 artigos.

Desta forma, temos a estética corporal, nessas 5 pesquisas positivistas, investigada pelos aspectos motivacional e ou de conquista do “corpo ideal”: 1) começamos com a pesquisa de Oliveira et al. (2018), em que a estética corporal é tratada como algo benéfico, sendo uma das dimensões motivacionais para se praticar judô, e também, referindo-se como positivo o atleta tentar alcançar o padrão de corpo específico para esse tipo de modalidade esportiva; 2) seguindo a mesma linha de pensamento, o artigo de Liz e Andrade (2016) trata da busca pela estética corporal como elemento motivacional para se praticar musculação; 3) no artigo de Pizani et al. (2016) é posto que a busca pela estética corporal seja uma das motivações relevantes para que os estudantes do ensino médio pratiquem educação física escolar; 4) o artigo de Balbinotti et al. (2015, p. 67) traz a estética corporal “[...] como meio para obter ou manter um corpo que seja considerado atraente e aprovado pela sociedade”, além dessa busca ser um fator motivacional para se praticar corrida de rua; e 5) por fim, tem o artigo de Costa et al. (2017) sustentando que o consumo de suplementos alimentares pode

²¹ Pesquisa efetuada no sistema de busca *on-line* da RBCE na data de 28/06/2018.

²² Nas ciências não é diferente, também tem se dialogado com conceitos polissêmicos ligados a linguagem cotidiana. Isso se explica no entendimento de que “[...] não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas, parte dessa realidade” (FRIGOTTO, 2009, p. 168).

auxiliar atletas de ginástica a terem um bom desempenho, bem como, a conseguirem manter as exigências estéticas próprias dessa modalidade esportiva.

Podemos perceber que a estética corporal por meio das práticas corporais na sua pluralidade de manifestações, nessas pesquisas, é tida como ferramenta que motiva e possibilita a conquista de um “corpo ideal” e, portanto, são estudos desprovidos de reflexões críticas a respeito das determinações sociais sobre o ser social, em que erroneamente incentivam pela busca por padrões estéticos de corpo.

Desse modo, nessas pesquisas que qualificaram a estética corporal como motivação e busca pelo “corpo ideal” e desconsideraram totalmente os padrões impostos pelo capital, acabam por encobrir a realidade social ao naturalizar essa busca estética como se fosse algo normal, deixando de prover necessárias críticas as dominações sofridas pelo corpo. Segundo os autores Húngaro, Patriarca e Gamboa (2017, p. 54), esses estudos impactam diretamente na produção do campo da educação física ao provocarem uma “[...] instrumentalização da razão objetiva” do conhecimento, portanto, favorecendo o capital.

Essa mesma ciência, a positivista, também oferece recursos para o desenvolvimento de pesquisas que atendam as demandas por cirurgias plásticas estéticas, dado que, elas movimentam um mercado altamente lucrativo. O que deveria ter como função crucial o de reparar lesões, tais como, procedimento reparatório de fraturas, queimaduras, nervos periféricos, correção ortopédica, entre outros, infelizmente com o aumento pela busca da estética corporal, as cirurgias plásticas ganharam um caminho contrário, o de aperfeiçoamento de atributos físicos considerados biologicamente normais e totalmente dispensáveis de realização cirúrgica (GRACINDO, 2015). Basta acessar periódicos que publicam pesquisas científicas referentes a cirurgia plástica, por exemplo, a Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (RBCP), para encontrarmos inúmeros estudos que apoiam as cirurgias plásticas de efeitos estéticos, sendo que muitos são publicados com os objetivos de “minimizar os perigos à vida” e incentivar os sujeitos a se submeterem a este tipo de procedimento cirúrgico como solução a insatisfação de sua imagem corporal. Citaremos duas pesquisas da última edição de 2018 da RBCP, a título de exemplo. Em ambas, a discussão se dará pelo seu Resumo.

Analisemos a primeira pesquisa de autoria de Furlani e Saboia (2018):

Introdução: Considerando que a perda de volume facial é fator primário de envelhecimento, tem acontecido um aumento da demanda por materiais de preenchimento que sejam seguros, de longa duração e biocompatíveis. Nesse sentido, a utilização do enxerto de gordura vem ganhando bastante popularidade. Entretanto, existem questionamentos sobre segurança, eficácia e durabilidade da

lipoenxertia. Além disso, a maioria dos artigos da literatura não menciona volumes injetados em cada área, dificultando o aprendizado dos iniciantes. Nesse estudo, analisam-se os resultados de uma série de 151 casos consecutivos de rejuvenescimento facial com lipoenxertia. **Métodos:** A gordura foi colhida por meio de sucção manual, centrifugada a 448g (2000 rpm/ raio 10cm) por 4 minutos e injetada com microcânulas de 1 a 1,1mm. Descreve-se a sistematização de áreas de injeção, com os respectivos volumes a serem aplicados. **Resultados:** Encontrou-se seguimento médio de 289,29 dias (mínimo 7, máximo 1254, DP 275,1), o volume médio injetado foi de 32 ml, variando de 4 a 68 (DP 14). Não houve complicações. **Conclusão:** A lipoenxertia é um procedimento seguro, previsível e efetivo, como opção de tratamento, para rejuvenescimento facial, em determinados casos (FURLANI; SABOIA, 2018, p. 439) (Grifos dos autores).

Nessa primeira pesquisa apresentada, o envelhecimento facial – processo fisiológico natural de qualquer humano – está diretamente associado à insatisfação da imagem corporal, que conforme já discutido neste estudo, em grande parte, essa insatisfação está associada a disseminação de padrões de beleza corporal pela indústria cultural. Como “salvação”, a ciência positivista nos oferece a alternativa de fuga dessa realidade, neste contexto, possibilitado pela lipoenxertia, caracterizada por enxerto de gordura na face, que segundo essa própria ciência, é capaz de reduzir características naturais de envelhecimento como as rugas. Por meio de uma pesquisa empírica, Furlani e Saboia (2018, p. 445) concluem que tal procedimento é seguro, mas claro, se resguardam ao finalizar dizendo “[...] em determinados casos”. Nitidamente a pesquisa atua a favor da ordem burguesa, entendendo como atitude natural se submeter ao consumo de procedimentos cirúrgicos como forma de suprimir a velhice, chancelado pelo positivismo como uma fase da vida humana indesejável e incomum, sendo que essas ideias contrariam ontologicamente a essência do ser social.

Na segunda pesquisa, de Spadoni-Pacheco e Carvalho (2018), esse pensamento burguês hegemônico continua:

Introdução: A realidade do envelhecimento populacional chegou ao campo da Cirurgia Plástica, provada pelo crescimento do número de idosos que se submetem à cirurgia estética (CE). A pesquisa objetiva avaliar a importância da CE para o idoso, e se existe diferença de qualidade de vida e autoestima entre idosas que se submeteram e que não se submeteram à cirurgia estética. **Métodos:** Pesquisa casocontrole, sendo o grupo-caso formado por 25 idosas que se submeteram à CE e o grupo-controle por 25 idosas que não fizeram CE, pareados pelos dados socioeconômicos. Os instrumentos aplicados foram: Minimalist, questionário de qualidade de vida (WHOQOL-BREF), escala de autoestima de Rosenberg e um questionário elaborado para pesquisa de dados sociodemográficos, motivação e satisfação com a CE. **Resultados:** A média de idade foi 67,26 anos e a escolaridade média, de 9,96 anos. As cirurgias mais realizadas foram a abdominoplastia e a blefaroplastia. Os motivos mais escolhidos foram o desconforto físico, o desejo de melhoria da qualidade de vida (QV) e a insatisfação com a autoimagem. Não foram encontradas idosas com baixa autoestima e o nível de satisfação foi alto quando relacionado com a própria vida ou a vida social. Não houve diferença de QV e autoestima entre os dois grupos analisados. **Conclusão:** As motivações das idosas para realização de CE são de ordem física e psicológica. Não houve diferença de QV

e autoestima entre idosas submetidas e não submetidas à CE. Analisando-se as idosas submetidas à CE, foram comprovados altos níveis de satisfação pessoal e na vida social (SPADONI-PACHECO; CARVALHO, 2018, p. 528) (Grifos dos autores).

Sem nenhuma reflexão crítica e novamente a história se repete, sendo inevitável não se fazer uma analogia a Marx (2008a, p. 19) quando diz que “[...] a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Se no primeiro estudo os resultados são trágicos, nesse segundo estudo da RBCP, não deixa de ser uma pantomina. Novamente a categoria do envelhecimento está relacionada à procedimentos cirúrgicos estéticos, afirmando existir um crescimento desses procedimentos em idosos. Sua pesquisa empírica tem por objetivo relacionar a satisfação da imagem corporal entre idosas que se submeteram a cirurgias plásticas estéticas com idosas que não se submeteram a nenhum procedimento cirúrgico estético. Apesar de em qualquer dos grupos não se apresentar a insatisfação com a imagem corporal, essa pesquisa de Spadoni-Pacheco e Carvalho (2018, p. 535) faz questão de ressaltar que as idosas submetidas a procedimentos cirúrgicos, segundo eles, grande parte apresentavam insatisfação com a imagem corporal antes da realização desses procedimentos e pós-procedimentos passaram a manifestar “[...] altos níveis de satisfação pessoal e na vida pessoal”, na intenção óbvia de se demonstrarem favoráveis, como também, incentivadores ao consumo de procedimentos cirúrgicos estéticos, não passando de pesquisas marqueteiras a favor desse mercado de cirurgias plásticas.

Com o Brasil liderando o *ranking* mundial de 2013 em realização de cirurgias plásticas, conforme relatório da *International Society of Aesthetic Plastic Surgery*, vejamos o que um estudo norte-americano diz sobre quais são os motivos que têm levado os sujeitos a realizarem cirurgias plásticas:

Na matéria citada, publicada em seu site em 2015, a AAFPRS [Academia Americana de Cirurgia Plástica Facial e Cirurgia Reconstructiva] apresentou outra pesquisa (empreendida em 2014) mostrando que, além dos *selfies*, os vídeos também motivam a realização de cirurgias plásticas, vez que reproduzem imagens em movimento, expondo muito mais as imperfeições faciais. Além disso, esse estudo, feito com um grupo de 2.500 entrevistados membros da própria instituição, verificou que a busca por cirurgias estéticas também é motivada pelo desejo das pessoas de se tornarem parecidas com as celebridades do momento. A pesquisa verificou que 13% dos cirurgiões plásticos faciais atestaram aumento nos pedidos de procedimentos para simular a aparência de celebridades. Em 2014, tal patamar ficou bem acima dos 3% de solicitações de 2013 e dos 7% de 2012. As cirurgias mais procuradas no ano de 2014 foram: 1) lábios e maçãs do rosto de Angelina Jolie; 2) estrutura facial de Beyoncé; 3) olhos e queixo de Kim Kardashian; 4) nariz de Brad Pitt; 5) nariz de Natalie Portman. Embora o estudo tenha dado mais ênfase ao público feminino, vale lembrar que os homens vêm conquistando cada vez mais espaço no mundo da beleza e da cirurgia plástica (GRACINDO, 2015, p. 526).

A autoimagem concebida pela popularmente *selfie*, registrada por meio de fotos e/ou dos vídeos de si próprio, tem guiado inúmeras pessoas, de todos os sexos, gêneros, identidade sexual e classes sociais a realizarem cirurgias plásticas estéticas. A pesquisa feita pela Academia Americana de Cirurgia Plástica Facial e Cirurgia Reconstructiva (AAFPRS) ratifica nossa discussão a respeito da influência da indústria cultural sobre a estética corporal. O artista quando transformado em ídolo, consecutivamente se torna um fio condutor dos padrões apresentados como “belos”, que por meio dessa idolatria criada, o burguês consegue realizar a circulação de mercadorias capazes de facilitar a busca por esses padrões e uma das formas mais rápidas para se alcançar o arquétipo desejado, tem sido mediante o consumo de cirurgias plásticas (GRACINDO, 2015). Existem riscos à saúde em qualquer cirurgia, não há um profissional da saúde que desconheça esse fato, mesmo assim, a indústria cultural dissimula esses riscos, vendendo possibilidades de se alcançar o modelo de corpo do artista idolatrado. Inclusive, a imoralidade dessa indústria é tão grande que, para burlar a bioética das cirurgias, os padrões estéticos são associados a saúde, ou seja, o sujeito não está apenas tentando alcançar algum padrão estético, esse padrão também é de saúde, pois um corpo tido como “belo”, vende-se igualmente a imagem de corpo “saudável” (BAPTISTA, 2013).

Toda essa reprodução de belo interessa apenas a indústria e seus negócios, ao estar sempre criando técnicas que contribuem para a manutenção da ordem burguesa. Esse desmerecimento humanístico é manifestado por Baptista:

O desenvolvimento das técnicas de beleza corporal pode ser realizado por variadas técnicas corporais, como os exercícios, estando entre eles o *body building*, do uso de diferentes cosméticos e mesmo cirurgias plásticas [...]. [Demonstrando] a forma de a indústria cultural determinar um padrão de corpo a ser seguido independentemente das condições necessárias para a sua obtenção. Com isso, não há, neste caso, nenhuma preocupação com os riscos potenciais de mutilação ou morte das pessoas, até porque na era da estatística cada um representa um número a ser contabilizado posteriormente (BAPTISTA, 2013, pp. 219-220).

O corpo como mercadoria deixa de ser pensado na forma orgânica, ele ganha *status* de máquina a serviço do capital, que por essa lógica, o corpo não passa de uma representação numérica. Se “estragar” basta que troquem por outro que “funcione” e continue a executar os serviços que lhe são impostos. A educação no qual tem sido imposta ao corpo apresenta uma racionalidade preocupada com o sistema de produção e a indústria cultural tem se mantido como uma parceira fiel na manutenção desses ideais dominantes.

Enfim, o processo de educação do corpo é realizado também pela indústria cultural como expressão mais desenvolvida do processo de sedução, disseminado pelo modo

de produção capitalista e é uma manifestação dos interesses do trabalho. A indústria cultural funciona como uma mediadora privilegiada no processo educativo, tendo-se em vista a sua capacidade de disseminação de ideias favoráveis à manutenção do capitalismo. Ela possui, entretanto, a capacidade de educar em espaços não escolares ou não formais, pois a propagação da racionalidade instrumental presente no trabalho acontece em todos os espaços como a família, os clubes, as igrejas e as academias de ginástica, possuindo cada um deles a capacidade de intervenção e de materialização das relações construídas por meio do trabalho alienado. Assim sendo, a indústria cultural consolida o modelo de corpo desejável, fundamental ao processo de produção/reprodução, fazendo o corpo mercadoria/consumidor, contraditoriamente estimulado, sem sequer identificar a origem dos modelos estabelecidos e os interesses velados presentes neste contexto (BAPTISTA, 2013, p. 223).

A educação proporcionada ao corpo da consciência/consciência do corpo tem servido para satisfazer unicamente ao capital. A indústria cultural nessa conjuntura ocorre como um potente braço, sustentando todo esse processo lógico de dominação, criando uma cultura de subserviência a ordem burguesa, transmitindo de geração para geração uma educação formal/informal que atenda as demandas do trabalho alienado, distanciando-nos dos processos de humanização, o que significa pelo universal não respeitar a dignidade do humano e pelo particular as especificidades de cada um.

Em vista disso, o professor de educação física converte-se no ator principal para desmistificar essa educação ideológica imposta ao corpo. Como sua atuação está em variados espaços, desde escolas a academias de ginástica, clubes esportivos, hospitais e outros, é preciso que ele consiga internalizar nos sujeitos as necessárias críticas aptas a romperem com esse sociometabolismo do capital. Mas para que isto aconteça, primeiro o agente é quem carece de uma educação crítica.

Neste caso, o agente é representado pelo professor de educação física, logo, requer sua compreensão da realidade, de entender seu papel diante da crise que assola a sociedade global. Durante sua formação acadêmica, tem que receber uma educação esclarecedora, mas que também o estimule a desafiar o pensamento dominante de internalização, por conseguinte, no próximo subcapítulo abordaremos a importância da educação como condição de emancipação do ser social, através do aporte de dois filósofos marxistas, o húngaro Mészáros e o brasileiro Saviani.

3.3 Educação física: educação para emancipação

Por mais que o objeto deste estudo se concentre na formação em educação física e na sua necessidade de forjar criticamente os futuros professores de educação física, ainda

assim, temos de ser claros quanto a correta formação humana, que deve começar na base, lá na infância. O apropriado seria que o graduando em educação física tivesse passado pela educação básica e vivenciado um trabalho educativo pautado nas teorias críticas, que de maneira inter/multi/transdisciplinar desenvolvesse o seu saber na totalidade, desde a sensibilidade estética ao conhecimento lógico, desde a teoria à prática, para que quando na graduação, seu senso crítico e humanizado esteja aguçado ao aperfeiçoamento profissional, entendendo os processos de luta e emancipação a favor da igualdade social, tal qual, seu papel de atuação perante esse processo.

Bem sabemos essa não ser a nossa realidade, pois, enquanto vivermos em uma sociedade de classes, a educação nunca será emancipatória, e sim, mercadoria, alienadora, preocupada apenas em manter uma minoria no poder e o restante na marginalidade. A fim de que se ocorra a transformação desse processo alienante e as correntes sejam rompidas, o professor vem a ser um dos maiores agentes sociais de contra-dominação, no qual suas competências são exatamente a de possibilitar o acesso ao saber científico e de formar humanos críticos, não uma classe constituída por serviçais para pronto-atender a ordem burguesa. Toda essa discussão pedagógica nos leva a um consenso. Para rescindir com os meios de dominação, a formação de professores é peça fundamental. A partir do momento que os espaços de atuação docente estejam repletos de professores cuja própria prática pedagógica seja histórico-crítica, os processos educacionais inevitavelmente conduzirão os sujeitos a uma efetividade autônoma. Essa “[...] contribuição será tanto mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender os vínculos da sua prática com a prática social global” (SAVIANI, 1999, p. 89).

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 1999, p. 42).

Conforme mencionado, a educação deve ser de qualidade desde o início da formação humana. O aluno tem que receber um ensino crítico, que o faça entender o quanto são necessárias as lutas em prol da liberdade da classe trabalhadora contra os interesses dominantes, empenhando-se na conquista da igualdade entre todos os humanos. Saviani nos faz interpretar “[...] que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade” (SAVIANI, 1999, p. 87).

A filosofia da educação proposta por Saviani encontra na teoria marxiana seu alicerce intelectual, igualmente este estudo encontra em Saviani sua referência para discutir a essência da educação e suas carências. Seu pensamento central gira em torno da transformação humana enquanto uma real situação a favor da sua própria liberdade. Como marxista defende que a filosofia é a maneira mais elaborada para o humano se compreender como humano. Quando direcionada para a educação, a reflexão filosófica nos leva a tarefa de acompanharmos os conteúdos, as abordagens, as contribuições reais de cada disciplina, como também, a de avaliar as decisões tomadas até então (SAVIANI; DUARTE, 2010).

Por essa razão, a pedagogia que Saviani propõe é a “histórico-crítica”. Ela se justifica no fato de que a filosofia é inseparável da história, ou seja, a pedagogia histórico-crítica é uma abordagem sistematizada da filosofia da educação e que leva em consideração a “[...] produção da própria existência humana no tempo” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 423). Porque somente pelo movimento de abstração da história somos capazes de ampliar a análise do real, superando a imediatividade que nos é dada e apreendendo a realidade pela perspectiva ontológica das condições humanas (HÚNGARO, 2001). A educação, nesse sentido, vem como processo de comunicação da história, da realidade e do pensamento crítico as alternativas de se superar as crises que assolam o ser social.

Por esse caminho a pedagogia ganha condições de assumir a perspectiva ontológica, apreendendo a educação, isto é, o processo de formação humana, como o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história. Eis como a filosofia estará concorrendo, na educação, para, a partir das relações alienadas, abolir os entraves que a forma social capitalista vem impondo ao desenvolvimento plenamente livre e universal do ser humano e de sua formação (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 432).

A perspectiva ao qual a pedagogia histórico-crítica se respalda é a ontológica, pois o humano para produzir, antes, precisa antecipar em ideias as ações reais a serem tomadas, o que inclui a necessidade de aprimoramento do pensamento, do fornecimento de propriedade intelectual – ciência, ética e estética – ao ser social. Com as ideias enriquecidas, qual seja a produção a realizar sobre a natureza ou sobre a cultura, ela será desempenhada com muito mais qualidade, confiabilidade e para o benefício de todos. A educação pela perspectiva ontológica aponta para a inevitabilidade de se ensinar que, qualquer que seja a produção realizada, esta não deve se separar de seu produtor, porquanto, ser preciso que ele se reconheça nas suas objetivações e não adentre ao processo que favoreça a classe dominante, o de alienação. “O critério de criticidade aí é a consciência dos determinantes, a percepção dos determinantes sociais e, portanto, a clareza da relação entre educação e sociedade, da

dependência da educação em relação à sociedade na qual ela é instituída” (SAVIANI, 2014, p. 15).

Em vista disso, a educação deve ser entendida como ontológica por se configurar elemento de formação do humano, considerando que sua origem se dá, ao mesmo tempo, da origem humana e suas objetivações. Nós não nascemos humanos na totalidade, conscientes da realidade, somos formados a sermos humanos a partir da aquisição dos conhecimentos históricos de produção e reprodução, conforme exemplificado por Saviani:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, mas deve ser produzida pelos próprios homens, isto significa que o homem não nasce homem. Ele se forma homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. E isso só pode ocorrer socialmente, isto é, na relação com os outros homens. Isoladamente o indivíduo humano ou perece ou não assume a forma humana. Essa afirmação é comprovada por fatos reais, o que pode ser ilustrado pelo ‘menino de Aveyron’ que, embora tivesse nascido na espécie humana por ter sido isolado do convívio social, se desenvolveu nas condições da vida animal. Tal fato está documentado nos relatórios elaborados em 1801 e 1806 pelo médico Jean Itard que assumiu a tarefa de educá-lo para reintegrá-lo à sociedade. Tais relatórios deram origem ao filme ‘O garoto selvagem’. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. Eis porque, em meu livro pedagogia histórico-crítica, defini a educação como ‘o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens’. A origem da educação coincide, então, com a origem do próprio homem (SAVIANI, 2014, p. 25).

Os processos humanos de produção e reprodução, são também, processos de formação humana, pois como demonstrou Saviani, um humano criado em meio a natureza selvagem sem a presença humana, não se formou um humano e sim um selvagem, apesar de biologicamente humano. A existência humana está diretamente ligada a produção, desse modo, para humanidade produzir e reproduzir, precisa educar e ser educada para tal fim.

Eis a importância da educação, a de propiciar a existência humana e sua reprodução. Mas como os processos de formação humana estão sendo incorporados socialmente? Atualmente, a escola ou instituição de ensino, torna-se a forma principal de educar. Lembrando que a escola moderna, como processo de educação formal, é filha do capitalismo e de sua necessidade de formar as pessoas para a vida em sociedade. Por um lado, a burguesia e sua formação para a liderança e aquisição dos bens materiais e culturais produzidos pela humanidade e, outra voltada para uma educação elementar para a classe trabalhadora que deve ter capacidade de seguir as informações necessárias para o seu trabalho.

Evidentemente, há outros meios de educação, mas os métodos de ensino mais desenvolvidos se encontram nas escolas, na educação formal e sistematizada, daí a importância de valorização do ambiente escolar. Como diz Saviani (2014, p. 28), se “[...] a escola é um elemento chave, isso se deve a uma razão objetiva decorrente da análise do desenvolvimento histórico da humanidade. Sendo a forma mais desenvolvida, é a partir dela que nós podemos compreender as demais [formas de educação]”.

No contexto de seu desenvolvimento, as escolas se tornaram, cada vez mais, espaços dominados pelo pensamento burguês, dessa forma, a educação burguesa deixa de ter uma perspectiva ontológica e crítica, transformando-se em uma educação mercadoria. Isto se justifica pelo fato de que com o desenvolvimento do capital, as relações sociais tornaram-se mercantilizadas, em consequência, todas as atividades do ser social, incluindo a educação, se converteram em mercadoria. Ao longo deste estudo abordou-se que neste sistema capitalista, o corpo converteu-se em mercadoria, a estética transformou-se em mercadoria, com a educação não seria diferente, também tornou-se mercadoria, ou seja, “a primazia das trocas nessa sociedade de mercado [...], tende a converter tudo em mercadoria” (SAVIANI, 2014, p. 20).

Em *O capital*, Marx comprova que é por meio da circulação de mercadorias nos processos de trocas, que os burgueses conseguem efetivar seus lucros (MARX, 2017). Desse modo, a educação é pensada para dar lucro ao burguês, educando o trabalhador para atender as demandas de produção, da mesma maneira, o conduzindo a aceitar placidamente a divisão de classes. E como essa educação mercadoria tem sido idealizada no sistema capitalista? Mézáros nos clarifica esta dúvida:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que **legitima** os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35) (Grifo do autor).

A educação formal e sistematizada imposta e aceita pela sociedade neste período do capitalismo, no qual os seus processos são determinantes, reprodutivos e legitimados por interesses próprios, não permite de maneira alguma, o espaço necessário para a elaboração de pensamentos antagônicos. Isto acontece devido as instituições promotoras da educação terem se adaptado com o passar do tempo as determinações de produção, em sincronia com a

mutação do sociometabolismo do capital. Essas determinações do capital acometeram em cheio a educação formal e até mesmo a informal, dada a expansão da indústria cultural. Esses processos sociais em sua totalidade coagem a educação e procuram sempre estarem em concordância com as “[...] determinações educacionais gerais da sociedade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 43).

Logo, a criticidade se faz indispensável na escola como conteúdo de internalização vital e legítimo a todos os indivíduos. Segundo Antunes (2010, p. 88), Mézáros anuncia que a internalização “[...] significa algo ‘em si’ profundamente articulado à existência humana, e, portanto, à ‘totalidade’ dos processos sociais de produção e reprodução da própria vida social”.

Podemos, assim dizer, que a educação que está internalizada no sujeito, o acompanhará em todos os espaços e tempos, durante toda a sua vida. Se sua internalização conter conteúdos que o permita refletir e conhecer a totalidade, obviamente suas objetivações serão de crítica a qualquer tipo de dominação, mas se ao contrário, o conteúdo de sua internalização foi construído pela educação mercadoria, suas objetivações serão pautadas na aceitação e manutenção do pensamento hegemônico (MÉSZÁROS, 2008).

Como a finalidade de todo o processo educacional pelo capital tem sido unicamente a de continuidade da sociedade de mercadorias, as instituições de ensino formal tem sido importantes promotoras do pensamento dominante, como diz Mézáros (2008, p. 44), essas “[...] instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização”. Independente do período que os indivíduos participem como alunos dessas instituições, elas os têm induzidos a aceitarem sem muita resistência “[...] as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

O capital para justificar o fato de que todo o propósito de vida e toda atividade humana decorre da produção de mercadorias e não para o pensamento de se viver a existência humana em sua plenitude, uma importante parte da educação para o capital tem atribuído valor econômico à valores que deveriam ser humanizados (MÉSZÁROS, 2008). Isto “[...] diz respeito à própria estrutura histórica desta sociedade de mercadorias, que é propalada ‘como algo lógico e natural’ [de se pensar e agir]” (ANTUNES, 2010, p. 94).

Por esse motivo a teoria marxiana é tão importante para a educação, pois, sua práxis só terá sentido, segundo Mézáros, se houver o rompimento radical com a cultura hegemônica burguesa de dominação. Isto só pode processar-se com o ato consciente de desafiar o pensamento dominante de internalização, que hoje permeia a favor do capital

através da educação mercadoriana, que tem como função suprema a de servir às “[...] exigências da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2008, p. 55).

A primeira atitude a ser tomada e que apresenta grandes dificuldades – em consequência de o pensamento dominante já estar internalizado no sujeito – é a de se fazer uma reflexão crítica a partir de-si-mesmo, ou seja, de sua própria vivência. Mas essa primeira fase, a de uma reflexão, de imediato já encontra resistência dos dominantes, por não aceitarem e nem tão pouco permitirem sua difusão, uma vez que, precisamos ter em mente que para romper com a ideologia dominante, antes de tudo, é preciso uma educação que dê possibilidades para a autorreflexão (MÉSZÁROS, 2008).

A consciência individual ou a autorreflexão sucede de sua existência, do fato de ser capaz de sentir, pensar e agir. Como a vida tem sido mediada pelas relações sociais, por uma sociedade formada de humanos, cada qual com sua própria consciência, Hegel (1992) enunciava serem as relações sociais que contribuem para a formação da internalização de cada sujeito, devido ao relacionamento da consciência-de-si com outra consciência-de-si. A educação emancipatória e antimercadoriana, parte deste princípio, de uma consciência-de-si formada por um sistema de internalização que seja reflexivo e crítico em todas as suas dimensões de relacionamento. Todavia, a internalização do sujeito na atualidade está estabelecida pelo sociometabolismo do capital, o que nos faz lidar com a imprescindibilidade de ruptura e substituição dessas formas de internalização por algo concreto e libertador (MÉSZÁROS, 2008).

Mészáros faz uma pergunta na intenção de alcançar a essência da educação emancipatória:

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital (MÉSZÁROS, 2008, pp. 47-48)?

O conhecimento ou esclarecimento é a principal arma na luta pela emancipação social, porém esperar que cada sujeito aprenda por si só, é favorecer a reprodução sociometabólica do capital. Diante disto, “[...] apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos [concretos] de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

Destarte, a formalidade educacional – ensino oferecido pelas instituições educacionais – deve ser transmutada em essencialidade educacional. As práticas educacionais devem abranger a totalidade do ser social, no entanto, as suas soluções de ensino oferecidas na educação formal estão sendo completamente invertidas na intenção de se manter a lógica do capital. Tem sido oferecido uma educação pseudocrítica, que critica sem alterar o *status quo*, apenas com a intenção de “melhorar” e não de se fazer a verdadeira revolução (MÉSZÁROS, 2008; SAVIANI, 2014).

O grande problema dessas teorias educacionais pseudocríticas ou como denomina Saviani de “crítico-reprodutivistas”, é que elas não desenvolvem alternativas, fracassam na intenção de superar o capital. Vejamos:

A conclusão é: não podiam não fracassar [as teorias crítico-reprodutivistas] porque, se a cultura, se as escolas, a educação, pertencem ao âmbito da superestrutura, que são determinadas pela infraestrutura material, pela base econômica, então não é possível que um elemento superestrutural seja capaz de mudar a infraestrutura; o contrário é o que acontece. Sendo mudada a base material, por decorrência a superestrutura também será modificada. Então é uma utopia, é uma visão ingênua e idealista acreditar que se possa fazer uma revolução social pela revolução cultural, pela revolução educacional. É preciso fazer a revolução social no âmbito da própria sociedade por meio das lutas sociais e, a partir daí, é que se muda a superestrutura (SAVIANI, 2014, p. 14).

Neste contexto, Saviani faz referência a metáfora do edifício de Marx e Engels, no qual a base ou infraestrutura do edifício representa a ideia de estrutura econômica da sociedade e por ela que se condiciona a superestrutura representada pela consciência social (MARX, 2008b, 2008a; MARX; ENGELS, 2007). Isto significa que a educação ao qual pertence a superestrutura jamais transformará a base econômica ao qual pertence a infraestrutura, e sim, o seu contrário, que ao modificar a infraestrutura que também se modifica a superestrutura. As crítico-reprodutivistas são teorias da educação que pairam sobre a funcionalidade educacional, mas não são teorias pedagógicas, pois não agem sobre o trabalho educativo, ou seja, sobre as determinações materiais – infraestrutura –, ficando apenas no campo das ideias – superestrutura –, afastadas da lídima revolução (SAVIANI, 2014). O que inevitavelmente nos remete a última das 11 teses de Marx e Engels, escritas no ano de 1845 em crítica ao filósofo Ludwig Feuerbach (1804-1872), ao dizer que: “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 539).

Essa conversão radical de uma educação mercadoria para uma educação emancipatória, de acordo com Mézáros (2008), apenas nos é possível pela atividade de

contrainternalização, cujo objetivo é definir as alternativas concretas que superem o que já existe. Para transformar a consciência alienada, é preciso que se realize uma manifestação consciente da existência da dominação sociometabólica do capital.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a **automudança consciente** dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65) (Grifos do autor).

Essa tarefa é irremediavelmente educacional, quando se trata de mudar a consciência dominada. Para se ter uma educação emancipatória, que dê “para além do capital”, ela deve visar uma ordem social qualitativamente diferente. Ação esta, tão necessária, quanto premente. Precisamos refutar os antagonismos do capital por uma concreta sustentabilidade “[...] da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana” (MÉSZÁROS, 2008, pp. 71-72).

O ser social precisa se conscientizar do colapso em que todo o sistema do capital entrou. É uma crise estrutural que afeta a própria existência humana e que deve ser encarada sob essas circunstâncias. Portanto, devemos internalizar – urgentemente – que existe “[...] uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 100).

Compreender que existe uma crise social em decorrência do desenvolvimento do capital, acarretando um profundo antagonismo de classes, de plena miséria, se faz indispensável uma mudança que seja radical e qualitativamente divergente da realidade efetiva. Esse é o escopo da “educação para além do capital” sugerida por Méészáros, em que sua tarefa é extinguir com a educação mercadoria e ensinar ontologicamente o humano a ser humano. O dever educacional, deve, de fato, oportunizar “[...] uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

Como salienta Saviani (2014), não adianta alterar a superestrutura, sem antes, alterar a infraestrutura. A revolução pela liberdade real e material, consiste em uma sólida ação educativa, isto é, nos processos pedagógicos, na expectativa de professores que reconheçam toda a dinâmica exploratória da ordem hegemônica e que desenvolvam nos sujeitos, a partir dessa realidade, a consciência dos determinantes sociais, e assim, surjam novos fundamentos que contestem essa ordem e nos leve a uma nova ordem, como sempre

tem acontecido na história da evolução social, de início como propriedade comunal à passagem ao feudalismo, do feudalismo para o capitalismo, agora, pela luta de classes, do capitalismo à um socialismo global e, enfim, ao estágio mais elevado, o do comunismo (MARX, 1985; MARX; ENGELS, 2007; MÉSZÁROS, 2011b; SAVIANI, 2014).

Nesse processo educacional, a educação física é mais que um dos componentes pedagógicos que permitem o sujeito apreender, interpretar, compreender e romper com a realidade social dominante. Vai para além do currículo escolar, pois o professor de educação física pela cultura corporal está apto como agente social a desenvolver numa perspectiva de totalidade “[...] a expressão corporal como linguagem social e historicamente construída” (SOARES et al., 1992, p. 19).

O corpo, bem como, seu movimento, sofrem demasiadamente com o controle de suas funções pelo capital. Interromper com essas determinações sob o corpo é essencial e inadiável. Não à toa, a abordagem crítica-superadora da educação física, pensada por um Coletivo de Autores, tem em suas referências a pedagogia histórico-crítica proposta pelo filósofo Saviani, no qual aclamam pela “[...] liberdade de expressão dos movimentos” (SOARES et al., 1992, p. 40). Em crítica a pensamentos idealistas da educação física que não propõem a superação das determinações postas, o Coletivo de Autores recorre a Saviani:

Percebe-se nessa concepção [- movimentos tido como ‘renovadores’ na educação física -] a instrumentalização do ‘movimento humano’ como meio de formação e a secundarização da transmissão de conhecimentos, que é uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular (Saviani, 1987: 68) [Nossa referência: (SAVIANI, 1999, p. 77)]. Denota-se, assim, o caráter idealista da concepção, pois lhe falta a perspectiva dos condicionantes histórico-sociais da educação (SOARES et al., 1992, p. 55).

Esses movimentos ou pensamentos manifestados como “renovadores” na educação física não são preparados para transcenderem a hegemonia do capital. Trata-se de ideias racionalizadas e que não recorrem a história humana para superarem através da crítica a imediaticidade que nos é apresentada. O processo de luta de classes será viável se existir liberdade ao movimento humano, pois um corpo, cujos movimentos estejam sob o domínio hegemônico, estará limitado e impossibilitado de se emancipar, o que explica do grande interesse da classe dominante em instrumentalizar o movimento humano.

Por essa razão, este estudo dialogou pela defesa de uma formação ampla aos professores de educação física, denominada como licenciatura ampliada. Com a fragmentação pelo sistema burguês em licenciatura plena e bacharelado, as teorias críticas se tornaram conteúdos mais trabalhados no campo da licenciatura, ao passo que no bacharelado sua

formação encontra-se priorizada pelos conteúdos da área biológica. Esse processo beneficia significativamente a reprodução sociometabólica do capital. Outrossim, as próprias teorias críticas apresentam pensamentos idealistas em seus conteúdos, cujo discurso é de apenas “melhorar” o que está posto, vindo a favorecer a manutenção da ordem burguesa.

Nesse sentido, levando em consideração que o professor é a principal arma contra o capital, a base curricular de sua formação fará toda a diferença nos processos de ensino-aprendizagem. Na forma de luta de classes, a categoria tem que se defrontar com esses ideais dominantes, que no caso específico da educação física, vem a ser pela luta de uma formação ampliada e crítica, no qual o professor de educação física em todos os espaços de atuação, com destaque para os clubes esportivos e recreativos, escolas, hospitais, academias de ginástica e locais públicos que contemplem a prática de exercícios físicos, consiga desenvolver/constraintinternalizar em seus alunos uma consciência humanizada e crítica as determinações sociais postas pela ordem vigente. Em consequência, que tenhamos as impulsões necessárias à uma transformação social global e emancipadora. “Cabe a nós todos – todos, porque sabemos muito bem que ‘os educadores também têm de ser educados’ – mantê-las de pé, e não deixá-las cair” (MÉSZÁROS, 2008, p. 77).

Dessa maneira, este estudo busca no próximo capítulo fazer uma pesquisa empírica com graduandos do curso de bacharelado em educação física com a intenção de investigar como sua formação tem contribuído para se compreender as determinações sociais sobre corpo, estética e educação. Pois tem-se como tese que o entendimento e criticidade desses graduandos do bacharelado em educação física estão relacionados e fragmentados aos padrões hegemônicos impostos pelo capital, com a devida contribuição de sua formação universitária na permanência dessa consciência na corporalidade imposta pelo sistema. Sob esse viés de formação, os princípios que orientam uma consciência socialista e de radical ruptura com a sociedade de classes nunca serão alcançados. E esse cenário não pode, de forma alguma, ser admissível.

CAPÍTULO 4

ESTÉTICA CORPORAL: O OLHAR DOS FUTUROS BACHARÉIS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

“Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.”

(MARX; ENGELS, 2007, pp. 86-87)

Como discutido no capítulo anterior, a busca pela estética corporal tem sido uma das principais causas para se praticar regularmente exercícios físicos. Assim sendo, o profissional mais adequado para orientar corretamente os sujeitos a resistirem as dominações de sobreposição ao corpo pelo capital, sem dúvidas é o professor de educação física (BAPTISTA, 2001). Contudo, a fragmentação da graduação em educação física, tendo os licenciados atuando apenas na educação básica e os bacharéis atuando em todos os outros espaços possíveis para as práticas corporais, nos leva a enfatizar que o bacharelado tem apresentado um currículo voltado para as ciências biológicas, levando os graduandos do bacharelado a uma insuficiente proximidade com a educação crítica, fazendo desse processo atual de formação revelar-se antagônico as necessárias mentes livres, críticas e qualificadas em suspender o avanço das atividades a favor da ordem hegemônica (VENTURA, 2010).

Destarte, este capítulo traz os dados da pesquisa empírica realizada, que tem por objetivo investigar como a formação do bacharelado em educação física vem questionando as determinações sociais sobre corpo, estética e educação, como também, analisar a importância dada a estética corporal pelo curso em lide, demonstrando a relevância deste tema na estruturação de um ensino-aprendizagem crítico para com as imposições postas pelo modo de produção capitalista.

A coleta dos dados empíricos surge para auxiliar este estudo – cujo o método é o materialismo histórico-dialético – no entendimento concreto de seu objeto, através da saturação de múltiplas determinações sociais encontradas, desta forma, realizando as mediações necessárias para que possamos ascender do imediato – da aparência do fenômeno – para o mediato, a fim de nos auxiliar a conhecer o todo articulado, ou melhor, a totalidade investigada (MARX, 2008b, 2017; MARX; ENGELS, 2007).

Por isto, as categorias encontradas nesta pesquisa, de modo algum, se referem a ideias padronizadas, como bem faz o positivismo para justificar a naturalidade das contradições sociais, inclusive elaborando categorias *a priori*. Tendo em vista este estudo ter adotado o método marxista, todos os resultados encontrados pela pesquisa serão discutidos na intenção de se perceber as determinações impostas à formação de bacharéis em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação.

Deste modo, esperamos que os dados aqui analisados e discutidos tragam relevantes informações sobre como está sendo pensado o corpo, a estética e a educação no âmbito da educação física e a necessidade de uma formação crítica e emancipadora de graduandos do bacharelado em educação física, em decorrência da grande influência que terão como professor de educação física no trato com a estética corporal, pois, muitos deles atuarão como professores em academias de ginástica. De acordo com os dados de Baptista (2001), os professores das academias de ginástica são as principais fontes de informação sobre as atividades corporais entre os praticantes, enfatizando a importância dos conhecimentos deste profissional nas relações sociais estabelecidas em seus campos de intervenção profissional.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem do bacharelado em educação física tem grande relevância na formação de um futuro professor de educação física, pois este profissional deve estar preocupado ontologicamente com a humanização e o desenvolvimento do ser social. Em vista disso, tentamos traçar ao longo deste estudo as relações de dominação que têm sido impostas ao corpo, a estética e a educação pelos meios sociais. A formação atual de bacharéis em educação física, cujas relações encontram-se diretamente dominadas pelo capital, que mesmo com sua formação profissional vivenciada e finalizada, essas imposições continuam determinando condutas acríticas à dominação posta, interferindo diretamente no comportamento profissional dos professores de educação física, uma vez que, esses professores são grandes influenciadores da estética corporal na sua área de atuação.

4.1 Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa empírica é a quanti-qualitativa descritiva transversal, com aplicação de questionário²³ elaborado especificamente para esta pesquisa e formulado para graduandos do bacharelado em educação física de duas universidades que ofertam o curso, sendo uma privada e a outra pública. A motivação em realizar esta pesquisa se deu por termos como tese *a priori* que o entendimento e criticidade de bacharéis em educação física sobre corpo, estética e educação estão relacionados e fragmentados aos padrões hegemônicos impostos pelo capital, com devida contribuição de sua formação universitária na permanência dessa consciência na corporalidade imposta pelo sistema, independente da esfera da universidade e do período cursado.

Esta pesquisa empírica procura entender a temática da estética corporal dentro da universidade em um processo de formação de professores de educação física e qual sua influência na incorporação das novas gerações de professores. Pretendemos também apurar como as questões ligadas a valores estéticos têm sido discutidas na formação de professores de educação física.

A partir destas problemáticas, esta pesquisa teve por objetivo investigar como a formação do bacharelado em educação física contribui para se compreender as determinações sociais da estética corporal, mediante o diálogo com a teoria marxiana, bem como, com as possibilidades de construção em favor da autonomia do sujeito, considerando a educação o elemento primordial para a constituição do humano e compromisso com a emancipação social, analisando e correlacionando qual é a importância da estética corporal para a educação física e demonstrando a relevância deste tema na construção do ensino-aprendizagem do curso de bacharelado em educação física.

Os critérios de inclusão foram ordenados por graduandos maiores de 18 anos do curso de bacharelado em educação física matriculados no primeiro ano (calouros) – compreende os períodos 1º e 2º – e graduandos do curso de bacharelado em educação física matriculados no último ano (formandos) – compreende os períodos 7º e 8º – de duas universidades, sendo uma privada e uma pública. A justificativa para a inclusão de calouros e formandos decorre do interesse de se verificar como é o entendimento dos graduandos sobre corpo, estética e educação ao iniciarem sua carreira acadêmica e como tais percepções se desenvolvem ao longo de toda a formação. Já os critérios de exclusão foram pautados em

²³ Apêndice II desta dissertação.

graduandos do bacharelado em educação física matriculados nos períodos compreendidos entre 3º e 6º das universidades participantes da pesquisa e menores de 18 anos.

Os riscos a participação nesta pesquisa não trazem complicações legais. Como o instrumento adotado foi o questionário e ele obedece aos critérios éticos, oferecendo riscos mínimos à dignidade dos participantes, à integridade física, moral, intelectual ou emocional. Mediante isto, foi explicado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁴ caso algum participante se sentisse constrangido físico e/ou emocionalmente com alguma questão, teria todo direito de não responder o questionário. Tiveram os participantes, ainda, a liberdade de recusarem a participar antes da aplicação e de se recusarem a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade e/ou prejuízo.

Todas as informações coletadas nesta pesquisa foram tratadas como estritamente confidenciais. Somente os pesquisadores tiveram acesso aos dados coletados, tendo o tratamento e divulgação dos dados sem revelação da identidade dos participantes, após permissão dos mesmos através de assinatura do participante no TCLE. Não ocorreu durante a fase de coleta nenhum dano causado a algum participante, porém, caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, foi assumido a responsabilidade legal pelos mesmos, tendo os participantes direitos a pleitearem reparação a danos imediatos ou futuros decorrentes da participação nesta pesquisa.

As coletas ocorreram após aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 86990418.0.0000.5083 e Parecer nº 2.641.660²⁵ e pela aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição coparticipante com CAAE nº 86990418.0.3001.5289 e Parecer nº 2.698.879²⁶. As coletas na universidade privada ocorreram durante o mês de junho de 2018 e as coletas na universidade pública durante o mês de setembro de 2018.

A amostra é composta em sua totalidade por 150 participantes voluntários matriculados no curso de bacharelado em educação física na cidade de Goiânia-GO. Sendo dividida em quatro grupos: o Grupo 1 de calouros – 1º e 2º períodos – da universidade privada e composto por 35 participantes voluntários; o Grupo 2 de calouros – 1º e 2º períodos – da universidade pública e composto por 28 participantes voluntários; o Grupo 3 de formandos – 7º e 8º períodos – da universidade privada e composto por 63 participantes voluntários; e o

²⁴ Apêndice I desta dissertação.

²⁵ Anexo I desta dissertação.

²⁶ Anexo II desta dissertação.

Grupo 4 de formandos – 7º e 8º períodos – da universidade pública e composto por 24 participantes voluntários.

A identificação dos graduandos participantes desta pesquisa se dará da seguinte forma: todos foram ordenados cronologicamente do número 1 ao 150 a começar do Grupo 1 até o Grupo 4, seguidos das abreviações CA para os Calouros ou FO para os Formandos e finalizando a identificação com as abreviações PR para Universidade Privada ou PU para Universidade Pública. Vejamos um exemplo de cada grupo: 12CAPR representa o(a) graduando(a) número 12 dos 150 analisados, pertencente ao Grupo 1 composto por calouros da universidade privada; 41CAPU, representa o(a) graduando(a) número 41 dos 150 analisados, pertencente ao Grupo 2 composto por calouros da universidade pública; 73FOPR, representa o(a) graduando(a) número 73 dos 150 analisados, pertencente ao Grupo 3 composto por formandos da universidade privada; e 138FOPU representa o(a) graduando(a) número 138 dos 150 analisados, pertencente ao Grupo 4 composto por formandos da universidade pública.

Os dados foram analisados com o auxílio do pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23, no qual foi adotado um nível de significância de 5% ($p < 0,05$). A caracterização dos graduandos do bacharelado em educação física – calouros e formandos – foi realizada por meio de frequência absoluta (n) e relativa (%). A normalidade dos dados foi verificada a partir do Teste de *Kolmogorov-Smirnov*. A comparação do entendimento sobre corpo, estética e educação entre os calouros e formandos foi realizada aplicando-se o Teste do Qui-quadrado, seguido pela análise *Posthoc* quando verificada diferenças significativas (BEASLEY; SCHUMACKER, 1995). A comparação entre os calouros e formandos do padrão de estética corporal que pensam ser o ideal para ambos os sexos biológicos e a própria percepção da imagem corporal, mediante o Teste de Silhueta, foi realizada por meio do Teste de *Mann-Whitney*. A avaliação da própria percepção da imagem corporal com o padrão de estética corporal que pensam ser o ideal para o seu sexo biológico, foi realizada utilizando a correlação de *Spearman*.

Durante a construção do questionário a ser utilizado por esta pesquisa com os graduandos do bacharelado em educação física, houve uma adaptação das perguntas 6 e 7 que tratam do Teste de Silhueta em referência ao estudo proposto por Damasceno et al. (2011). As perguntas propõem uma avaliação pessoal de qual deve ser o padrão de corpo que pensam ser o ideal para ambos os sexos biológicos (pergunta 6) e a percepção da imagem corporal do avaliado de acordo com seu sexo biológico (pergunta 7). A adaptação se dá na enumeração de cada silhueta, visto que, o estudo de Damasceno et al. (2011) enumera de menos sete à sete (-

7 a 7) iniciando com menos sete (-7) para a silhueta cuja a composição corporal seja de predominância de massa gorda – obeso(a) – até chegar a sete (7) que apresenta a silhueta cuja a composição corporal seja de predominância de massa magra – musculoso(a) –, sendo assim, evitando categorizar as silhuetas de maior predominância de massa gorda com o sinal de menos (-), simbolizando como sendo uma forma corporal “negativa” e podendo interferir nas respostas dos avaliados nesta pesquisa, optamos pela enumeração de um à quinze (1 à 15) iniciando com um (1) para a silhueta cuja a composição corporal seja de predominância de massa gorda – obeso(a) – até chegar a quinze (15) que apresenta a silhueta cuja a composição corporal seja de predominância de massa magra – musculoso(a) –.

4.2 Resultados e discussão

Iniciamos com os resultados da Tabela 1 acerca do perfil demográfico dos participantes voluntários desta pesquisa, no qual foi perguntado aos participantes sobre: sua idade; seu sexo biológico; esfera – particular ou pública – no qual concluiu o ensino médio; esfera – privada ou pública – de sua atual universidade; e período matriculado no curso de bacharelado em educação física.

Tabela 1. Descrição do perfil demográfico dos graduandos calouros e formandos.

	Período n (%)		Total	<i>p</i> *
	Calouro	Formando		
Faixa etária				
< 25	54 (85,7)	53 (60,9)	107 (71,3)	0,001
25 a 51	9 (14,3)	34 (39,1)	43 (28,7)	
Sexo Biológico				
Feminino	21 (33,3)	29 (33,3)	50 (33,3)	1,00
Masculino	42 (66,7)	58 (66,7)	100 (66,7)	
Ensino Médio				
Particular	36 (57,1)	36 (41,4)	72 (48,0)	0,14
Pública	26 (41,3)	50 (57,5)	76 (50,7)	
Não Informado	1 (1,6)	1 (1,1)	2 (1,3)	
Universidade				
Privada	35 (55,6)	63 (72,4)	98 (65,3)	0,03
Pública	28 (44,4)	24 (27,6)	52 (34,7)	

*Qui-quadrado.

Foi identificado um nível de significância na comparação da faixa etária entre CA e FO, tendo as idades de toda a amostra variando ente 18 e 51 anos, sendo que 85,7% dos CA e 60,9% dos FO se encontram em uma faixa etária menor que 25 anos, enquanto 14,3% dos CA e 39,1% dos FO se encontram em uma faixa etária entre 25 e 51 anos. Comparando CA

da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares.

Não houve um nível de significância na comparação entre o sexo biológico dos CA e FO, apresentando uma frequência relativa igual entre CA e FO, com ambos tendo 33,3% do sexo feminino e 66,7% do sexo masculino. Contudo, comparando CA da PR e CA da PU houve um nível de significância, com 22,9% dos CA da PR e 46,4% dos CA da PU sendo do sexo feminino e 77,1% dos CA da PR e 53,6% dos CA da PU sendo do sexo masculino, porém, na comparação entre FO da PR e FO da PU as frequências relativas são similares.

Não houve um nível de significância na comparação entre a esfera no qual os participantes da pesquisa concluíram o ensino médio, apresentando 57,1% dos CA e 41,4% dos FO concluindo o ensino médio em escolas particulares e 41,3% dos CA e 57,5% dos FO concluindo o ensino médio em escolas públicas. No entanto, temos uma predominância de 68,6% dos CA da PR concluindo o ensino médio em escolas particulares e de 53,6% dos CA da PU concluindo o ensino médio em escolas públicas, mas na comparação entre FO da PR e FO da PU as frequências relativas são similares.

Em relação a frequência relativa entre os Grupos, temos um nível de significância na comparação dos Grupos, com o Grupo 1 de CA da PR compondo 55,6% do total de CA e Grupo 3 de FO da PR compondo 72,4% do total de FO e com o Grupo 2 de CA da PU compondo 44,4% do total de CA e Grupo 4 de FO da PU compondo 27,6% do total de FO.

Os dados do perfil demográfico dos participantes voluntários desta pesquisa demonstram que os FO apresentam uma faixa etária maior que 25 anos em comparação aos CA e inversamente os CA apresentam uma faixa etária menor que 25 anos em comparação com os FO. As frequências do sexo biológico de CA e FO em ambos são idênticas, apresentando uma proporção em que de cada três, dois são do sexo masculino e um do sexo feminino. Comparando a esfera no qual os participantes da pesquisa concluíram o ensino médio, temos a maioria dos CA, principalmente da PR, concluindo o ensino médio em escolas particulares, ao passo que a maioria dos FO concluíram o ensino médio em escolas públicas. Em relação a frequência relativa de cada Grupo, a pesquisa tem um maior número de participantes da PR em comparação a PU com uma proporção em que de cada três, dois são da PR e um da PU.

Seguimos para os resultados da Tabela 2 acerca de como decorre a compreensão dos participantes da pesquisa sobre: seu entendimento de corpo; seu entendimento de estética; seu entendimento do termo “estética corporal”; se acredita que existe um padrão de estética

corporal; como pretende lidar com a estética corporal atuando na área da educação física após formado; e de onde busca referências para considerar seu padrão de estética corporal.

Tabela 2. Descrição de como decorre a compreensão dos graduandos calouros e formandos.

	Período		Total	p*
	Calouro	Formando		
Corpo				
Biológico	31 (49,2)	41 (47,1)	72 (48,0)	0,10
Fragmento	4 (6,3)	4 (4,6)	8 (5,3)	
Máquina	2 (3,2)	9 (10,3)	11 (7,3)	
Modificável	1 (1,6)	3 (3,4)	4 (2,7)	
Religioso	7 (11,1)	12 (13,8)	19 (12,7)	
Social	1 (1,6)	1 (1,1)	2 (1,3)	
Biológico e Social	11 (17,5)	17 (19,5)	28 (18,7)	
Não Informado	6 (9,5)	0 (0,0)	6 (4,0)	
Estética				
Belo	8 (12,7)	11 (12,6)	19 (12,7)	0,29
Corpo Belo	1 (1,6)	2 (2,3)	3 (2,0)	
Cuidado com o Corpo	17 (27,0)	20 (23,0)	37 (24,7)	
Filosofia	1 (1,6)	1 (1,1)	2 (1,3)	
Padrão de Corpo	29 (46,0)	51 (58,6)	80 (53,3)	
Não Informado	7 (11,1)	2 (2,3)	9 (6,0)	
Estética Corporal				
Corpo Belo	11 (17,5)	14 (16,1)	25 (16,7)	0,16
Cuidado com o Corpo	15 (23,8)	17 (19,5)	32 (21,3)	
Padrão de Corpo	34 (54,0)	56 (64,4)	90 (60,0)	
Não Informado	3 (4,8)	0 (0,0)	3 (2,0)	
Padrão de Estética Corporal				
Existe Padrão	42 (66,7)	54 (62,1)	96 (64,0)	0,84
Não Existe Padrão	19 (30,2)	30 (34,5)	49 (32,7)	
Não Informado	2 (3,2)	3 (3,4)	5 (3,3)	
Lidar com a Estética Corporal Após Formado				
Dando Exemplo com o Próprio Corpo	3 (4,8)	6 (6,9)	9 (6,0)	0,22
De Acordo com a Exigência do Aluno	23 (36,5)	29 (33,3)	52 (34,7)	
Desenvolvendo a Aptidão Física do Aluno	21 (33,3)	32 (36,8)	53 (35,3)	
Não Vai Lidar	5 (7,9)	4 (4,6)	9 (6,0)	
Se Impondo Contra Padrões de Corpo	6 (9,5)	15 (17,2)	21 (14,0)	
Não Informado	5 (7,9)	1 (1,1)	6 (4,0)	
Busca Referências				
Conhecimento Teórico	1 (1,6) a	8 (9,2) b	9 (6,0)	0,03
Conhecimento Teórico e Convívio Social	0 (0,0)	4 (4,6)	4 (2,7)	
Convívio Social	11 (17,5) a	8 (9,2) b	19 (12,7)	
Mídias	14 (22,2)	24 (27,6)	38 (25,3)	
Mídias e Conhecimento Teórico	0 (0,0)	1 (1,1)	1 (0,7)	
Mídias e Convívio Social	6 (9,5)	10 (11,5)	16 (10,7)	
Não Busca Referências	4 (6,3) a	12 (13,8) b	16 (10,7)	
Autoconsciência	20 (31,7) a	18 (20,7) b	38 (25,3)	
Autoconsciência e Convívio Social	1 (1,6)	0 (0,0)	1 (0,7)	
Não Informado	6 (9,5)	2 (2,3)	8 (5,3)	

*Qui-quadrado de Pearson; letras diferentes indicam diferenças significativas.

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre seu entendimento de corpo apresentou sete categorias diferentes e não houve um nível de

significância na comparação das categorias entre CA e FO. Tivemos a maioria dos participantes com uma frequência relativa de 49,2% dos CA e 47,1% dos FO entendendo o corpo pela perspectiva “biológica”. Vejamos um exemplo de cada Grupo:

“Corpo é o conjunto de tecidos, músculos, órgãos e células” (20CAPR).
 “No referencial ‘ser humano’, corpo pode ser considerado a parte física, ‘material vivo’ do indivíduo, orgânico, músculos, ossos, órgãos, sistema físico e vivo” (49CAPU).
 “Corpo, carne, osso, pele” (68FOPR).
 “Corpo é um conjunto de estruturas, células, tecidos, órgãos, sistemas, músculos, ossos que formam o organismo humano e que nos permite movimentar pelo espaço” (131FOPU).

Dentre as outras categorias que representam o entendimento de corpo dos participantes, têm-se a frequência relativa pelos prismas de: “fragmento” com 6,3% dos CA e 4,6% dos FO; “máquina” com 3,2% dos CA e 10,3% dos FO; “modificável” com 1,6% dos CA e 3,4% dos FO; “religioso” com 11,1% dos CA e 13,8% dos FO; “social” com 1,6% dos CA e 1,1% dos FO; e “biológico e social” com 17,5% dos CA e 19,5% dos FO. Contudo, comparando cada categoria entre CA da PR e CA da PU houve um nível de significância em duas categorias: “religioso” com 17,1% dos CA da PR e 3,6% dos CA da PU; e “biológico e social” com 11,4% dos CA da PR e 25% dos CA da PU, porém, na comparação entre FO da PR e FO da PU as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “fragmento”; “máquina”; “modificável”; “religioso”; “social”; e “biológico e social” –, respectivamente:

“Corpo nada mais é que uma parte do ser humano” (52CAPU).
 “Máquina biomecânica” (73FOPR).
 “Elemento que pode ser alterado” (65FOPR).
 “Como o lugar dado ao espírito para que possa passar por superações na Terra” (133FOPU).
 “Corpo é a construção cultural, social e política de algo ou alguém, o qual está sujeito a influências externas” (43CAPU).
 “Corpo tomado por uma visão biologicista, sendo todos os sistemas anatômicos que constitui a formação física humana, porém o corpo também é dotado de cultura e significados, tornando-se uma forma de identificação entre indivíduos de uma mesma cultura, a representação do ‘eu’ e da mente de cada um, podendo ou não sofrer influência de diversos meios” (127FOPU).

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre seu entendimento de estética apresentou cinco categorias diferentes e não houve um nível de significância na comparação das categorias entre CA e FO. Tivemos a maioria absoluta dos participantes com uma frequência relativa de 46% dos CA e 58,6% dos FO entendendo a estética com significado de “padrão de corpo”. Vejamos um exemplo de cada Grupo:

“Estética é se preocupar com a aparência, com o corpo, são padrões de beleza” (20CAPR).

“Objetivo de um certo indivíduo de conquistar um ‘padrão de corpo’” (46CAPU).

“É o corpo imposto pela sociedade e o padrão que a sociedade acha ideal” (66FOPR).

“Estética é ter um corpo bom fisicamente e estando dentro de um padrão” (128FOPU).

Dentre as outras categorias que representam o entendimento de estética dos participantes, têm-se a frequência relativa pelas definições de: “belo” com 12,7% dos CA e 12,6% dos FO; “corpo belo” com 1,6% dos CA e 2,3% dos FO; “cuidado com o corpo” com 27% dos CA e 23% dos FO; e “filosofia” com 1,6% dos CA e 1,1% dos FO. Contudo, comparando FO da PR e FO da PU as frequências relativas apresentam um nível de significância para quatro categorias: “padrão de corpo” com 50,8% dos FO da PR e 79,2% dos FO da PU; “belo” com 15,9% dos FO da PR e 4,2% dos FO da PU; “corpo belo” com 0,0% dos FO da PR e 8,3% dos FO da PU; e “cuidado com o corpo” com 30,2% dos FO da PR e 4,2% dos FO da PU, porém, na comparação entre CA da PR e CA da PU as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “belo”; “corpo belo”; “cuidado com o corpo”; e “filosofia” –, respectivamente:

“Estética pode ser compreendida como um ramo que concerne ao ‘bonito’, ‘belo’” (49CAPU).

“Parte do corpo responsável por qualificar como belo” (147FOPU).

“Importância que damos aos devidos cuidados com nosso corpo” (92FOPR).

“Linha da filosofia que problematiza os conceitos de belo e feio, revisa essa pretensa dicotomia buscando ressignificá-la” (63CAPU).

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre seu entendimento do termo “estética corporal” apresentou três categorias diferentes e não houve um nível de significância na comparação das categorias entre CA e FO. Tivemos a maioria absoluta dos participantes com uma frequência relativa de 54% dos CA e 64,4% dos FO entendendo o termo “estética corporal” com significado de “padrão de corpo”. Vejamos um exemplo de cada Grupo:

“A estética corporal é a busca por uma imagem/forma do corpo [que] se enquadra em um determinado padrão” (07CAPR).

“É a busca por um padrão de corpo pré-estabelecido” (62CAPU).

“Estética corporal, são formas, padrões que o corpo possui” (70FOPR).

“Ter um corpo fisicamente dentro de um padrão” (128FOPU).

Dentre as outras categorias que representam o entendimento do termo “estética corporal” dos participantes, têm-se a frequência relativa pelas definições de: “corpo belo” com 17,5% dos CA e 16,1% dos FO; e “cuidado com o corpo” com 23,8% dos CA e 19,5% dos FO. Comparando cada categoria entre CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “corpo belo”; e “cuidado com o corpo” –, respectivamente:

“A beleza de um corpo” (11CAPR).
 “É o cuidado com o corpo” (124FOPR).

Uma resposta em específico de um dos participantes sobre seu entendimento do termo “estética corporal”, chama à atenção:

“Estética corporal é um **corpo bonito** de se ver, **sem deformidades ou deficiências**” (114FOPR) (Grifos nosso).

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre se acreditam que existe um padrão de estética corporal não houve um nível de significância na comparação das categorias entre CA e FO e apresentou 66,7% dos CA e 62,1% dos FO acreditando que existe “sim” um padrão de estética corporal e 30,2% dos CA e 34,5% dos FO acreditando que “não” existe um padrão de estética corporal. Contudo, comparando CA da PR e CA da PU as frequências relativas apresentam um nível de significância para as categorias “sim” com 54,3% dos CA da PR e 82,1% dos CA da PU e “não” com 42,9% dos CA da PR e 14,3% dos CA da PU, enquanto entre os FO da PR e FO da PU as frequências relativas são similares.

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre como pretendem lidar com a estética corporal atuando na área da educação física após formado apresentou cinco categorias diferentes e não houve um nível de significância na comparação das categorias entre CA e FO. Tivemos a maioria das respostas sobre como pretende lidar com a estética corporal atuando na área da educação física após formado divididas entre duas categorias: “de acordo com a exigência do aluno” com 36,5% dos CA e 33,3% dos FO; e “desenvolvendo a aptidão física do aluno” com 33,3% dos CA e 36,8% dos FO. Dentre as outras categorias, têm-se a frequência relativa com as seguintes intenções: “dando exemplo com o próprio corpo” com 4,8% dos CA e 6,9% dos FO; “não vai lidar” com 7,9% dos CA e 4,6% dos FO; e “se impondo contra padrões de corpo” com 9,5% dos CA e 17,2% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências

relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “de acordo com a exigência do aluno”; “desenvolvendo a aptidão física do aluno”; “dando exemplo com o próprio corpo”; “não vai lidar”; e “se impondo contra padrões de corpo” –, respectivamente:

“O profissional de educação física deve atuar em cima dos objetivos de seu cliente” (136FOPU).

“Pretendo fazer com que meus alunos tenham força, um peso saudável e condicionamento físico excelente” (02CAPR).

“Pretendo manter meu corpo saudável e com uma boa impressão de um corpo legal e bonito” (77FOPR).

“Não pretendo lidar com isso, sou ligado a valores sociais e não a corporais” (09CAPR).

“Primeiramente mostrar para a pessoa que não tem um padrão e fazer com que cada um tenha consciência do seu corpo. Tendo como prioridade a saúde e não um padrão de estética” (67FOPR).

A categorização das respostas dos participantes desta pesquisa sobre de onde buscam referências para considerarem seu padrão de estética corporal apresentou nove categorias diferentes e com um nível de significância na comparação de quatro categorias entre CA e FO, sendo elas: “conhecimento teórico” com 1,6% dos CA e 9,2% dos FO; “convívio social” com 17,5% dos CA e 9,2% dos FO; “não busca referências” com 6,3% dos CA e 13,8% dos FO; e “autoconsciência” com 31,7% dos CA e 20,7% dos FO. As outras cinco categorias não houve um nível de significância na comparação entre CA e FO, sendo elas: “conhecimento teórico e convívio social” com 0,0% dos CA e 4,6% dos FO; “mídias” com 22,2% dos CA e 27,6% dos FO; “mídias e conhecimento teórico” com 0,0% dos CA e 1,1% dos FO; “mídias e convívio social” com 9,5% dos CA e 11,5% dos FO; e “autoconsciência e convívio social” com 1,6% dos CA e 0,0% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “conhecimento teórico”; “convívio social”; “não busca referências”; “autoconsciência”; “conhecimento teórico e convívio social”; “mídias”; “mídias e conhecimento teórico”; “mídias e convívio social”; e “autoconsciência e convívio social” –, respectivamente:

“Busco de leituras acadêmicas e conhecimento empírico adquiridos no decorrer do curso” (51CAPU).

“Eu observo muito as mulheres que são consideradas as mais desejadas” (108FOPR)

“Não busco referências” (131FOPU).

“Do meu gosto, do que eu acho bonito” (23CAPR).

“Na sociedade onde ela busca moldar este padrão, mas não só nela, em artigos, doutores, pessoas ligadas à nossa profissão” (88FOPR).

“Acho que a maioria das pessoas subsidia suas referências através da mídia. A mesma é poderosa e influente na divulgação” (49CAPU).

“Além de ter lido alguns artigos e livros, a mídia sempre bombardeia a sociedade com atores, modelos etc., com este biotipo” (110FOPR).

“Eu busco referências na mídia, e em meus amigos que treinam comigo” (20CAPR).

“Busco referência em tudo e todos que eu vejo e eu faço minhas próprias críticas” (31CAPR).

Pela Tabela 2, notamos que o corpo é percebido em quase 80% do total de participantes pela sua relação direta com o modo de produção capitalista e a massificação do pensamento acrítico, impessoal, positivista e biologizado, encarado por esses como um corpo de “ordem natural” e despercebido como elemento de manutenção do sociometabolismo do capital, tendo apenas quase 20% dos participantes percebendo para além desse olhar biologicista, e destes, pouquíssimos graduandos considerando também os processos sócio-históricos do corpo, convalidando as críticas cometidas as ideias dominantes sobre o corpo realizadas por Baptista (2013) e Soares (2004) e apontadas neste estudo.

Com relação ao entendimento da estética, apenas dois (1,3%) dos 150 participantes, a relacionaram a sua real essência como sendo filosofia do belo e 19 (12,6%) a denominaram sendo somente beleza, assim, temos todo o restante dos 129 (86%) graduandos associando a “estética” ao corpo, em sua maioria como um padrão de corpo a ser alcançado, manifestando-se como particularidade polissêmica de “estética corporal” e, por isso, as respostas e os resultados foram semelhantes quando perguntado sobre seu entendimento de estética e quando perguntado sobre seu entendimento de estética corporal, que se justifica nas críticas de Baptista (2013) feitas a indústria cultural, devido sua disseminação a favor do capital de padrões estéticos de corpo a serem consumidos, no qual a estética ganha *status* de mercadoria. A respeito de uma resposta em específico que chama à atenção – “Estética corporal é um corpo bonito de se ver, sem deformidades ou deficiências” – do(a) participante 114FOPR, de acordo com Piccolo (2015), trata-se de uma visão biologicista da deficiência, em que a deficiência se mostra como uma questão de saúde-doença, no qual o problema da deficiência para esta ciência se encontra no próprio indivíduo deficiente e não no pensamento hegemônico que vem criando estereótipos e padrões de corpo, a ponto de impor ao sujeito com deficiência a necessidade de tentar se reparar fisicamente, a fim de ser aceito socialmente.

Ainda que, dois terços do total de participantes acreditarem que existe “sim” um padrão de estética corporal nas relações sociais, o outro um terço, apesar de afirmarem “não” existir um padrão de estética corporal, afirmam no sentido de pessoalmente não concordarem com tal imposição, mas no momento da justificava, assim como, os que acreditam na existência de padrão de estética corporal, apontam para existência de determinações sociais

externas, a partir, principalmente, das mídias, corroborando com o que já havíamos afirmado anteriormente neste estudo acerca da enorme influência da indústria cultural sobre o corpo.

Questionados em relação sua futura atuação após formados com o trato da estética corporal, duas categorias se destacam: a primeira, quando assumem exercer a profissão de acordo com as exigências de seus futuros alunos, nos permitindo atentar para as relações sociais que estão perante o domínio do capital, no qual como nos demonstra a pesquisa empírica de Baptista (2001) com alunos de academias de ginástica, sua maioria buscam a estética corporal sob influência da indústria cultural, ou seja, a depender da exigência do aluno, esses futuros bacharéis participantes da pesquisa irão atuar a favor da ordem burguesa contribuindo na busca pelos padrões de estética corporal; a segunda, irão desempenhar a profissão auxiliando seus alunos a tentarem alcançar o padrão de estética corporal desejado através do desenvolvimento da aptidão física, isto é, de um corpo que esteja apto a atender as demandas de produção. Uma minoria dos participantes desta pesquisa tem como intenções não lidar com essas imposições sociais sobre a estética corporal ou de se imporem contra tais padrões corporais, indicando terem um pensamento crítico em relação a estética corporal, fortalecendo o discurso dos filósofos Mészáros (2008) e Saviani (2014) da necessidade de uma educação crítica, libertadora e para além do capital.

Na questão sobre de onde os participantes buscam referências para considerar seu padrão de estética corporal, foi a única a apresentar diferença significativa entre CA e FO em algumas categorias, mas de modo geral, podemos constatar que as buscas por referências do padrão de estética corporal dos participantes se concentram nas categorias “autoconsciência” e “mídias”. Considerando que o ser social tem sido constantemente coagido por instrumentos ideológicos de dominação, tal como, pela indústria cultural, que excessivamente vem despertando nos sujeitos uma falsa consciência, no qual Marx (2004) reitera que a autoconsciência humana inevitavelmente vem sendo construída pelas determinações materiais e relações sociais do capital e que essa construção tem formado uma consciência alienada nos processos de produção, nos leva a perceber que, seja de-si ou das mídias, a busca por referências do padrão de estética corporal dos participantes desta pesquisa se demonstra reificada pelo modo de produção capitalista, em que, até mesmo a busca por conhecimentos teóricos, ela tem sido pelas teorias biologicistas e que exclusivamente favorecem a ordem hegemônica.

Seguindo com a pesquisa, na Tabela 3 são apresentados os resultados dos participantes que marcaram silhuetas diferentes no Teste de Silhueta. Quando perguntado sobre qual a silhueta representa o seu padrão de estética corporal para ambos os sexos e qual a

silhueta – devendo marcar unicamente a silhueta do seu sexo biológico – que representa a sua imagem corporal, as silhuetas marcadas não foram a mesma ou de mesmo número. Neste sentido, somente para esses que marcaram silhuetas diferentes, foi questionado: o que faria para alcançar o modelo de corpo que pensa ser o ideal; o que te levaria a alcançar o modelo de corpo que pensa ser o ideal; e que procedimento(s) usaria para alcançar o modelo de corpo que pensa ser o ideal.

Tabela 3. Descrição dos graduandos calouros e formandos que marcaram silhueta diferente.

	Período		Total	p*
	Calouro	Formando		
Silhueta Diferente				
Não	12 (19,0)	14 (16,1)	26 (17,3)	0,63
Sim	51 (81,0)	73 (83,9)	124 (82,7)	
O que faria para alcançar o modelo de corpo ideal				
Alimentação	0 (0,0)	2 (2,7)	2 (1,6)	0,001
Alimentação e Exercícios Físicos	8 (15,7) a	24 (32,9) b	32 (25,8)	
Alimentação, Exercícios Físicos e Bem-estar	0 (0,0)	2 (2,7)	2 (1,6)	
Conhecimento Teórico	1 (2,0)	0 (0,0)	1 (0,8)	
Consultar Profissionais da Saúde	1 (2,0)	0 (0,0)	1 (0,8)	
Exercícios Físicos	14 (27,5) a	10 (13,7) b	24 (19,4)	
Não Informado	12 (23,5) a	4 (5,5) b	16 (12,9)	
Satisfação Pessoal	4 (7,8) a	21 (28,8) b	25 (20,2)	
Saúde	11 (21,6)	10 (13,7)	21 (16,9)	
O que te levaria a alcançar o modelo de corpo ideal				
Alimentação e Exercícios Físicos	1 (2,0)	1 (1,4)	2 (1,6)	0,01
Exercícios Físicos	9 (17,6) a	3 (4,1) b	12 (9,7)	
Satisfação Pessoal	18 (35,3) a	46 (63,0) b	64 (51,6)	
Saúde	13 (25,5)	17 (23,3)	30 (24,2)	
Não Informado	10 (19,6)	6 (8,2)	16 (12,9)	
Que procedimento(s) usaria para alcançar o modelo de corpo ideal				
Alimentação	1 (2,0)	4 (5,5)	5 (4,0)	0,81
Alimentação e Exercícios Físicos	18 (35,3)	29 (39,7)	47 (37,9)	
Alimentação, Cirurgia Plástica e Exercícios Físicos	0 (0,0)	1 (1,4)	1 (0,8)	
Alimentação, Exercícios Físicos e Bem-estar	3 (5,9)	3 (4,1)	6 (4,8)	
Alimentação, Exercícios Físicos e Conhecimento Teórico	1 (2,0)	0 (0,0)	1 (0,8)	
Cirurgia Plástica	4 (7,8)	4 (5,5)	8 (6,5)	
Cirurgia Plástica e Exercícios Físicos	1 (2,0)	1 (1,4)	2 (1,6)	
Conhecimento Teórico	1 (2,0)	0 (0,0)	1 (0,8)	
Consultar Profissionais da Saúde	1 (2,0)	2 (2,7)	3 (2,4)	
Consultar Profissionais da Saúde e Exercícios Físicos	0 (0,0)	1 (1,4)	1 (0,8)	
Esforço Pessoal	2 (3,9)	1 (2,4)	3 (2,4)	
Exercícios Físicos	15 (29,4)	24 (32,9)	39 (31,5)	
Não Informado	4 (7,8)	3 (4,1)	7 (5,6)	

*Qui-quadrado de Pearson; letras diferentes indicam diferenças significativas.

Do total de 150 participantes, 124 (82,7%) participantes marcaram silhuetas diferentes entre o que pensam ser o padrão de estética corporal e a percepção de sua imagem

corporal. A comparação entre CA e FO não apresentou um nível de significância, com 81% dos CA e 83,9% dos FO marcando silhuetas diferentes e entre CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Este fato demonstra um alto grau de insatisfação com a sua imagem corporal de acordo com alguns estudos.

A categorização das respostas dos 124 (82,7%) participantes desta pesquisa – que marcaram silhuetas diferentes – sobre o que fariam para alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal apresentou oito categorias diferentes e com um nível de significância na comparação de três categorias entre CA e FO, sendo elas: “alimentação e exercícios físicos” com 15,7% dos CA e 32,9% dos FO; “exercícios físicos” com 27,5% dos CA e 13,7% dos FO; e “satisfação pessoal” com 7,8% dos CA e 28,8% dos FO. Não houve um nível de significância na comparação das outras cinco categorias entre CA e FO, sendo elas: “alimentação” com 0,0% dos CA e 2,7% dos FO; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar” com 0,0% dos CA e 2,7% dos FO; “conhecimento teórico” com 2% dos CA e 0,0% dos FO; “consultar profissionais da saúde” com 2,0% dos CA e 0,0% dos FO; e “saúde” com 21,6% dos CA e 13,7% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, houve significância em três categorias: “alimentação e exercícios físicos” com 22,2% para CA da PR e 8,3% para CA da PU; “satisfação pessoal” com 0,0% para CA da PR e 16,7% para CA da PU; e “saúde” com 7,4% para CA da PR e 37,5% para CA da PU, porém, na comparação entre FO da PR e FO da PU as frequências relativas são similares. Um grande número de participantes que não responderam chama à atenção e apresenta significância na comparação entre CA e FO, com 23,5% para CA e 5,5% para FO, bem como, comparando entre CA da PR e CA da PU, existe diferença significativa entre os que não responderam, com 37% para CA da PR e 8,3% para CA da PU, se invertendo proporcionalmente para com os que não responderam entre os FO da PR e FO da PU, com 2% para FO da PR e 13,6% para FO da PU. Vejamos um exemplo de cada categoria – “alimentação e exercícios físicos”; “exercícios físicos”; “satisfação pessoal”; “alimentação”; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar”; “conhecimento teórico”; “consultar profissionais da saúde”; e “saúde” –, respectivamente:

“Tenho regulado minha alimentação e treinado periodicamente” (134FOPU).

“Hoje estou um pouco gordo, fora dos padrões de estética de um professor de educação física, pretendendo alcançar praticando alguns exercícios [físicos] como academia, ciclismo, aeróbica” (29CAPR).

“Eu estou disposto a tudo para alcançar meus objetivos, nem que me custe a vida. Desejo alcançar meu objetivo sem afetar ninguém, vou fazer pra me agradar e não agradar a sociedade” (91FOPR).

“Focaria mais em uma alimentação saudável” (144FOPU).

“Já estou fazendo, treinando, dormindo e comendo melhor a cada dia” (81FOPR).

“Busco o entendimento melhor, o conhecimento teórico certo e adequado, para ter a prática individual e em forma funcional, para alcançar o meu modelo de corpo ideal e saudável” (30CAPR).

“A partir de uma avaliação médica se fosse constatado a necessidade, sim. Seguindo as orientações prescritas” (56CAPU).

“O modelo ideal para mim significa o mais saudável” (52CAPU).

A categorização das respostas dos 124 (82,7%) participantes desta pesquisa – que marcaram silhuetas diferentes – sobre o que os levariam a alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal apresentou quatro categorias diferentes e com um nível de significância na comparação de duas categorias entre CA e FO, sendo elas: “exercícios físicos” com 17,6% dos CA e 4,1% dos FO; e “satisfação pessoal” com 35,3% dos CA e 63% dos FO. As outras duas categorias não houve um nível de significância na comparação entre CA e FO, sendo elas: “alimentação e exercícios físicos” com 2% dos CA e 1,4% dos FO; e “saúde” com 25,5% dos CA e 23,3% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Um grande número de participantes que não responderam chama à atenção e apresenta significância na comparação entre CA e FO, com 19,6% para CA e 8,2% para FO, bem como, comparando os que não responderam entre CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “exercícios físicos”; “satisfação pessoal”; “alimentação e exercícios físicos”; e “saúde” –, respectivamente:

“Talvez a prática de algum esporte como o fisiculturismo” (39CAPU).

“O meu bem-estar, o olhar no espelho e me sentir bem” (68FOPR).

“Eu mudaria alimentação, não tenho uma alimentação saudável, depois vem a prática de exercício físico que no momento não posso praticar” (72FOPR).

“O motivo seria saúde” (21CAPR).

A categorização das respostas dos 124 (82,7%) participantes desta pesquisa – que marcaram silhuetas diferentes – sobre que procedimento(s) usariam para alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal não houve significância na comparação entre CA e FO em nenhuma das 12 categorias apresentadas, sendo elas: “alimentação” com 2% dos CA e 5,5% dos FO; “alimentação e exercícios físicos” com 35,3% dos CA e 39,7% dos FO; “alimentação, cirurgia plástica e exercícios físicos” com 0% dos CA e 1,4% dos FO; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar” com 5,9% dos CA e 4,1% dos FO; “alimentação, exercícios físicos e conhecimento teórico” com 2% dos CA e 0,0% dos FO; “cirurgia plástica” com 7,8% dos CA e 5,5% dos FO; “cirurgia plástica e exercícios físicos” com 2% dos CA e 1,4% dos FO; “conhecimento teórico” com 2% dos CA e 0,0% dos FO; “consultar profissionais da saúde” com 2% dos CA e 2,7% dos FO; “consultar profissionais

da saúde e exercícios físicos” com 0,0% dos CA e 1,4% dos FO; “esforço pessoal” com 3,9% dos CA e 2,4% dos FO; e “exercícios físicos” com 29,4% dos CA e 32,9% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “alimentação”; “alimentação e exercícios físicos”; “alimentação, cirurgia plástica e exercícios físicos”; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar”; “alimentação, exercícios físicos e conhecimento teórico”; “cirurgia plástica”; “cirurgia plástica e exercícios físicos”; “conhecimento teórico”; “consultar profissionais da saúde”; “consultar profissionais da saúde e exercícios físicos”; “esforço pessoal”; e “exercícios físicos” –, respectivamente:

“Apenas dietas” (146FOPU).

“Alimentação e atividade física” (69FOPR).

“Estou me sentindo bem, mas mudaria, com procedimento cirúrgico ‘prótese de silicone’, mantendo com malhação e alimentação ‘regulada’” (78FOPR).

“Para manter o corpo que tenho gostaria de continuar na minha dieta atual, no ritmo e frequência de atividades físicas que venho realizando e buscando uma rotina de sono um pouco melhor” (07CAPR).

“Para mudar eu buscaria conhecimento na área, e adotaria uma rotina de treino e dieta própria para meu objetivo” (54CAPU).

“Talvez silicone no peito” (68FOPR).

“A princípio, silicone nos seios, e para o restante do corpo, apenas a prática de exercícios físicos intensificados, resolveria” (42CAPU).

“Utilizaria os procedimentos já estudados” (32CAPR).

“Procuraria [por] processos saudáveis prescritos por profissionais da área da saúde” (28CAPR).

“Primeiramente acompanhamento com nutricionista e exercícios físicos regulares de cardio e musculação” (102FOPR).

“Continuaria me esforçando para alcançar meu objetivo final” (13CAPR).

“Me sinto bem com meu corpo, faria um pouco mais de exercícios físicos para mudá-lo” (134FOPU).

Com quase todos os participantes da pesquisa marcando silhuetas diferentes entre o que pensam ser o padrão de estética corporal e sua própria silhueta, nos enuncia uma provável insatisfação com a imagem corporal, por entenderem que seu corpo não se encontra dentro do padrão que pensam ser o ideal. Como apontam Baptista e Zanolla (2016), a imagem corporal dos sujeitos vem sofrendo determinações sociais, principalmente pela indústria cultural, gerando uma insatisfação com as características do próprio corpo.

Ao questionarmos esses participantes da pesquisa que marcaram silhuetas diferentes sobre o que fariam para alcançarem o modelo de corpo que pensam ser o ideal, para a maioria dos CA, pensam serem pelos exercícios físicos, mas essa mesma proporção de CA deixou de responder essa pergunta, o que demonstra, até então, não terem o pensamento formado quanto as possíveis práticas capazes de contribuírem para se alcançar o modelo que pensam ser o ideal de corpo. Em relação aos CA entenderem serem os exercícios físicos para

se alcançar o que pensam ser o corpo ideal, se justifica na escolha do próprio curso, pois como indicam Laus, Moreira e Costa (2009), pressupomos que muitos graduandos de educação física enxergam nos exercícios físicos a mudança do próprio corpo, assim como, muitos graduandos de nutrição veem nas dietas a possibilidade de mudança do próprio corpo. Em contrapartida, a maioria dos FO expressam que para se alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal, em primeiro, decorrerá pelos exercícios físicos somados a alimentação – o que deve ser atribuído ao aumento do conhecimento na área com o decorrer da graduação –, em segundo, pela satisfação pessoal de se conseguir alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal, ou seja, a busca pela satisfação com sua imagem corporal. Da mesma forma, quando questionados sobre o que os levariam a alcançar o modelo de corpo ideal, a maioria dos CA e FO responderam ser, em primeiro, pela satisfação pessoal, em segundo, pela saúde, relacionando-se com o pensamento de Baptista (2013) ao dizer que a indústria cultural propaga a imagem de corpo belo vinculado a imagem de corpo saudável.

No tocante ao questionamento sobre que procedimento(s) usariam para alcançar o modelo de corpo que pensam ser o ideal, a maioria dos CA e FO responderam ser, em primeiro, por meio da alimentação e exercícios físicos, em segundo, somente por exercícios físicos, ambos em acordo com o pensamento positivista das ciências biológicas e discutido no capítulo anterior em referência aos estudos dos professores Soares (2004) e Ventura (2010), contudo, mesmo que minoria, 11 (7,3%) dos 150 participantes, para sermos mais exatos, recorreriam as cirurgias plásticas, o que verifica, segundo Gracindo (2015), o poder influenciador sob os sujeitos desse mercado bilionário de cirurgias plásticas com apoio da indústria cultural e das ciências burguesas.

Dando continuidade à pesquisa, na Tabela 4 são apresentados os resultados dos participantes que marcaram as mesmas silhuetas no Teste de Silhueta. Quando perguntado sobre qual a silhueta representa o seu padrão de estética corporal para ambos os sexos e qual a silhueta – devendo marcar unicamente a silhueta do seu sexo biológico – que representa a sua imagem corporal, as silhuetas marcadas foram a mesma ou de mesmo número. Neste sentido, somente para esses que marcaram as mesmas silhuetas, foi questionado: por que marcou as mesmas silhuetas; o que te faz estar se sentido assim; e que procedimento(s) adotaria para manter esse corpo.

Tabela 4. Descrição dos graduandos calouros e formandos que marcaram a mesma silhueta.

	Período		Total	p*
	Calouro	Formando		
Silhueta Diferente				
Não	12 (19,0)	14 (16,1)	26 (17,3)	0,63
Sim	51 (81,0)	73 (83,9)	124 (82,7)	
Explique por que marcou o mesmo n°				
Por Estar no Modelo Ideal de Corpo	6 (50,0)	7 (50,0)	13 (50,0)	0,85
Por Não Existir Modelo Ideal de Corpo	2 (16,7)	4 (28,6)	6 (23,1)	
Satisfação Pessoal	1 (8,3)	1 (7,1)	2 (7,7)	
Não Informado	3 (25,0)	2 (14,3)	5 (19,2)	
O que te faz estar se sentindo assim				
Boa Aptidão Física	5 (41,7)	2 (14,3)	7 (26,9)	0,12
Não Dar Importância para Modelo Ideal de Corpo	2 (16,7)	1 (7,1)	3 (11,5)	
Não Informado	1 (8,3)	0 (0,0)	1 (3,8)	
Satisfação Pessoal	4 (33,3)	11 (78,6)	15 (57,7)	
Que procedimento(s) adotaria para manter esse corpo				
Alimentação	2 (16,7)	0 (0,0)	2 (7,7)	0,49
Alimentação e Bem-estar	1 (8,3)	1 (7,1)	2 (7,7)	
Alimentação e Exercícios Físicos	4 (33,3)	6 (42,9)	10 (38,5)	
Alimentação, Exercícios Físicos e Bem-estar	0 (0,0)	1 (7,1)	1 (3,8)	
Cirurgia Plástica	1 (8,3)	0 (0,0)	1 (3,8)	
Exercícios Físicos	4 (33,3)	5 (35,7)	9 (34,6)	
Não Informado	0 (0,0)	1 (7,1)	1 (3,8)	

*Qui-quadrado.

Do total de 150 participantes, 26 (17,3%) participantes marcaram as mesmas silhuetas entre o que pensam ser o padrão de estética corporal e a percepção de sua imagem corporal. A comparação entre CA e FO não apresentou um nível de significância, com 19% dos CA e 16,1% dos FO marcando as mesmas silhuetas e entre CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares.

A categorização das respostas dos 26 (17,3%) participantes desta pesquisa – que marcaram as mesmas silhuetas – sobre por que marcaram a mesma silhueta não houve um nível de significância na comparação entre CA e FO e apresentou três categorias diferentes, sendo elas: “por estar no modelo ideal de corpo” com 50% dos CA e 50% dos FO; “por não existir modelo ideal de corpo” com 16,7% dos CA e 28,6% dos FO; e “satisfação pessoal” com 8,3% dos CA e 7,1% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Muitos participantes que não responderam chamam à atenção, comparando entre CA da PR e CA da PU, temos 37,5% para CA da PR e 0,0% para CA da PU, como também, entre os FO da PR e FO da PU, temos 16,7% para FO da PR e 0,0% para FO da PU. Vejamos um exemplo de cada categoria – “por estar no modelo ideal de corpo”; “por não existir modelo ideal de corpo”; e “satisfação pessoal” –, respectivamente:

“Estou contente com meu corpo. Para a vida que eu levo ele me proporciona tudo que eu preciso. Estou com saúde e me considero dentro dos padrões” (100FOPR).

“A gente tem que se sentir bem com a gente mesmo e não fazer coisas para alcançar modelos ‘ideais’, pois não tem” (01CAPR).

“Não pretendo realizar mudanças no meu corpo, estou satisfeito com ele” (35CAPR).

A categorização das respostas dos 26 (17,3%) participantes desta pesquisa – que marcaram as mesmas silhuetas – sobre o que te fazem estarem se sentido assim não houve um nível de significância na comparação entre CA e FO e apresentou três categorias diferentes, sendo elas: “boa aptidão física” com 41,7% dos CA e 14,3% dos FO; “não dar importância para modelo ideal de corpo” com 16,7% dos CA e 7,1% dos FO; e “satisfação pessoal” com 33,3% dos CA e 78,6% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “boa aptidão física”; “não dar importância para modelo ideal de corpo”; e “satisfação pessoal” –, respectivamente:

“Me sinto saudável, versátil, com vigor, bom desempenho sexual, boa aptidão física, forte, bonito e atraente” (04CAPR).

“Me sentindo bem comigo mesmo, eu não ligo para o ‘corpo perfeito’ e não deixo de comer coisas que eu gosto porque tem um padrão” (01CAPR).

“Opiniões alheias me fazem sentir bem, elogios etc., porém me olho no espelho e me orgulho” (111CAPR).

A categorização das respostas dos 26 (17,3%) participantes desta pesquisa – que marcaram as mesmas silhuetas – sobre que procedimento(s) adotariam para manter esse corpo não houve um nível de significância na comparação entre CA e FO e apresentou seis categorias diferentes, sendo elas: “alimentação” com 16,7% dos CA e 0,0% dos FO; “alimentação e bem-estar” com 8,3% dos CA e 7,1% dos FO; “alimentação e exercícios físicos” com 33,3% dos CA e 42,9% dos FO; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar” com 0,0% dos CA e 7,1% dos FO; “cirurgia plástica” com 8,3% dos CA e 0,0% dos FO; e “exercícios físicos” com 33,3% dos CA e 35,7% dos FO. Comparando CA da PR e CA da PU, como também, FO da PR e FO da PU, as frequências relativas são similares. Vejamos um exemplo de cada categoria – “alimentação”; “alimentação e bem-estar”; “alimentação e exercícios físicos”; “alimentação, exercícios físicos e bem-estar”; “cirurgia plástica”; e “exercícios físicos” –, respectivamente:

“Reeducação alimentar” (35CAPR).

“Manteria uma alimentação saudável, sem uma dieta restritiva, cuidando da forma e do meu bem-estar” (01CAPR).

“Melhorando apenas meu treino e alimentação” (75FOPR).

“Exercícios, dieta e descanso” (100FOPR).

“Eu faria cirurgia plástica” (22CAPR).

“No caso, estou sentindo bem com meu corpo e faço atividade física (academia, corrida de rua) para manter a estrutura física e corporal. Apenas com isto já está surtindo efeito, pois meu objetivo maior é a saúde” (150FOPU).

Com um menor percentual de participantes da pesquisa marcando as mesmas silhuetas entre o que pensam ser o padrão de estética corporal e sua própria silhueta, nos permite identificar que são poucos os bacharéis em educação física que estão satisfeitos com sua imagem corporal, a partir do Teste de Silhueta. Tal subjetividade para a maioria dos participantes que marcaram as mesmas silhuetas está relacionada com a percepção de que se encontram no modelo que pensam ser o ideal de corpo, isto é, que conseguiram alcançar o padrão de corpo desejado e por um percentual menor no qual não acreditam existir um modelo ideal de corpo, portanto, também marcando as mesmas silhuetas.

Ao responderem por que estão se sentindo assim – de marcarem as mesmas silhuetas –, a maioria dos CA justificaram no fato de se encontrarem com uma boa aptidão física, enquanto, a maioria absoluta dos FO por estarem satisfeitos com seu próprio corpo, o que não descarta a possibilidade dessa satisfação também estar associada a uma boa aptidão física. Esta relação entre boa aptidão física, saúde e estética corporal é bastante difundida pelas ciências biológicas e, como dizem Baptista (2013) e Soares (2004), o desenvolvimento da aptidão física dos indivíduos foi planejada para se justificar as diferenças de classes dentro da ordem burguesa, através de um discurso de que pelo esforço pessoal é possível uma ascensão social, cabendo ao corpo do trabalhador a tarefa de se fortalecer para melhor servir a classe dominante, tendo os melhores uma ascensão social dentro de sua própria classe, mas claro, sem jamais superá-la.

Ainda que, estes participantes estejam se sentindo no padrão ideal de corpo, precisam continuar a se manter nesse padrão, caso contrário, da mesma maneira que podem ascender socialmente, se não mantiverem o contínuo esforço, o declínio é inevitável e nos assevera que tanto para alcançar quanto para manter, o caminho é idêntico. Desse modo, os procedimentos adotados em se manter o corpo no padrão ideal para os que marcaram as mesmas silhuetas – Tabela 4 – e os procedimentos adotados para os que buscam alcançar o modelo de corpo ideal – Tabela 3 – coincidem, em primeiro, por meio de alimentação e exercícios físicos, em segundo, somente por exercícios físicos, tendo em alguns casos citados

o procedimento de cirurgia plástica, no qual todos esses procedimentos encontram-se em acordo com o pensamento positivista das ciências biológicas.

Por último, apresentamos a Tabela 5 referindo-se ao Teste de Silhueta realizado pelos participantes, por meio da comparação média do padrão que pensam ser o ideal de estética corporal e de sua própria silhueta.

Tabela 5. Resultado da comparação do padrão de silhueta e da própria silhueta entre os graduandos calouros e formandos.

	Período (Média ± DP)			p*
	Calouro	Formando	Total	
Padrão de Silhueta				
Masculina	11,11 ± 2,21	10,31 ± 2,90	10,64 ± 2,66	0,21
Feminina	9,05 ± 2,32	9,33 ± 2,49	9,21 ± 2,41	0,53
Sua Silhueta				
Masculina	9,07 ± 3,37	9,17 ± 3,03	9,13 ± 3,16	0,96
Feminina	6,86 ± 1,85	7,86 ± 2,82	7,44 ± 2,49	0,21

*Teste de Mann-Whitney.

Com bastante similaridade e sem apresentar significância na comparação das médias entre as silhuetas marcadas pelos CA e as silhuetas marcadas pelos FO, a silhueta que melhor representa o padrão de estética corporal que os graduandos do bacharelado em educação física pensam ser o ideal para o sexo masculino é a de número “10” ($\pm 2,66$) e para o sexo feminino é a de número “9” ($\pm 2,41$). Em contrapartida, a silhueta que melhor representa seu próprio corpo, para os homens é a de número “9” ($\pm 3,16$) e para as mulheres é a de número “7” ($\pm 2,49$). Evidenciando que o padrão antropométrico idealizado pelos participantes desta pesquisa empírica é de um corpo com maior predominância de massa magra – musculoso(a) –, bem como, a silhueta que representa seu próprio corpo encontra-se perto do que pensam ser o padrão ideal de corpo, podendo ligar este fato ao fetichismo ocasionado pelo consumo de padrões impostos. Se relacionarmos com o pensamento de Agrícola e Baptista (2016) quando dizem que a indústria cultural frequentemente oferta novos padrões de corpo, afinal o mercado deve estar aquecido de novas mercadorias, a satisfação em alcançar o padrão de corpo tido como “ideal” dificilmente vai acontecer e, caso ocorra alguma satisfação, ela perdurará por pouco tempo devido a estratégia mercadológica do consumo jamais ter um fim, e sim, um novo começo, um novo padrão sempre a ser consumido.

Podemos perceber por esta pesquisa empírica com graduandos do bacharelado em educação física, que nossa tese *a priori* baseada no desenvolvimento teórico ao longo deste estudo se confirma mediante os resultados apresentados, no qual destacam-se: 1) a formação

do bacharelado em educação física tem preparado os futuros bacharéis para exercerem sua profissão em conformidade com as exigências impostas pelo capital; 2) em grande parte, isto é devido ao predomínio de conteúdos no curso voltados para as ciências biológicas, carente de conteúdos que fortalecem sua criticidade perante o modo de produção capitalista; 3) como a educação física tem seu eixo central na cultura corporal de movimento, pelo bacharelado em educação física tem prefigurado uma ausência de discussões a respeito do movimento como construção sócio-histórica do ser social, sendo difundido o melhoramento da aptidão física, do esforço pessoal para atender, tão somente, as exigências do trabalho alienado; 4) apresenta-se uma inexistência de uma discussão filosófica sobre a “estética” no curso de bacharelado em educação física, o que confirma seu caráter polissêmico de “estética corporal”, de uma estética entendida como mercadoria, no qual são difundidos padrões de corpo propagados como “belos” e a serem consumidos; 5) o Teste de Silhueta revelou haver uma insatisfação da imagem corporal para a grande maioria dos participantes desta pesquisa, o que pode levar ao surgimento de vários transtornos, dentre eles, anorexia, bulimia, obesidade, vigorexia e o alto risco de lesões; e 6) o curso de bacharelado em educação física, independente da esfera da universidade – privada ou pública – não tem contribuído com uma formação crítica, e quando comparado os calouros com os formandos, não se apresenta diferenças de pensamento em relação a corporalidade imposta pela ordem burguesa, mas apenas um amadurecimento teórico dos formandos em relação aos calouros no campo das ciências biológicas, portanto, de um pensamento acrítico e mantenedor do *status quo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Dizeis também que [nós comunistas] destruímos as relações mais íntimas ao substituímos a educação doméstica pela educação social. E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante.”

(MARX; ENGELS, 2010, p. 55)

A educação sob a influência da classe dominante tem como objetivo mor a formação de sujeitos aptos a servi-la em qualquer estágio do modo de produção vigente, de maneira a manter em ordem o funcionamento das engrenagens desse sistema pernicioso.

No transcorrer deste estudo tentamos justificar pela teoria marxiana as implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação, devido a grande influência do professor de educação física na relação com estes elementos. Assim, a formação em educação física deve oferecer conteúdos que possibilitem uma formação em sua totalidade, que contemple as mais variadas ciências, não somente as de cunho biológico, pois como exposto neste estudo, é preciso conhecer o corpo para além dos aspectos biológicos, porque até estes, sofrem influências das determinações sociais.

Por isso, começamos nossas discussões pela condição ontológica da constituição humana, que através do trabalho sobre a natureza, o humano se objetiva e subjetiva, permanentemente construindo sua consciência e a partir dela sua existência. Pelos processos sociais e históricos, o humano foi se constituindo como ser social ao se relacionar com a natureza e com outros humanos, evoluindo até chegar as condições atuais de produção e reprodução. Em síntese, a gênese humana inicia-se por um comunalismo primitivo com o sequente desenvolvimento da propriedade privada e da dominação do humano sobre a terra e para com outro humano, expandindo para o feudalismo, e dele, para o início do comércio, no

qual alteram-se as produções sociais por meio do processo de troca, originando o sistema capitalista.

Nesse sentido, o trabalho foi se alterando de acordo com as determinações provenientes da organização social de produção de cada período da história e, conseqüentemente, também foram ocorrendo transformações no corpo da consciência, bem como, na consciência do corpo. Com a evolução social, o corpo tem ficado vulnerável as destruições provocadas pelo capital ao metabolismo entre humano e natureza, visto que, é um caminho antinatural o estágio atual de produção e reprodução, pautado no excesso de consumo de mercadorias. Diante deste cenário, mostramos que pelo trabalho alienado, o corpo vem aceitando sem muita resistência essas transformações contrárias à sua ontologia.

Como o processo de alienação do trabalhador se dá pelo burguês se apropriando do produto exteriorizado por ele, que interessado no mais-valor passa a explorar sua mão-de-obra dando-lhe um valor social médio de produção pelo seu trabalho e concomitantemente o fragmentando, de forma a elevar sua produção e seu lucro. Essa coisificação do trabalhador, em que seu corpo apresenta valor, o corpo passa a ser tratado como uma mercadoria capaz de produzir outras mercadorias.

Para que o trabalhador se submeta a todos esses procedimentos sem protestar, sua educação vem sendo toda planejada pela classe dominante, de modo que, permaneça continuamente em um estágio anestesiado, cuja a consciência esteja invertida, reificada a tal ponto de não conseguir enxergar sua realidade e nem tão pouco de romper com a dominação imposta a si.

O capital constantemente cria inúmeras artimanhas para manter o corpo sob seu domínio, que sabedor de suas determinações biológicas, históricas e sociais, tem utilizado a educação física como recurso na preservação do modo de produção vigente, especialmente pela disseminação de padrões de corpo. Contudo, a educação física deve ter uma relação dialética entre corpo e movimento, em que pela cultura corporal, ela consiga compreender na totalidade os processos que envolvem o corpo, como também, contribua na superação das dominações as quais este corpo esteja submetido.

A padronização do corpo representa uma ferramenta de dominação e de produção de mercadoria, em que pela deturpação da essência filosófica da estética, acaba mercadorizando-a com o propósito de criar uma “estética corporal”, de padrões tidos como “belos”, onde os interesses estão dirigidos para a produção e o consumo de mercadorias. Daí a necessidade de que o professor de educação física tenha em sua formação estudos sobre a

filosofia do belo, pois, somente pelo real entendimento da estética que se é possível negá-la como mercadoria.

Desse modo, se fez imprescindível que este estudo dedicasse um capítulo para a filosofia do belo, dialogando com as reflexões de grandes filósofos da modernidade e que se doaram ao longo de suas vidas ao estudo da estética. Seguimos um caminho teórico cronológico a partir dos primeiros estudos sistematizados sobre a estética, iniciando com Kant, indo em Hegel, com ambos influenciando Adorno e Lukács, no qual tentamos expor a maturidade, as contradições e o desenvolvimento das particularidades do pensamento de cada um desses filósofos a favor da filosofia do belo, a do verdadeiro julgo estético.

Com os diálogos realizados sobre o corpo como mercadoria e da estética como filosofia do belo, demos início as discussões a respeito do papel da educação física ao longo de sua história e qual realmente deve ser a lúdica atuação do professor de educação física. Com a mercantilização das relações sociais, a educação física vem se materializando como instrumento de naturalização das classes sociais através de uma educação voltada para a manutenção da ordem burguesa ao preparar o corpo para servir sem recusar.

Somado a esta realidade, tem-se o apoio da indústria cultural disseminando padrões de corpo a fim de atender as demandas do modo de produção, tendo hoje o professor de educação física como um de seus aliados nessa encarvoada missão de dominação do corpo. Isto posto, a “estética” ao se transformar em mercadoria adquire um caráter polissêmico de “estética corporal” e estabelece uma massificação de padrões a serem consumidos.

São inúmeros os riscos à saúde para aqueles que buscam por esses padrões de estética corporal. Neste estudo citamos as restrições alimentares, o uso de esteroides anabolizantes, o excesso de suplementação, exercitar-se compulsivamente e até se submeter a cirurgias plásticas desnecessárias. Todos esses perigos a que o sujeito se submete, tem por finalidade o de alcançar os padrões ideais de corpo, mas essa busca acaba o conduzindo ao desenvolvimento de distúrbios de imagem corporal. E apresentar uma autoavaliação negativa do próprio corpo pode desencadear vários transtornos, tais como, anorexia, bulimia, obesidade, vigorexia e o alto risco de lesões.

Por mais incrível que possa parecer diante dos mais variados problemas de saúde que a busca pela estética corporal seja capaz de provocar, a indústria cultural propaga sem pudores, muitas das vezes apoiada na ciência burguesa, de que alcançar um padrão estético também se conquista saúde, porquanto, um corpo tido como “belo” igualmente é tido como “saudável”, conforme abordado, não se passa de uma falácia a favor do consumo e da alienação.

Através da pesquisa empírica que compõe este estudo com graduandos do bacharelado em educação física, fomos capazes de verificar toda esta discussão sobre a importância de uma formação crítica às determinações sociais, para que esses futuros professores de educação física estejam capacitados a romperem com as exigências do capital e se preocupem de fato com as práticas corporais livres de qualquer dominação, de movimentos autônomos, que tenham como resultado final o apoio à emancipação do ser social. Infelizmente esta pesquisa nos demonstrou o contrário, no qual seus resultados indicam uma formação focada em atender às demandas do capital, com conteúdos predominantemente biológicos e desconsiderando ontologicamente a essência do ser social e, ainda, com a grande maioria dos graduandos manifestando uma insatisfação da imagem corporal, o que pode além de comprometer sua saúde, igualmente comprometer a saúde de seus futuros alunos, devido à forte influência que terão sobre eles após formados.

A educação diante desta triste perspectiva se torna a única solução de emancipação, que ao ser crítica às ideias dominantes e pensada pela tendência ontológica, poderá gerar reflexões qualificadas que resistam ao pensamento hegemônico e coadjuvem para uma nova ordem social. Mesmo que a internalização dos sujeitos esteja hoje a favor da manutenção do sistema, pela contra-internalização, podemos conscientizá-los da crise estrutural que o sociometabolismo do capital está provocando, tal como, da primordialidade de uma urgente transformação social que conduza o ser social a um período mais grandioso, o do comunismo.

Pensar esta forma de educação para a educação física, primeiro se faz preciso que os órgãos responsáveis pela educação superior no Brasil revejam o currículo do curso e coadunem a favor de uma formação ampliada de professores de educação física, escaqueirando com essa fragmentação em licenciatura plena e bacharelado. Seja com crianças pelo matutino na escola, com adultos pelo vespertino na academia de ginástica e com idosos pelo noturno no parque público, dentre tantas outras possíveis perspectivas, o professor é o mesmo agente, um profissional preocupado em contribuir em qualquer espaço de atuação com o desenvolvimento do humano na sua totalidade, não apenas com o biológico, como também, com o cognitivo e afetivo, de modo que permita ao sujeito apreender, interpretar, compreender e romper com as dominações aderindo à luta de classes. Em segundo, essa formação ampliada não mudará nada se ela se ampliar pela formação acrítica e biologizada, pelo contrário, a ampliação deve também contemplar uma educação crítica, priorizando essencialmente a filosofia e as teorias pedagógicas como eixo norteador dessa formação, que em essência precisa estar preocupada com a revolução social.

Cabe a educação o ofício de proporcionar um novo modo de produção e reprodução do ser social, baseado em um comunismo humanizado e de nível global. Para tanto, este estudo não teria outra forma de finalizar que não seja bradando:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!²⁷

²⁷ Marx e Engels (2010, p. 69).

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGRICOLA, Nestor Persio Alvim; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. A estética como tema da educação física escolar. In: ASSIS, Renata Machado; GONÇALVES, Vivianne Oliveira. **Educação física e educação: práticas, saberes e discursos**. Curitiba: CRV, 2016. p. 95–116.
- ALVARENGA, Marle dos Santos et al. Insatisfação com a imagem corporal em universitárias brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 1, p. 44–51, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2011/04/Insatisfação.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ANTUNES, Caio. **Trabalho, alienação e emancipação: a educação em Mészáros**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- ANTUNES, Caio. **A escola do trabalho: formação humana em Marx**. Campinas: Papel Social, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide et al. Perfis motivacionais de corredores de rua com diferentes tempos de prática. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 1, p. 65–73, 2015. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S010132891500013X>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **Procurando o lado escuro da lua: implicações sociais da prática de atividades corporais realizadas por adultos em academias de ginástica de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.
- BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **A educação do corpo na sociedade do capital**. Curitiba: Appris, 2013.
- BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; ZANOLLA, Sílvia Rosa da Silva. Corpo, estética e ideologia: um diálogo com a ideia de beleza natural. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 22, n. 3, p. 999–1010, 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/61861>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

BEASLEY, Timothy Mark; SCHUMACKER, E. Randall. Multiple regression approach to analyzing contingency tables: post hoc and planned comparison procedures. **The Journal of Experimental Education**, v. 64, n. 1, p. 79–93, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20152474?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, Judith. Introdução. In: LUKÁCS, György. **A alma e as formas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAMPANA, Angela Nogueira Neves Betanho; TAVARES, Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes; GARCIA JÚNIOR, Celso. Preocupação e insatisfação com o corpo, checagem e evitação corporal em pessoas com transtornos alimentares. **Paidéia**, v. 22, n. 53, p. 375–381, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n53/09.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CAMPIÃO, Welkya; LEITE, Luísa Helena Maia; VAZ, Eliane Moreira. Autopercepção da imagem corporal entre indivíduos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV). **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 25, n. 3, p. 1–5, 2009. Disponível em: <<http://www.braspen.com.br/home/wp-content/uploads/2016/12/01-Autopercepção-da-imagem-corporal-entre-indivíduos-portadores-do-HIV.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CASH, Thomas F.; FLEMING, Emily C. The impact of body image experiences: development of the body image quality of life inventory. **International Journal of Eating Disorders**, v. 31, n. 4, p. 455–460, 2002. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11948650>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CASH, Thomas F.; SMOLAK, Linda. Understanding body image: historical and contemporary perspectives. In: CASH, Thomas F.; SMOLAK, Linda. **Body image: a handbook of science, practice, and prevention**. New York: Guilford Publications, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-convite-a-filosofia-marilena-chauí-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. **O que é corpo (latria)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COHN, Gabriel. Introdução. In: ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

CONFED, Conselho Federal de Educação Física. **Resolução nº 49/2002: Dispõe sobre o símbolo, a cor e o anel de grau da Profissão de Educação Física**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/confef/resolucoes/res-pdf/87.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

COSTA, Telma Aparecida et al. Suplementação com bebida artesanal que contém carboidrato em atletas da ginástica rítmica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 2, p. 115–122, 2017. Disponível em:

<<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0101328916000366>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

COTANDA, Fernando Coutinho. A polissemia dos conceitos e suas implicações para a sociologia: os usos do termo “sistema”. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 128, p. 829–842, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000300829&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DAMASCENO, Vinicius Oliveira et al. Relationship between anthropometric variables and body image dissatisfaction among fitness center users. **Revista de Psicologia del Deporte**, v. 20, n. 2, p. 367–382, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236019941_Relationship_between_anthropometric_variables_and_body_image_dissatisfaction_among_fitness_center_users>. Acesso em: 21 fev. 2019.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 299–308, 2000.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de et al. O padrão de beleza corporal sobre o corpo feminino mediante o IMC. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 3, p. 389–404, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16775/18488>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168–194, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100014&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FURLANI, Eduardo Antonio Torres; SABOIA, Diego Bomfim. Rejuvenescimento facial com lipoenxertia: sistematização e estudo de 151 casos consecutivos. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 33, n. 4, p. 439–445, 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/acfel/Downloads/v33n4a02.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GAMA, Augusto Cesar Vilela; SANTOS, Neilon Carlos. Utilização das diversas abordagens na educação física escolar. **Revista Gestão Universitária**, v. 10, p. 1–12, 2018. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/461/original/UTLIZACAO_DAS_DIVERSAS_ABORDAGENS_NA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR_2018.pdf?1535508025>. Acesso em: 5 set. 2018.

GELÉZEAU, Valérie. The body, cosmetics and aesthetics in South Korea: The emergence of a field of research. **HAL**, 2015. Disponível em: <<http://crc.ehess.fr/index.php?170>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia**

política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRACINDO, Giselle Crosara Lettieri. A moralidade das intervenções cirúrgicas com fins estéticos de acordo com a bioética principialista. **Revista Bioética**, v. 23, n. 3, p. 524–534, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v23n3/1983-8034-bioet-23-3-0524.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. **Dicionário de filosofia.** 2018. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/página-inicial>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito: parte I.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito: parte II.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Curso de estética: o belo na arte.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Modernidade e totalidade – em defesa de uma categoria ontológica.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001.

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer.** Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

HÚNGARO, Edson Marcelo; PATRIARCA, Amanda Corrêa; GAMBOA, Sílvio Sanchez. A decadência ideológica e a produção científica na educação física. **Revista Pedagógica**, v. 19, n. 40, p. 43–67, 2017. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3741>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. **Textos selecionados.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KONDER, Leandro. **Os marxistas e a arte.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LAUS, Maria Fernanda; MOREIRA, Rita de Cássia Margarido; COSTA, Telma Maria Braga.

Diferenças na percepção da imagem corporal, no comportamento alimentar e no estado nutricional de universitárias das áreas de saúde e humanas. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 31, n. 3, p. 192–196, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082009000300009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LIZ, Carla Maria de; ANDRADE, Alexandro. Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 3, p. 267–274, 2016. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0101328915001237>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista: sôbre a particularidade como categoria da estética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpão, 1974.

LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAIOR, Alex Souto. **Fisiologia dos exercícios resistidos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2013.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia de direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. a.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas: volume III**. Lisboa: Avante, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. b.

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOGENDORFF, Janine Regina. A Escola de Frankfurt e seu legado. **Verso e Reverso**, v. 26, n. 63, p. 152–159, 2012.

MORAES, Danielle Batista de. **Lazer e Estética: as possibilidades de Lukács para o debate da Educação Física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos [1881-1883]**. São Paulo: Boitempo, 2018.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NILSON, Gabriela. **Imagem corporal em alunos do curso de bacharelado da ESEF/UFPEL**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Escola Superior de Educação Física, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011.

OLIVEIRA, Aldair J. et al. Aspectos motivacionais de praticantes de judô do sexo masculino. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 2, p. 156–162, 2018. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0101328917300276>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, v. 18, n. 4, p. 155–174, 2012.

OLIVEIRA, Leticia Langlois; HUTZ, Cláudio Simon. Transtornos alimentares: o papel dos aspectos culturais no mundo contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 3, p. 575–582, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n3/v15n3a15.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

PASCAL, Georges. **Compreender Kant**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PATRIOTA, Rainer. A alma, as formas e um destino: sobre Georg Lukács. In: LUKÁCS, György. **A alma e as formas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Moacir; CAMPOS JUNIOR, Wilson; SILVEIRA, Fabiano Vanroo. Percepção e distorção da auto imagem corporal em praticantes de exercício físico: a importância do exercício físico na imagem corporal. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 7, n. 42, p. 345–352, 2013. Disponível em: <<http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/download/410/394>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Por um pensar sociológico sobre a deficiência**. Curitiba: Appris, 2015.

PIZANI, Juliana et al. (Des) motivação na educação física escolar: uma análise a partir da teoria da autodeterminação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 3, p. 259–266, 2016. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0101328915001286>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA, 1983. Disponível em: <www.livrebooks.com.br/livros/exercicios-fisicos-na-historia-e-na-arte-jayr-jordao-ramos-llhkybonric/baixar-ebook>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v. 3, n. 2, p. 11–36, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4589/4400>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422–433, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/02.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SCHAEFER, Sérgio. **A teoria estética em Adorno**. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, Claudia Lopes da. **Concepção histórico-cultural do cérebro na obra de Vigotski**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SPADONI-PACHECO, Lenise Maria; CARVALHO, Gustavo Azevedo. Qualidade de vida e autoestima em idosas submetidas e não submetidas à cirurgia estética. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 33, n. 4, p. 528–535, 2018. Disponível em: <<http://www.rbcp.org.br/details/2218/pt-BR>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-iniciacao-a-estetica-ariano-suassuna-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

TONI C. **Um bom lugar: biografia oficial de Mauro Mateus dos Santos**. São Paulo: LiteraRUA, 2013.

TUBINO, Manoel. **O que é esporte**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TUBINO, Manoel. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação.** Maringá: Eduem, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/130/livrotubino.pdf?sequence=5&locale-attribute=es>>. Acesso em: 7 fev. 2019.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. A significação da Fenomenologia do Espírito. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito: parte I.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

VENTURA, Paulo Roberto Veloso. **A educação física e sua constituição histórica: desvelando ocultamentos.** Tese (Doutorado em Educação), Goiânia: Pontifícia Universidade Católica, 2010.

VIANA, Nildo. **A mercantilização das relações sociais.** Rio de Janeiro: Ar Ed, 2016.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação”. Meu nome é *Augusto Cesar Vilela Gama*, sou o pesquisador responsável e atuo na área da educação física. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma via é sua e a outra via pertence a este pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por este pesquisador responsável, via o e-mail *efpesquisador@outlook.com* e sob forma de ligação/mensagem, inclusive a cobrar, através dos seguintes contatos telefônicos: (62) 98303-9467 / (62) 3928-1159. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás (UFG), pelo telefone (62) 3521-1215.

O estudo de título “Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação” surgiu a partir do interesse nas discussões no âmbito da graduação em educação física no que se refere ao corpo e à estética. Pensar o corpo e a estética é de grande relevância na atualidade, inclusive na graduação em educação física, visto como local para formação humana e profissional do professor de educação física. Nesta direção, levantamos então nossa pergunta de pesquisa: Como os acadêmicos de bacharelado em educação física pensam a estética corporal?

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. O instrumento adotado é o questionário, e o mesmo obedece aos critérios éticos. Não oferecendo riscos à sua dignidade, bem como, a sua integridade física, moral, intelectual ou emocional, apesar de haver o risco de constrangimento ou desconforto emocional, físico ou intelectual. Mediante isto, existe um risco mínimo e, caso sinta-se constrangido física e/ou emocionalmente com alguma questão, terá todo direito de não responder. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade e/ou prejuízo. **Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais.** Somente este pesquisador terá acesso aos dados coletados. Você poderá autorizar a divulgação de suas respostas em anonimato, caso o uso seja necessário, no ato da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está em campo especificado. Caso

haja danos decorrentes dos riscos previstos, este pesquisador assumirá a responsabilidade legal pelos mesmos, tendo o participante direito a pleitear reparação a danos imediatos ou futuros.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício e/ou gastos financeiros. Os resultados obtidos, também, não lhe oferecerão nenhum ganho direto, entretanto esperamos que esta pesquisa traga informações importantes sobre as contribuições em estudos sobre corpo e estética, com enfoque na educação e cultura, de forma que o conhecimento a ser construído, a partir desta pesquisa, possa se tornar um suporte teórico metodológico para o desenvolvimento e compreensão de suas relações complexas. Ressaltamos que sua participação é de suma importância para alcançarmos os objetivos previamente estabelecidos. O material físico será guardado pelo pesquisador responsável por um período mínimo de cinco anos e depois será reciclado.

Os resultados obtidos, decorrente do estudo, se tornarão públicos, em forma de dissertação/tese via portal do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE-UFG) e em forma de Artigos, Seminários, Minicursos, Palestras, Congressos e Eventos Científicos, Livros e outros materiais, sem que haja a identificação dos participantes.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu,,
inscrito(a) sob CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável *Augusto Cesar Vilela Gama* sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação na pesquisa acima descrita.

Goiânia-GO, dede 2018.

permito a divulgação da minha identidade nos resultados publicados da pesquisa.

não permito a publicação da minha identidade nos resultados publicados da pesquisa.

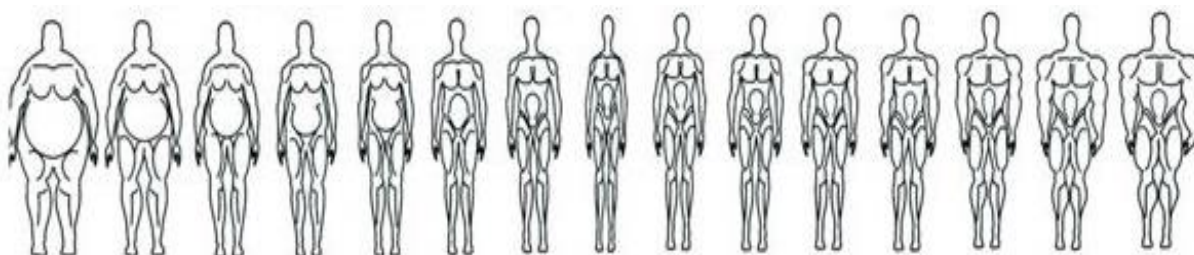
Assinatura por extenso do(a) participante

Augusto Cesar Vilela Gama
Pesquisador Responsável

5. Como pretende lidar com a “estética corporal” atuando na área da educação física após formado?

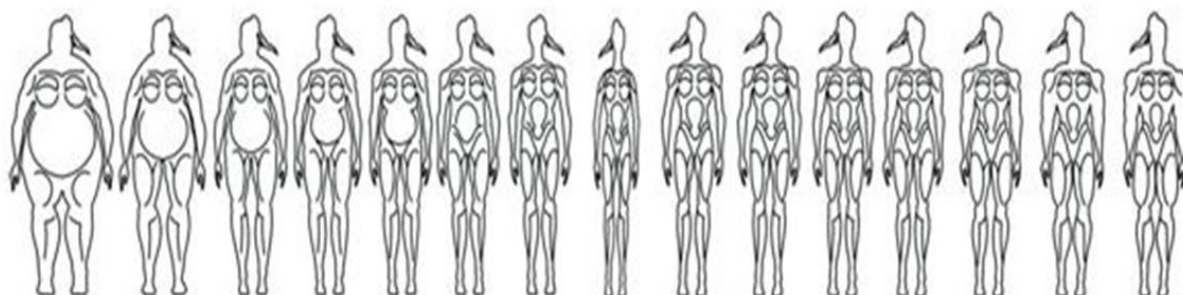
6. Baseado no seu entendimento de padrão de “estética corporal”, escolha apenas uma figura abaixo de cada sexo para representar esse padrão. Circule o número da figura que você entende como a ideal em cada sexo.

Homens:



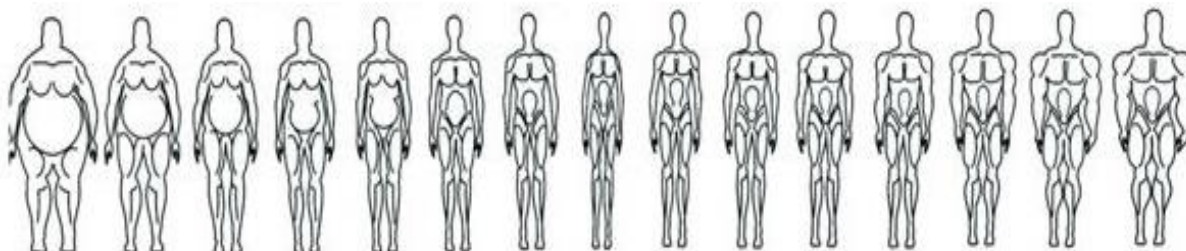
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

Mulheres:

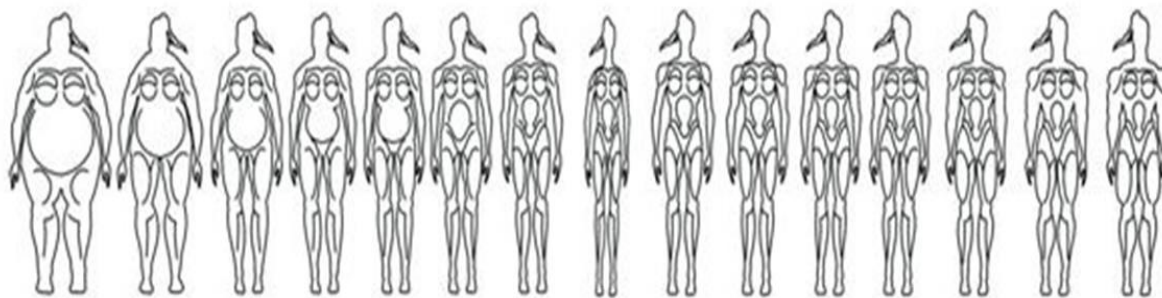


1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

7. Qual dos modelos abaixo, você considera como sendo o mais próximo do seu tipo de corpo neste momento? Circule o número da figura referente ao seu sexo.

Homens:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

Mulheres:

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

8. Caso você tenha marcado figuras diferentes para o seu sexo nas perguntas anteriores (6 e 7), explique se você faria alguma coisa para alcançar o modelo que você considera ideal. Se você marcou o mesmo número, explique.

9. Se a resposta anterior (8) foi **sim** - *se você faria alguma coisa para alcançar o modelo que você considera ideal* -, qual o motivo te levaria a realizar esta mudança? Se foi **não** ou **se você marcou o mesmo número**, o que te faz estar se sentindo assim em relação ao seu corpo?
10. Caso você fosse mudar o seu corpo, que tipo de procedimento você usaria para realizar esta mudança? Ou se está se sentindo bem com ele, que tipo de procedimento você adotaria para manter este tipo de corpo?
11. De onde você busca referências para considerar esse padrão ideal de “estética corporal”? Caso não tenha um padrão a considerar, justifique.

Obrigado por colaborar com a ciência brasileira!

PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PERÍODO DO MESTRADO²⁸

1. PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS

1.1 Publicado

GAMA, A. C. V.; SANTOS, N. C. Utilização das diversas abordagens na educação física escolar. **Gestão Universitária**, v. 10, p. 1-12, 2018.

1.2 Aguardando Aprovação

GAMA, A. C. V.; FIGUEIRA, C. D. S. Educação para emancipação: diálogos marxistas.

GAMA, A. C. V.; BAPTISTA, T. J. R. O tema “imagem corporal” nas publicações do Scientific Electronic Library Online – SciELO no ano de 2016.

2. PUBLICAÇÃO EM ANAIS

2.1 Texto Completo

QUEIROZ, R. P.; GAMA, A. C. V.; COSTA, M. A prática do ensino híbrido nos cursos tecnicistas das instituições públicas e privadas no Centro-Oeste e os seus impactos na sociedade. In: I Seminário de Educação a Distância, 2017, Goiânia. **A EAD na Região Centro-Oeste: Institucionalização, Limites e Potencialidades**. Goiânia: CIAR-UFG, 2017. v. 1. p. 287-298.

REDIN, C. A. R.; SILVA, J. G.; QUEIROZ, R. P.; CAMARGO, C. W.; GAMA, A. C. V. As tecnologias e suas diversas possibilidades no desenvolvimento da criatividade no ensino superior. In: III Seminário da Rede Internacional de Escolas Criativas (RIEC), 2017, Palmas. **Educação Transdisciplinar: Escolas Criativas e Transformadoras**. Palmas: UFT, 2017. p. 561-570.

²⁸ Endereço eletrônico para acesso ao Currículo Lattes é <http://lattes.cnpq.br/5978267199434260>.

GAMA, A. C. V.; SUANNO, J. H. Criatividade e ensino superior nas publicações do Scientific Electronic Library Online - SciELO. In: IV Seminário de Educação, Linguagem e Tecnologias, 2017, Anápolis. **Letramentos e Linguagens em Perspectivas Críticas**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2017. v. 4.

2.2 Resumo Expandido

GAMA, A. C. V.; BAPTISTA, T. J. R. Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação. In: XV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018, Goiânia. Pesquisa, Educação e (Des)Construção da Democracia. Goiânia: Faculdade de Educação, 2018. v. 1. p. 1-6

BAPTISTA, T. J. R.; VILARINHO NETO, S.; LIMA, M. M.; GAMA, A. C. V.; OLIVEIRA, C. L.; SOUZA, N. C. Análise das concepções de corpo nas comunicações orais no GTT Corpo e Cultura em 2009. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2017, Goiânia. **Democracia e Emancipação: Desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina**. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2017. p. 705-713.

GAMA, A. C. V.; BAPTISTA, T. J. R. A imagem corporal nas publicações do Scientific Electronic Library Online - Scielo em 2016. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2017, Goiânia. **Democracia e Emancipação: Desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina**. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2017. p. 759-763.

2.3 Resumo

GAMA, A. C. V.; LEHNEN, G. C.; SILVA, G. R. A. Indicadores antropométricos relacionados à composição corporal de acadêmicas do curso de educação física de uma instituição privada. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2017, Goiânia. **Democracia e Emancipação: Desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina**. Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2017. p. 361-362.

3. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

3.1 Com Apresentação de Trabalho

XV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. 2018.

I Seminário de Educação a Distância. 2017.

III Seminário da Rede Internacional de Escolas Criativas (RIEC). 2017.

IV Seminário de Educação, Linguagem e Tecnologias (SELT). 2017.

XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (ConBraCE)/VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2017.

3.2 Ouvinte

A Escola do Trabalho: Formação Humana em Marx. 2018.

II Jornada Acadêmica de Psicologia Social: Teoria Crítica, Violência e Resistência. 2018.

Seminário de Estudos Avançados sobre o Trabalho. 2018.

2º Colóquio do NEVIDA: Interfaces entre Museus, Educação, Patrimônio e Arte. 2017.

Debate: Reformas neoliberais, desmonte da democracia e violência. 2017.

Debate sobre a Conjuntura Brasileira e Condições de Trabalho. 2017.

Debate sobre a Conjuntura Internacional e os Movimentos Sociais. 2017.

II Colóquio Adoecimento, Racionalidade e Relações na Profissão Docente. 2017.

II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa Marxista. 2017.

II Seminário Perspectiva Marxista: Marxismo e Crítica Revolucionária. 2017.

I Seminário do Núcleo de Estudos Marxista: Sociedade, Subjetividade e Educação. 2017.

Simpósio: Enfrentando Violências de (no) Estado e Instituições. 2017.

XIV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. 2017.

4. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

4.1 Em 2019

Paulo Freire em Tempos de Fake News. (Carga horária: 20h) Instituto Paulo Freire, IPF, Brasil.

4.2 Em 2018

Extensão universitária em O Golpe de 2016: Desmonte da Democracia. (Carga horária: 3h) Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

Extensão universitária em Sociologia Clássica: A Atualidade dos Clássicos nas Ciências Sociais. (Carga horária: 4h) Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

Relações Internacionais. (Carga horária: 60h) Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil.

Retreinamento da Corrida por Feedback em Tempo Real. (Carga horária: 2h) Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil.

Revisão Sistemática. (Carga horária: 5h) Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil.

4.3 Em 2017

O Pensamento de Karl Marx. (Carga horária: 25h) Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, NUPAC, Brasil.

5. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Membro do **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde (COEESA)** da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na Linha de Pesquisa - O Corpo: Concepções, Estética e Relações Sociais, sob coordenação da Profa. Dra. Sissilia Vilarinho Neto e do Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista.

6. DISCIPLINAS CURSADAS

6.1 Em 2018

Teoria Social, Pós-Modernidade e Educação Física – ministrada pelo Prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UnB. (Ouvinte).

6.2 Em 2017

Corpo na Sociedade do Capital – ministrada pelo Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG.

Estética, Educação e Imagens da Arte – ministrada pela Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG.

Teoria Crítica, Cultura, Psicologia e Educação – ministrada pela Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG.

Práticas Culturais e Educação – ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Penna Corte Real no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação

Pesquisador: AUGUSTO CESAR VILELA GAMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86990418.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.641.660

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se que se trata de pesquisa de grande relevância para o campo da educação física, mas também para outras áreas para as quais o debate acerca da estética corporal se apresenta, e que ATENDE às determinações legais no que tange aos critérios éticos exigidos para pesquisa com seres humanos. Assim, a relatoria considera o projeto APROVADO, salvo melhor juízo do Colegiado do CEP.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 08 de Maio de 2018

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)



UNIVERSIDADE SALGADO DE
OLIVEIRA - UNIVERSO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Implicações sociais da formação profissional do bacharelado em educação física sobre a compreensão de corpo, estética e educação

Pesquisador: AUGUSTO CESAR VILELA GAMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86990418.0.3001.5289

Instituição Proponente: ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.698.879

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado ratifica o parecer do colegiado do CEP da instituição proponente.

Situação do Parecer:

Aprovado

NITEROI, 07 de Junho de 2018

Assinado por:
Regina Celi Lema
(Coordenador)

LETRAS

**Jesus Chorou
Racionais MC's**

O que é, o que é?
Clara e salgada,
Cabe em um olho e pesa uma tonelada
Tem sabor de mar,
Pode ser discreta
Inquilina da dor,
Morada predileta
Na calada ela vem,
Refém da vingança,
Irmã do desespero,
Rival da esperança
Pode ser causada por vermes e mundanas
E o espinho da flor,
Cruel que você ama
Amante do drama,
Vem pra minha cama,
Por querer, sem me perguntar me fez sofrer
E eu que me julguei forte,
E eu que me senti,
Serei um fraco quando outras delas vir
Se o barato é louco e o processo é lento,
No momento,
Deixa eu caminhar contra o vento
Do que adianta eu ser durão e o coração ser
vulnerável?
O vento não, ele é suave, mas é frio e implacável
(E quente) Borrou a letra triste do poeta
(Só) Correu no rosto pardo do profeta
Verme sai da reta,
A lágrima de um homem vai cair,
Esse é o seu BO pra eternidade
Diz que homem não chora,
Tá bom, falou,
Não vai pra grupo irmão aí,
Jesus chorou!
Porra, vagabundo óh,
Vou te falar, tô chapando,
Eita mundo bom de acabar
O que fazer quando a fortaleza tremeu
E quase tudo ao seu redor,
Melhor, se corrompeu,
"Epa, pera lá, muita calma, ladrão,
Cadê o espírito imortal do Capão?
Lave o rosto nas águas sagradas da pia,
Nada como um dia após o outro dia
Que, sou eu seu lado direito,
Tá abalado, por que veio?
Nego, é desse jeito!"
Durmo mal, sonho quase a noite inteira,
Acordo tenso, tonto e com olheira
Na mente, sensação de mágoa e rancor
Uma fita me abalou na noite anterior
Alô!

"Ae, dorme em doidão, mil fita acontecendo e cê
aí"
Que horas são?
"Meio dia e vinte ó,
A fita é o seguinte ó,
Não é esqueirando não ó,
Fita de mil grau
Ontem eu tava ali de CB, no pião,
Com um truta firmeção,
'Cê tem que conhecer
Se pam se liga ele vai saber de repente,
Ele fazia até um rap num passado recente"
Uhum
"Vai vendo a fita,
Cê não acredita,
Quando tem que se é Jão, (hã) pres'tenção
Vai vendo: parei pra fumar um de remédio,
Com uns muleque lá e pá, trafica nos prédios,
Um que chegou depois, pediu pra dar uns 2,
Logo, um patrício ó, novão e os carái,
Fumaça vai, fumaça vem ele chapou o coco,
Se abriu que nem uma flor, ficou louco,
Tava eu, mais dois truta e uma mina,
Num tempra prata, show filmado, ouvindo Guina,
Ih, o bico se atacou ó, falou uma pá do cê"
Tipo o quê?
"Esse Brown aí é cheio de querer ser
Deixa ele moscar e cantar na quebrada,
Vamo ver se é isso tudo quando ver as quadrada
Periferia nada, só pensa nele mesmo,
Montado no dinheiro e cês aí no veneno
E a cara dele, truta?
Cada um no seu corre,
Tudo pelas verde, uns mata, outros morrem
Eu mesmo, se eu catar, voa numa hora dessa,
Vou me destacar do outro lado de pressa,
Vou comprar uma house de boy depois alugo,
Vão me chamar de senhor não por vulgo
Mas pra ele só a zona sul que é a pá,
Diz que ele tira nós, nossa cara é cobrar,
O que ele quiser nós quer, vem que tem,
Porque eu não pago pau pra ninguém
E eu? Só registrei né, não era de lá,
Os mano tudo só ouviu, ninguém falou um A"
Quem tem boca fala o que quer pra ter nome,
Pra ganhar atenção das mulher e ou dos homens
Amo minha raça, luto pela cor,
O que quer que eu faça é por nós, por amor
Não entende o que eu sou, não entende o que eu
faço,
Não entende a dor e as lágrimas do palhaço
Mundo em decomposição por um triz,
Transforma um irmão meu num verme infeliz
E a minha mãe diz:
"Paulo acorda, pensa no futuro que isso é ilusão,
Os próprio preto não tá nem aí com isso não,
Olha o tanto que eu sofri, que eu sou, o que eu fui,

A inveja mata um, tem muita gente ruim"
 Pô, mãe, não fala assim que eu nem durmo,
 Meu amor pela senhora já não cabe em Saturno
 Dinheiro é bom, quero sim, se essa é a pergunta,
 Mas a dona Ana fez de mim um homem e não uma
 puta!
 Ei, você, seja lá quem for, pra semente eu não vim,
 Então, sem terror
 Inimigo invisível, Judas incolor
 Perseguido eu já nasci, demorou,
 Apenas por 30 moedas o irmão corrompeu,
 Atire a primeira pedra quem tem rastro meu
 Cadê meu sorriso? Onde tá? É, quem roubou?
 Humanidade é má, e até Jesus Chorou
 Lágrimas
 Lágrimas
 Jesus Chorou
 Vermelho e azul, "Hotel", pisca só no,
 Cinza escuro do céu
 Chuva cai lá fora e aumenta o ritmo,
 Sozinho eu sou agora o meu inimigo íntimo
 Lembranças más vem, pensamentos bons vai,
 Me ajude, sozinho penso merda pra caralho
 Gente que acredito, gosto e admiro,
 Brigava por justiça e paz levou tiro:
 Malcom X, Ghandi, Lennon, Marvin Gaye,
 Che Guevara, 2Pac, Bob Marley e
 O evangélico Martin Luther King
 Lembrei de um truta meu falar assim:
 "Não joga pérolas aos porcos irmão,
 Joga lavagem eles preferem assim,
 Cê tem de usar piolhagem!"
 Cristo que morreu por milhões,
 Mas só andou com apenas 12 e um fraquejou
 Periferia: Corpos vazios e sem ética,
 Lotam os pagode rumo à cadeira elétrica
 Eu sei, você sabe o que é frustração,
 Máquina de fazer vilão
 Eu penso mil fita, vou enlouquecer,
 E o piolho diz assim quando me vê:
 "Famoso pra caráio, durão, ih, truta,
 Faz seu mundo não, Jão, hã, a vida é curta
 Só modelo por aí dando boi,
 Põe elas pra chupar e manda andar depois
 Rasgar as madrugadas só de mil e cem,
 Se sou eu truta, não tem pra ninguém
 Zé Povinho é o Cão, tem esses defeitos,
 Quê? Cê tendo ou não cresce os zóio de qualquer
 jeito
 Cruzar se arreventa, de repente vai,
 De ponto quarenta, só querer 'tá no pente"
 Se só de pensar em matar já matou,
 Prefiro ouvir o pastor:
 "Filho meu, não inveje o homem violento e nem
 siga nenhum dos seus caminhos"
 Lágrimas
 Molham a medalha de um vencedor,
 Chora agora ri depois, aí, Jesus chorou
 Lágrimas

Canção Foi Tão Bom Sabotage

Canção foi tão bom, poder falar pro Dom
 Que aprendi com o Jão como obter mais alegria
 Cara, sempre informação, sangue puro e bom
 Pras drogas basta um simples não, o dom da
 opinião
 A vida é a sua cara, eu me dou bem no som
 Na raça, um espectro, quem sai do rojão
 É, tio, sem drama, face a face com o subúrbio
 O Mandarin, Sabote, o Maurin, o núcleo
 Registra e mete a cara, jamais a ideologia falha
 Ganha a quem produz um som de Jão pros tio, né
 Ganja?
 Falar podre do bairro onde eu nasci, que agradei, pá
 A mesma viatura pra enquadrar, lembrar das mina
 Mulher, vocês são lindas, nós periferia
 A criançada agita, pula amarelinha
 Aguila gira, ciranda cirandinha é muita treta
 Talvez melhor que um "menas" treta
 Brooklyn, o que será de ti? Regar a paz, eu vim
 Jesus já foi assim, brigas traz intrigas, ai de mim
 Se não tolin, Zé povim quer meu fim
 Se esperar, apodrece, se decompõe em si
 A gente faz, corre atrás, pede a paz, eles esquecem
 Sempre assim, crocodilo hoje só rasteja em solo
 fértil
 Crime, ouro, dólar, bola fora, esquece
 Os vermes eleitos querem, seus votos, preferem
 Paralisia infantil no morro, cresce
 Ele observe, o crime impede, tu confere
 A mãe, o pivete, sujeito mais que pé de breque
 Se eu tô com frio, fome, fúria, trombo, clique-clack
 Sei que eles doam, mas não pros morros, pra Unicef
 Pobres esquecem, a mãe maior nos aparece e pede
 O fim maior está tão breve, filho então que reze
 Anda ló, vejo na maló, ó só, ainda mais pobre do
 que eu
 Ai, que dó
 Na parte de cima, Morro da Macumba, Catarina
 Sem estudo, liga. Criança coroinha
 O medo vejo, se aproxima
 Às vezes não tem nem pista, veja só que fita
 Ele desceu da lotação, sofreu chacina
 No bolso uma anistia, de botucão, beck do bom
 Um beck muito louco e a maldita, a heroína
 A tal da bomba da Hiroshima
 Aqui se faz o fim pra periferia
 Melhor jogar pra cima que tomar
 Tio, vou falar, delito óbvio
 Sangue, suor, amor e ódio, roubada
 Se não ter fé, tio, se tranca em casa
 E não saia, ligue a TV, talvez você vai ver
 Pode crê, me vê num outdoor
 Querem me pegar pra ló, vê se pó
 De menor problema saiba até maló
 Dou valor pros fó
 Ter dó de quem vem se arriscar na vida bandida
 O custo de vida dá laço sem nó

Lembra a vó, ó, dá mó dó
 Criança na periferia vive sem estudo e só
 A mercê da mó, tio, tuisabó
 Do mandarin de vol
 Tá pra rima, voz bem lá em cima, essa é a sina
 Destino indica a correria de um homem
 Alternativa pra criança aprender basta quem ensina
 Essa é a verdade, criança aprende cedo a ter caráter
 A distinguir sua classe, estude Marx
 Seja um Mártir, às vezes um Luther King, um
 Sabotage
 Brooklyn, o que será de ti? Regar a paz, eu vim
 Jesus já foi assim, brigas traz intrigas, ai de mim
 Se não tolin, zé povim quer meu fim
 Se esperar, apodrece, se decompõe em si
 A gente faz, corre atrás, pede a paz, eles esquecem
 Sempre assim, crocodilo hoje só rasteja em solo
 fértil
 Sabota entendo
 Bandido do céu
 Gordão é zika
 Traga os troféus neguinho
 Os monstros estão na pista
 Moleque, entende o que é nós
 Moleque entende, bem mais que os inimigo
 É nós que tá família
 História, enfim prossegue
 Crime tá vindo lá do Quentino
 Com Canão meu tru
 Vem de lá esperança, em cada campinho
 Bem menos por aqui, se o crime arrasta é o fogo
 A cada história um recomeço né neguim
 Pra quem sente a dor ruim só Deus
 Negrutil nos deixou
 Cuida dele Sabo
 Fico confuso
 Não é bom, por amor esquece

Mas o do nosso entende
 Vai novin, criou nele
 Que sobra só lembrança
 De um sonho, em frente
 Que se foda que é o império
 Neguin eu sei
 Se é Sabote aperte o play
 Eterno, tem voz melhor, Marvin Gaye
 Bob Marley, Miles Davis, Tupac, Brooklyn Sul
 É nois, Sabotage
 Brooklyn, o que será de ti? Regar a paz, eu vim
 Jesus já foi assim, brigas traz intrigas, ai de mim
 Se não tolin, Zé povim quer meu fim
 Se esperar, apodrece, se decompõe em si
 A gente faz, corre atrás, pede a paz, eles esquecem
 Sempre assim, crocodilo hoje só rasteja em solo
 fértil
 Coragem fez de mim, um grande lutador
 Mesmo sendo sofredor, acredito no amor
 Amor de um homem que andou pregando a paz
 Jejuou no deserto, falou não pro Satanás
 Aquele ali sim, teve determinação
 Não fraquejou com os irmãos
 Você sabe, tem vários por aí que são covarde
 Usa da maldade, falta com verdade
 Final dos tempos está se aproximando
 Falta fé, cresce o ódio, assim vive o ser humano
 As crianças já não brincam mais de bola
 Não vai mais pra escola
 Na rua bebe pinga e cheira cocaína
 É o que a vida nos ensina
 Tem que saber chegar e sair
 Veja bem Brooklyn
 Respeito é pra quem tem
 Brooklyn
 Respeito é pra quem tem